

RELATÓRIO SOBRE A ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA 2024



Com o apoio de



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
RESUMO EXECUTIVO	6
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Finalidade e propósito do Relatório	11
1.2. A importância dos oceanos no quadro contexto da Ibero-América	12
2. QUADRO TEÓRICO DA ECONOMIA AZUL	15
2.1. Antecedentes	15
2.1.1. Antecedentes da Economia Azul relacionados com a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável	15
2.1.2. Da economia verde à economia azul: a ênfase nos oceanos	17
2.1.3. A economia azul nas agendas globais	17
2.2. O conceito de economia azul e a sua aplicação	19
2.3. O impacto da economia azul no desenvolvimento da Agenda 2030	21
3. A ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA. CONTEXTO E RELEVÂNCIA	25
3.1. O valor da economia azul na Ibero-América	26
3.2. Os agentes da economia azul	28
3.3. Iniciativas relevantes para promover a Economia Azul na Ibero-América	31
4. PANORAMA SETORIAL DA ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA	41
4.1. Turismo costeiro	42
4.2. Pesca e aquicultura	47
4.3. Energia	54
4.4. Transportes marítimos e atividades portuárias	59
4.5. Investigação académica e ações de transferência e aplicabilidade	63
5. A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA	69
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	75
GLOSSÁRIO	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	90
APÉNDICE 1: METODOLOGIA	94
APÉNDICE 2: INQUÉRITOS DE OPINIÃO	97

© Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo de Recoletos, 8
28001 Madrid, Espanha

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) com o apoio do Instituto para o Crescimento Sustentável da Empresa (ICSEM)
Abril 2024

Financiamento da publicação:

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)



Nota explicativa:

O apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) para a elaboração desta publicação não implica a aceitação dos seus conteúdos, que são responsabilidade exclusiva dos seus autores.

As opiniões expressas na publicação são as do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as opiniões da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), dos seus Estados-Membros ou da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Portanto, nem a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) nem a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) são responsáveis pelo uso que se possa fazer da informação aqui difundida.

APRESENTAÇÃO

As e os chefes de Estado e de Governo da Ibero-América determinaram que a Comunidade seja um espaço de diálogo político e de cooperação para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para o efeito, os desafios ambientais têm estado cada vez mais presentes na agenda da Comunidade. As três últimas Cúpulas Ibero-Americanas (Guatemala em 2018, Andorra em 2021 e República Dominicana em 2023) adotaram doze comunicados especiais sobre vários temas relacionados com este assunto, entre os quais se encontram as mudanças climáticas, água potável e saneamento, utilização sustentável dos oceanos, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais, desertificação, energia sustentável, transição ecológica e harmonia com a natureza. Este aumento espetacular reflete o reconhecimento da urgência de abordar estes desafios de forma conjunta.

Do mesmo modo, no último encontro, as e os chefes de Estado e de Governo adotaram a Carta Ambiental Ibero-Americana, um acordo sem precedentes no espaço ibero-americano. A Carta consolida a visão comum da Comunidade face aos desafios das chamadas *crises ambientais* (climática, de perda de biodiversidade e de poluição) e estabelece compromissos que visam garantir o direito das gerações futuras ao desenvolvimento sustentável de um ambiente saudável. Esta dá prioridade a quatro eixos temáticos e acrescenta um ponto de gestão conjunta: mudanças climáticas, biodiversidade e recuperação de ecossistemas, recursos hídricos e oceanos, e poluição. Nesta linha, os países comprometem-se a definir uma agenda de implementação, com ações estratégicas para a obtenção dos seus objetivos, assegurando as alianças com organizações internacionais e redes de cooperação, e promovendo uma abordagem multissetorial.

No contexto global, os últimos anos foram particularmente dinâmicos para as agendas multilaterais relacionadas com os oceanos. O período 2021-2030 foi proclamado pela Unesco como a Década das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2022, teve lugar em Lisboa a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos. Em 2023, foi concluído o processo de negociação do acordo sobre a conservação e a utilização sustentável das zonas situadas fora da jurisdição nacional (conhecido como o *tratado do alto mar*), tendo sido simultaneamente decidido - na sequência da última Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente - iniciar um processo internacional para chegar a um acordo vinculativo que aborde o problema da poluição por plásticos e os seus efeitos dramáticos na vida marinha.

Paralelamente, o conceito de *economia azul* ganhou força, e proliferaram políticas, iniciativas e projetos relacionados com o seu impulsionamento. Estes colocam os oceanos e as zonas costeiras no centro, com um efeito integrador das três dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental). Por este motivo, a Secretaria-Geral Ibero-Americana pretende contribuir para a compreensão deste conceito, aprofundar a sua evolução nos países ibero-americanos e analisá-lo prospetivamente, com o objetivo de o tornar uma ferramenta de tomada de decisões sobre possíveis ações conjuntas para capitalizar o potencial dos recursos marinhos e costeiros para milhões de ibero-americanas e ibero-americanos - como fonte de rendimento, emprego e bem-estar. A economia azul desafia-nos a gerir estes recursos de forma sustentável e responsável, protegendo a biodiversidade marinha e promovendo uma utilização responsável dos oceanos.

Estamos a atravessar um período crítico para a realização dos ODS. A meio do prazo para os alcançar, as perspetivas são, em geral, desanimadoras, especialmente devido aos efeitos da pandemia da Covid-19, mais intensos na América Latina e no Caribe, aos desajustamentos nas cadeias de valor mundiais e aos efeitos da guerra na Ucrânia. As ações para acelerar a sua concretização são urgentes e devem ser estratégicas. De acordo com o último *Relatório Global sobre o Desenvolvimento Sustentável*, foram identificados seis “pontos de entrada” ou áreas em que as ações têm impacto em todos os ODS: bem-estar humano; economias justas e sustentáveis; sistemas alimentares sustentáveis e nutrição; descarbonização e acesso universal à energia; desenvolvimento urbano e periurbano; e bens comuns globais. Tal como se evidencia no presente relatório, o conceito integrador de economia azul tem o potencial de responder a estes *pontos de entrada* e de contribuir para a aceleração da obtenção dos ODS.

RESUMO EXECUTIVO

Três quartos do nosso planeta estão cobertos por oceanos e mares. O seu valor social, económico e ambiental faz com que 27% da população da América Latina e do Caribe se concentre nas zonas costeiras, percentagem que sobe para 65% em Espanha e 87% em Portugal. São vitais para a nossa subsistência, não só como fonte de alimento, mas também pela sua biodiversidade e influência atmosférica. As mudanças climáticas, a poluição, a pesca ilegal e outros desafios exigem uma ação urgente e coordenada.

Ao longo das últimas décadas, a valorização dos recursos oceânicos tem evoluído progressivamente nas agendas relacionadas com a sustentabilidade de diferentes nações, sendo a Rio+20 a Cúpula que posicionou explicitamente o conceito de economia azul e evidenciou a importância de concentrar esforços na utilização sustentável dos oceanos. Este quadro constituiu um importante antecedente para a incorporação de um ODS concreto sobre a saúde dos oceanos e dos seus ecossistemas marinhos na Agenda 2030, que foi integrado aos restantes dezasseis.

Reconhecendo a multiplicidade de matizes para definir *economia azul* (determinados por diferentes instituições a nível mundial), para efeitos do presente relatório trabalharemos com o conceito adotado pelo Banco Mundial. Este conceito é amplamente aceite e define-a como “a utilização sustentável dos recursos oceânicos para promover o crescimento económico e melhorar os meios de subsistência e o emprego, preservando ao mesmo tempo a saúde do ecossistema oceânico”.

A aplicação deste conceito de economia azul na Ibero-América envolve certas características fundamentais, que também devem ser implementadas a diferentes níveis territoriais. Para o efeito, é necessário definir um certo número de aspetos metodológicos comuns que permitam operacionalizar o conceito. Neste sentido, promove-se uma compreensão holística e transversal do território, o que implica compreender as dinâmicas sociais, económicas e ambientais considerando os possíveis conflitos de uso nas zonas marinhas e costeiras. A visão setorial e intersetorial centra-se na cooperação e na inovação, mas a falta de homogeneidade entre os países dificulta a colaboração. À luz de tudo isto, é essencial criar espaços de participação abertos e inclusivos.

Para o presente relatório, foram identificados determinados projetos e ações alinhados com a economia azul. A avaliação do impacto centra-se em sistemas de acompanhamento e monitorização e em linhas de base homogéneas para medir o impacto. É necessário dar maior ênfase à comunicação e à sensibilização. A afetação de recursos técnicos e financeiros é essencial para o desenvolvimento de tecnologia e para a implementação de iniciativas sustentáveis. Os quadros de governação e de regulamentação devem abordar a economia azul de forma intersetorial. Embora alguns países estejam a trabalhar em políticas e regulamentos relacionados com a economia azul, ainda há espaço para mais desenvolvimento. Deverão envidar-se esforços para ganhar visibilidade, ultrapassar obstáculos e integrar iniciativas fragmentadas.

A *Economia Azul na Ibero-América* analisa o grau de incorporação do conceito de economia azul na agenda dos países, analisa setores estratégicos e identifica oportunidades e desafios, atuais e futuros, para a aplicação do conceito.

É necessário avançar na produção de informações homologadas que permitam quantificar a economia azul na Ibero-América, embora a análise setorial possibilite medir a sua importância. Calcular o valor da economia azul continua a ser um desafio global. Este aspeto constitui um repto para os países ibero-americanos individualmente e, portanto, no seu conjunto.

A disponibilidade de dados agregados e comparáveis relacionados com a geração de valor das atividades marinhas e costeiras, bem como com o seu impacto social e ambiental, é crucial tanto para o desenvolvimento quanto para a avaliação de iniciativas que apliquem o conceito de economia azul. A existência de linhas de base solventes ainda é fraca, sendo necessário um maior investimento na conceção de metodologias comuns e na produção de dados homogéneos. No entanto, foram realizados alguns esforços significativos, tal como o promovido pela Comissão Europeia através do estabelecimento de indicadores de economia azul, que permitiu a implementação de processos de medição do impacto da economia azul em países como Portugal.

O presente relatório centrar-se-á nos setores do turismo costeiro, pesca e aquicultura, transporte marítimo e energias limpas derivadas dos recursos marinhos e costeiros, bem como nas suas investigações académicas e aplicadas. A tónica será colocada na sua importância e nas oportunidades de integração do conceito de economia azul.

Os países ibero-americanos começaram a incluir a economia azul nas suas agendas de desenvolvimento. A XXVIII Cúpula Ibero-Americana das e dos Chefes de Estado e de Governo de 2023 deu origem a um *Comunicado Especial sobre a Sustentabilidade dos Oceanos* através do qual os países ibero-americanos se comprometeram a melhorar a saúde dos ecossistemas marinhos como estratégia de contribuição para a sustentabilidade global. Foi também adotada a Carta Ambiental Ibero-Americana, que se compromete com a mudança climática, a biodiversidade e recuperação dos ecossistemas, os recursos hídricos e oceanos, e a poluição.

A Ibero-América no seu conjunto - ainda que de forma heterogénea - incorpora o conceito de economia azul nos seus processos de planificação estratégica, o que inclui políticas públicas e planos de desenvolvimento setoriais, sociais e ambientais. Este relatório faz uma revisão das agendas de planificação marinhas e costeiras dos países da Ibero-América, o que permitirá reconhecer boas práticas na aplicação da economia azul em abordagens de desenvolvimento setorial, identificando exemplos concretos da implementação do conceito, com diferentes âmbitos geográficos e estratégicos.

A conceção de todos estes processos envolveu esquemas de participação que incluíram o meio académico, a sociedade civil, a administração e o setor empresarial. Nestes processos, é apresentada uma visão holística do território, de modo a facilitar a identificação de desafios e oportunidades de desenvolvimento, e são propostas ações concretas, o que também envolve a necessidade de incorporar indicadores que permitam medir o impacto das estratégias da economia azul.

A aplicação do conceito de economia azul na Ibero-América está totalmente interligada com outros processos, tais como o planeamento espacial marinho, o desenvolvimento de planos de adaptação às mudanças climáticas, o desenvolvimento de planos e ações contra a poluição e a utilização de plástico, a promoção da economia circular e outros. Embora na maior parte dos países estes

processos estejam mais avançados, estão a ser feitos progressos no seu alinhamento com o conceito de economia azul, especialmente nas zonas marinhas e costeiras.

No entanto, o nível de aplicação do conceito de economia azul não é homogéneo, havendo diferenças na coordenação entre os setores ligados à economia azul, bem como nas prioridades de cada um deles em matéria setorial, ambiental e social.

Não obstante, para impulsionar a economia azul é necessário enfrentar os desafios relacionados com a governação, investigação, encadeamentos produtivos e gestão do conhecimento. Podem ainda ser citados outros desafios que foram identificados para o desenvolvimento da economia azul nos países da Ibero-América.

A implementação da economia azul exige uma forma *diferente de fazer* as coisas, e os esquemas de governação nem sempre facilitam a necessária coordenação intersetorial. É preciso criar novos esquemas de governação institucional em que a economia azul faça parte da planificação e seja aplicada de forma transversal a diferentes unidades de Governo, tais como ministérios e autarquias. Alguns países já avançaram nesta direção e criaram ministérios da Economia Azul, desenvolvendo as suas estratégias nacionais específicas ou, por exemplo, incorporando os oceanos como um dos eixos de intervenção nas políticas de educação, turismo, pescas, transição justa e outras.

Há desigualdade no conhecimento e nas competências técnicas necessárias para apoiar a economia azul, e as capacidades de investigação e formação são cruciais para fazer avançar este conceito - uma vez que podem promover a inovação e facilitar a compreensão dos desafios do desenvolvimento. A colaboração das instituições académicas na planificação e cooperação com outras entidades governamentais e setoriais exige coordenação e financiamento.

Há dificuldades de acesso ao financiamento através de instrumentos adequados à realidade das atividades da economia azul e às suas necessidades, quer devido à própria natureza dos beneficiários (não solventes), quer devido ao elevado volume de investimento necessário com retorno a médio e longo prazo. O reforço das cadeias de valor das atividades da economia azul exige não só acesso ao financiamento, mas também cooperação entre os intervenientes, o desenvolvimento de mercados e a incorporação de processos tecnológicos e de inovação. É igualmente necessário criar esquemas de *level playing field* e oportunidades para encadeamentos produtivos centrados na cooperação intra e intersetorial.

O desenvolvimento e a incorporação de tecnologia nos processos produtivos de criação de valor requerem investimento, mas para além da geração de conhecimento. A colaboração académica e setorial exige novos esquemas de colaboração.

Ações-chave para a promoção da economia azul na Ibero-América como estratégia para o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento da economia azul é um caminho sem retorno, reconhecido globalmente pelo multilateralismo e pelas instituições, mas também pelos próprios líderes empresariais e académicos. Os países ibero-americanos encontram na economia azul uma oportunidade para conceber ações conjuntas para superar os desafios sociais, económicos e ambientais do desenvolvimento sustentável.

O relatório culmina com a identificação de quatro áreas estratégicas para a promoção da economia azul na Ibero-América. 1) Gestão do conhecimento: principalmente, geração de dados fiáveis e comparáveis para a tomada de decisões. 2) Conservação do ambiente: especialmente centrada na prevenção da poluição - com abordagens que vão da bacia hidrográfica aos recifes - e na redução da utilização de plásticos. 3) Encadeamentos produtivos: entre os setores ligados à economia azul, para maior eficiência e benefícios. 4) Bem-estar social das pessoas: este aspeto inclui a consideração dos oceanos como parte da sua história e cultura e como base para uma saúde e alimentação adequadas.

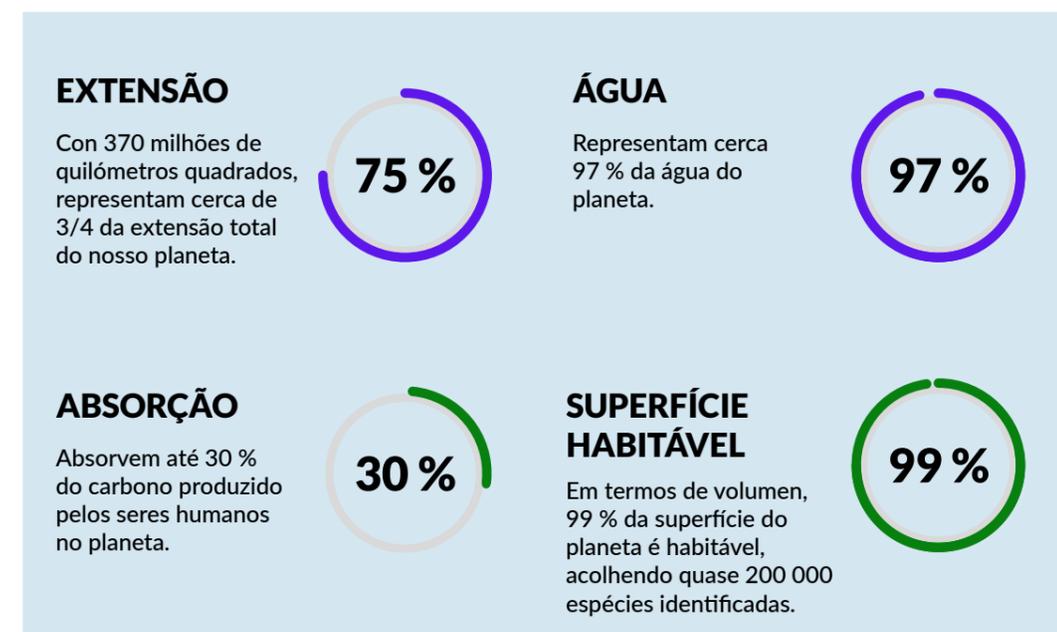
Por fim, apresentam-se uma série de recomendações que lançam luz sobre a contribuição da região para o desenvolvimento sustentável. Algumas dessas recomendações envolvem a promoção de um entendimento comum da economia azul; a adoção de uma abordagem abrangente e coordenada que inclua vários setores; o reforço da cooperação e da coordenação; a melhoria da comunicação e da sensibilização; e o desenvolvimento de uma estratégia ibero-americana para a economia azul. A economia azul já faz parte da Ibero-América. É altura de assumir um compromisso comum para a sua aplicação e para aproveitar todo o seu potencial.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Finalidade e propósito

A vida do nosso planeta surgiu na água. Desde as antigas civilizações que os oceanos e os mares são reconhecidos como meios de subsistência fundamentais para o desenvolvimento da humanidade. Os mares e os oceanos eram considerados uma fonte de alimentação e um meio de comunicação essencial, que geravam relações comerciais, migrações populacionais e davam conteúdo a histórias e relatos baseados em acontecimentos reais ou imaginários, cujo cenário era o mar.

Gráfico 1. Os oceanos



Fonte: Elaboração própria com base em dados das Nações Unidas.

Os recursos marinhos e costeiros representam a fonte de rendimento e de subsistência de milhões de pessoas que vivem nas regiões costeiras de todo o mundo e fornecem alimentos, emprego, matérias-primas e serviços ecossistêmicos que beneficiam toda a humanidade. Por conseguinte, o papel dos oceanos é crucial para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, atualmente os oceanos enfrentam desafios ambientais urgentes, resultantes de padrões insustentáveis de consumo e produção - como os efeitos das mudanças climáticas, a poluição,

especialmente os resíduos de plástico, a acidificação, a sobrepesca, a degradação dos ecossistemas e outros - que ameaçam o seu papel ambiental, climático e provedor de meios de subsistência.

Neste contexto, surge o conceito de economia azul, que procura maximizar a utilização sustentável dos recursos marinhos e que se tornou uma prioridade a nível mundial, reconhecendo o seu papel como via para o desenvolvimento económico e social, integrando as três dimensões da sustentabilidade e respondendo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos processos de planificação das zonas marinhas e costeiras.

Este relatório contribui para a reflexão sobre os benefícios da economia azul para acelerar a concretização dos ODS, no contexto da recuperação pós-pandemia da Covid-19, e para o cumprimento dos objetivos da Carta Ambiental Ibero-Americana, recentemente adotada pelos e pelas chefes de Estado e de Governo na XXVIII Cúpula Ibero-Americana.

Para tal, oferece uma primeira aproximação à economia azul, facilitando a compreensão do seu quadro conceptual e analisando as oportunidades e os desafios atuais e futuros da sua aplicação na Ibero-América. A primeira parte, analisa o enquadramento da economia azul e o seu conceito de um ponto de vista teórico, e de que modo estes se aplicam na Ibero-América. A segunda parte aborda de forma descritiva e analítica os desafios e as dificuldades de algumas das atividades que integram a economia azul. Finalmente, a terceira parte apresenta algumas considerações para a promoção da economia azul na Ibero-América.

A preparação do presente relatório seguiu uma metodologia baseada na análise da documentação relevante e na consulta de intervenientes de interesse, tanto da administração como do meio académico, do setor empresarial e da sociedade civil. No Anexo 1 encontra-se uma descrição pormenorizada do processo aplicado.

1.2. A importância dos oceanos no contexto estratégico da Ibero-América

A maior parte dos países que fazem parte da Ibero-América são costeiros e têm grande presença de rios e reservatórios de água no seu interior. É por isso que as diferentes agendas estratégicas dos países ibero-americanos incluem, direta e indiretamente, a importância dos oceanos para o seu desenvolvimento sustentável, quer como fonte de alimentação (proteína animal e vegetal), quer como potencial de descarbonização (energia eólica, algas, recifes), como atividade económica geradora de rendimentos (turismo, pesca, aquacultura, mineração) ou como espaço de bem-estar social, saúde ou lazer para as populações que vivem nas zonas marinhas e costeiras.

É nesta linha que as e os chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos têm vindo a incorporar, progressivamente, mandatos em matéria ambiental e climática, especialmente a partir da XXVI Cúpula Ibero-Americana (Guatemala, 2018), quando se decidiu concentrar esforços na obtenção dos ODS. Em particular, no II Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2019-2022,¹ os países acrescentam a dimensão ambiental e a luta contra as mudanças climáticas na Ibero-América como uma área estratégica de cooperação, o que reflete que estes aspetos constituem um eixo prioritário da agenda ibero-americana.

A pandemia da Covid-19 provocou uma profunda crise económica e social, da qual os países ibero-americanos ainda se estão a recuperar. Nessa altura, as e os chefes de Estado e de Governo, na XXVII Cúpula Ibero-Americana, acordaram o *Comunicado Especial sobre o desenvolvimento de iniciativas para a recuperação económica pós-Covid-19*, que assume como desafio “a recuperação sustentável, verde, digital, inclusiva, justa e resiliente das nossas economias” (XXVII Cúpula Ibero-Americana, Andorra, 2021),² sendo necessário promover uma utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros, como estratégia para impulsionar o crescimento das nações e preservar o seu capital.

Por sua vez, a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (2022), organizada por Portugal, contou com uma participação destacada dos países ibero-americanos. Apelou à adoção de medidas para melhorar a saúde, a produtividade, a utilização sustentável e a resiliência dos oceanos e dos seus ecossistemas, nas quais a ciência, a tecnologia, a inovação e a cooperação internacional são elementos fundamentais para encontrar as soluções necessárias.

Mais recentemente, na XXVIII Cúpula Ibero-Americana das e dos Chefes de Estado e de Governo (2023),³ foram criados três produtos concretos relacionados com os oceanos. Em primeiro lugar, foi adotada a Carta Ambiental Ibero-Americana, que constitui o acordo político ambiental mais importante do espaço ibero-americano. Neste documento, deu-se prioridade aos “recursos hídricos e aos oceanos” como uma área de trabalho proeminente no panorama ibero-americano. Reiterou-se a “importância para toda a humanidade dos oceanos saudáveis, da conservação, proteção e utilização sustentável dos seus recursos e da sua relação com as mudanças climáticas” e defendeu-se “a necessidade de adotar ações concretas através de políticas públicas para enfrentar as ameaças que os afetam e que têm um impacto direto nos países da região, nos seus habitantes e nas comunidades costeiras”. Foi também adotado um *Comunicado especial sobre a sustentabilidade dos oceanos*, que reconhece o empenho dos países nos processos multilaterais relacionados com os oceanos, incluindo a biodiversidade para além das jurisdições nacionais, os plásticos, a preocupação com os impactos ambientais, e o compromisso de reforçar o diálogo entre os nossos países sobre as questões dos oceanos, a fim de melhorar a saúde dos ecossistemas marinhos e oceânicos da Ibero-América.

Neste contexto, foi aprovado o III Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2023-2026. Nele, são profundamente reconsideradas as questões ambientais e climáticas como uma prioridade para a cooperação da Comunidade Ibero-Americana, bem como os oceanos, principalmente em termos de conservação e poluição. O presente relatório faz parte das atividades de execução do mencionado III Plano de Ação.

¹ SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018c, novembro). II Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana - PAQCI. www.segib.org. (Link)

² SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2021). XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Andorra. (Link)

³ SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2023). XXVIII Cúpula Ibero-Americana da República Dominicana. (Link)

2. QUADRO TEÓRICO DA ECONOMIA AZUL

2.1. Antecedentes

Nas secções seguintes, será discutida a evolução do conceito de *desenvolvimento* e o posicionamento das questões ambientais e climáticas na agenda internacional, a fim de estabelecer um quadro de referência para o conceito de economia azul e a sua aplicação.

2.1.1. Antecedentes da economia azul relacionados com a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável

No final da década de 1980, o *Relatório Brundtland*⁴ refletiu e propôs o termo *desenvolvimento sustentável*, que se fundamentou no pressuposto de que “a satisfação das necessidades do presente não deve comprometer as do futuro”. A Comissão Brundtland chamou a atenção para os impactos ambientais do modelo de desenvolvimento em vigor e constituiu um antecedente importante para a incorporação da componente ambiental na agenda internacional. Consequentemente, para ser sustentável, o desenvolvimento tinha de englobar três perspetivas: económica, social e ambiental.

O *Relatório Brundtland* foi apresentado em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, Brasil. A também chamada *Cúpula do Rio ou Cúpula da Terra* reuniu 172 governos com o objetivo de adotar um equilíbrio justo entre as necessidades económicas, sociais e ambientais, presentes e futuras, lançando simultaneamente as bases para uma parceria mundial entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, os governos e a sociedade. Desta conferência resultaram vários instrumentos e acordos multilaterais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCLD).⁵

No ano 2000, com a Declaração do Milénio das Nações Unidas,⁶ que estabeleceu 8 Objetivos, foram novamente realizados progressos em termos de visibilidade e sustentabilidade ambiental. O seu Objetivo 7 reconhece a importância de “assegurar a sustentabilidade ambiental”, estabelecendo como metas a incorporação da sustentabilidade ambiental nas políticas e programas nacionais, a redução da perda de recursos ambientais, a redução da percentagem de pessoas sem acesso a água potável e a serviços de saneamento básico e outras.

Em 2002, teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento

⁴ Assembleia das Nações Unidas (1987). Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, *O Nosso Futuro Comum*. ([Link](#))

⁵ Ministério dos Transportes, Mobilidade e Agenda Urbana (1997). *Cúpula da Terra*. ([Link](#))

⁶ Assembleia Geral das Nações Unidas. (2000). Resolução aprovada pela Assembleia Geral. ([Link](#))

Sustentável, também conhecida como Rio+10,⁷ que constituiu um marco para a preservação do ambiente como eixo de desenvolvimento e de luta contra a pobreza. Na declaração adotada, a conservação da biodiversidade, bem como a preservação e recuperação dos ecossistemas, são considerados fundamentais para a gestão dos recursos hídricos, e o papel das zonas marinhas e costeiras é explicitamente considerado primordial: “os oceanos, os mares, as ilhas e as zonas costeiras são uma componente integrada e essencial do ecossistema terrestre e são fundamentais para a segurança alimentar mundial e para sustentar a prosperidade económica e o bem-estar de muitas economias nacionais, especialmente dos países em desenvolvimento”.

Posteriormente, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012 (também denominada Rio+20), constituiu um precedente importante para a nova agenda de desenvolvimento global. O resultado desta conferência foi o documento intitulado *O futuro que queremos*, que se centra em dois temas principais: a economia verde para o desenvolvimento sustentável, por um lado, e a erradicação da pobreza, por outro. Este foi o início dos ODS, caracterizado por uma abordagem de sustentabilidade, que ultrapassou o paradigma dos elaborados na Cúpula do Milénio em 2000.

Por conseguinte, na sequência da revisão da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, em 21 de outubro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o documento *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Trata-se de um plano de ação destinado a reforçar a paz universal e a erradicar a pobreza em todas as suas formas, que deveria ser aplicado por todos os países através de uma colaboração multiagente. Esta agenda adota 17 ODS, que incluem 169 metas (Assembleia Geral, 2015)⁸ e refletem as aprendizagens e reflexões da Declaração do Milénio.

Gráfico 2. A Agenda 2030 e os seus 17 ODS



Fonte: Nações Unidas, 2015.

⁷ Assembleia Geral das Nações Unidas. (2002). Relatório da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, agosto-setembro de 2002. (Link)

⁸ Assembleia Geral das Nações Unidas. (2015). Resolução aprovada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015, *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. (Link)

2.1.2. Da economia verde à economia azul: a ênfase nos oceanos

Na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015, ofereceu-se uma nova visão do conceito de economia verde, um termo anteriormente criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nas palavras do PNUMA (2011), “a sustentabilidade continua a ser um objetivo a longo prazo, e para o alcançar é necessário tornar a economia mais ecológica”⁹.

Numa economia verde, o crescimento do emprego e do rendimento é impulsionado pelo investimento público e privado em atividades económicas, infraestruturas e ativos que permitam reduzir as emissões de GEE e a poluição, melhorar a eficiência energética e dos recursos, e evitar a perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos. Este conceito foi-se aperfeiçoando para um conceito mais alargado, o de *economia verde inclusiva* (IGE, na sigla em inglês). Considera-se uma economia não só baixa em carbono, eficiente e limpa na produção, mas também inclusiva no consumo e nos resultados, baseada na partilha, circularidade, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência. Centra-se em alargar as opções e escolhas das economias nacionais, utilizando políticas fiscais e de proteção social específicas e adequadas.

A partir do conceito de economia verde inclusiva, a Conferência Rio+20 deu mais um passo, reconhecendo o papel dos oceanos como fonte de riqueza, bem-estar social e descarbonização. A maximização dos recursos oceânicos, no quadro do desenvolvimento sustentável, devia ser especificamente abordada, tendo em conta a sua importância. Desta forma, o conceito de economia azul, no contexto da economia verde, baseia-se na utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros, bem como na criação de emprego e de oportunidades económicas através de atividades relacionadas com o mar. Além disso, a economia azul leva em conta a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros, bem como a luta contra as mudanças climáticas.¹⁰ A economia azul engloba uma vasta gama de atividades, tais como a pesca sustentável, o turismo costeiro, a aquicultura, as energias renováveis dos oceanos, a biotecnologia marinha, a gestão costeira e outras.

2.1.3. A economia azul nas agendas globais

Embora a primeira vez que se utilizou o conceito de economia azul num fórum ou cúpula internacional, tenha sido na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20,^{11, 12} desde os anos 1980 que se evidencia claramente a preocupação com a gestão dos mares e oceanos no contexto de um mundo globalizado e interligado. Em 1982, foi adotada a *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar* (CONVEMAR ou CNUDM), um tratado que foi o produto de um árduo processo de negociação multilateral sobre muitas questões associadas aos oceanos e às relações entre os países.¹³

O conceito de economia azul insiste na conservação e gestão sustentável, com base na premissa

⁹ UNEP. (2011). *Rumo a uma economia verde: Guia para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (Link)

¹⁰ Blue Economy Development Framework (World Bank). (Link)

¹¹ Nas palavras do diretor-geral da FAO em 2014, Graziano da Silva, o conceito de economia azul - que começou a ser utilizado nos fóruns internacionais a partir da Rio+20 - teria um papel importante na concretização dos ODS a nível mundial após 2015.

¹² Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. (Link)

Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (p. 76). (Link)

¹³ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. (Link)

de que os ecossistemas oceânicos saudáveis são mais produtivos do que os não saudáveis e representam a única forma de garantir a sustentabilidade das economias que dependem do mar. Por sua vez, este conceito visa garantir que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os Estados costeiros do mundo beneficiem equitativamente dos seus **recursos marinhos e costeiros**.

Em 2012, a Comissão Europeia apresentou a Estratégia de Crescimento Azul, cujo principal objetivo é promover o investimento privado e a inovação tecnológica em todas as áreas económicas relacionadas com a economia marinha e marítima. Especificamente, a Comissão Europeia refere-se à *economia azul* como o conjunto das atividades económicas setoriais e intersectoriais relacionadas com os oceanos, as marés e as costas. A implementação desta *Estratégia* no território comunitário foi evoluindo ao ponto de permitir medir a contribuição real, por setor e por país, para a economia azul, através de indicadores especificamente concebidos para o efeito¹⁴ e que são publicados nos **Relatórios Anuais da Economia Azul**.

Por sua vez, em 2013 a FAO¹⁵ lançou a Iniciativa Crescimento Azul (ICA), que se centra na “maximização dos benefícios económicos e sociais, minimizando a degradação ambiental provocada pelas atividades económicas”. Já em 2021, a mesma FAO avançou com o desenvolvimento do conceito para Transformação Azul, através do qual

[...] reconhece a importância dos sistemas alimentares aquáticos como motores do emprego, do crescimento económico, do desenvolvimento social e da recuperação ambiental, que sustentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também reconhece a necessidade de apoiar a Agenda 2030 através da transformação para sistemas alimentares aquáticos mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis para uma melhor produção, uma melhor nutrição, um melhor ambiente e uma melhor vida, sem deixar ninguém para trás.¹⁶

Para a sua implementação, a FAO desenvolveu uma agenda de trabalho 2022-2030, para utilização dos países membros costeiros.

Num outro âmbito, a economia azul foi abordada também em 2017, durante a Conferência de Alto Nível da ONU para apoiar a aplicação do ODS 14: Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável,¹⁷ para o qual foram estabelecidas dez metas, com indicadores definidos. É também de salientar que no mesmo ano 2017, as Nações Unidas proclamaram o período 2021-2030¹⁸ como a Década das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, com o “objetivo de estabelecer um quadro comum capaz de garantir que a ciência apoie plenamente os esforços dos países para atingir os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nesta linha, em 2018 teve lugar em Nairobi, Quênia, a Primeira Conferência sobre Economia Azul Sustentável (SBEC, na sigla em inglês),¹⁹ subordinada ao tema “A Economia Azul e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que

¹⁴ European Commission. *EU Sustainable Blue Economy: A new approach for a sustainable blue economy in the EU*. (Link)

¹⁵ FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2017). *Iniciativa sobre crescimento azul: Parcerias com países para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. (Link)

¹⁶ FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2022). *Blue Transformation - Roadmap 2022-2030. A vision for FAO's work on aquatic food systems*. (Link)

¹⁷ Nações Unidas. (n. d.-a). *Objetivo 14: Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos*. (Link)

¹⁸ Nações Unidas (n. d.-b). “Uma década para salvar os oceanos através da ciência e da investigação”. (Link)

¹⁹ Organizado conjuntamente pelo Quênia, Japão e Canadá, foi o primeiro fórum mundial desta dimensão (+ 16 000 participantes de 184 países) e colocou a economia azul e os mares e oceanos no centro do debate público internacional.

concluiu com a definição de uma série de compromissos globais no domínio da proteção marinha, gestão de plásticos e resíduos, segurança marítima, desenvolvimento das pescas, financiamento e infraestruturas, biodiversidade e mudanças climáticas, reforço de capacidades, e envolvimento do setor privado.

Neste contexto, em 2018, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou os Princípios Financeiros da Economia Azul Sustentável,²⁰ por forma a orientar o financiamento azul para bancos, seguradoras e investidores. Promovendo a implementação do ODS 14, estes princípios estabelecem normas específicas para os oceanos, permitindo que a indústria financeira incorpore a sustentabilidade dos setores azuis.

Em 2019, o relatório *Global Goals, Ocean Opportunities*,²¹ desenvolvido pelo Pacto Global das Nações Unidas,²² em consulta com mais de 300 grupos de interesse, identificou as ligações entre um oceano saudável, produtivo e bem governado e os ODS da Agenda 2030; concluindo que a produtividade dos oceanos (transportes, alimentação, medicina, minerais, energia e turismo) depende da sua saúde e que os oceanos bem governados são o fator-chave na gestão das ameaças e oportunidades.

Ao nível da governação global, é essencial mencionar o Painel dos Oceanos,²³ composto por 17 líderes mundiais comprometidos com uma “economia sustentável dos oceanos” (com a adesão, entre outros, dos presidentes do México, Chile e Portugal da região ibero-americana). Tal forneceu algumas orientações para ajudar a implementar acordos internacionais, como os celebrados na **COP21 de Paris** para limitar o aumento da temperatura global a 2°C ou os próprios ODS.²⁴

Finalmente, em 2019, o Pacto Global das Nações Unidas desenvolveu os *Princípios para um Oceano Sustentável*,²⁵ um documento que orienta as empresas na sua contribuição para o cuidado a ter com oceanos.

2.2. O conceito de economia azul e a sua aplicação

A economia azul procura utilizar e explorar os recursos marinhos e costeiros como fonte de criação de riqueza e bem-estar sustentáveis para as populações, contribuindo também para a preservação e recuperação da biodiversidade.²⁶ A partir deste conceito básico, diferentes instituições internacionais ofereceram a sua própria definição de economia azul, embora para efeitos do presente relatório se adote a interpretação do Banco Mundial, por ser a mais referenciada entre os países ibero-americanos.

²⁰ UNEP. (s. f.). *Sustainable Blue Economy Finance Initiative: A leadership community accelerating the transition towards the sustainable use of the world's ocean, seas and marine resources*. (Link)

²¹ Pacto Global das Nações Unidas. (2019). *Global Goals, Ocean Opportunities*. (Link)

²² Pacto Global das Nações Unidas. (n. d.). *Princípios para um oceano sustentável*. (Link)

²³ Painel de Alto Nível para uma Economia Sustentável dos Oceanos. (2021, novembro). *Declaração dos líderes do Painel de Alto Nível para uma Economia Sustentável dos Oceanos na COP26*. (Link)

²⁴ Investir em soluções climáticas baseadas na natureza. Aproveitar a energia renovável do oceano. Descarboxiar as indústrias oceânicas. Alimentos sustentáveis e seguros para o futuro. Promover a implantação da captura e armazenamento de carbono. Expandir a observação e a investigação dos oceanos.

²⁵ Princípios do Pacto Global para um Oceano Sustentável. (Link)

²⁶ World Bank and United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2017). *The Potential of the Blue Economy: Increasing Long-term Benefits of the Sustainable Use of Marine Resources for Small Island Developing States and Coastal Least Developed Countries*. World Bank, Washington D. C. (Link)

O Banco Mundial define a economia azul como uma economia que envolve a **utilização sustentável dos recursos dos oceanos** para o crescimento económico, melhorando a vida, o emprego e a saúde do ecossistema marinho e das pessoas que dele vivem.

A aplicação do conceito de economia azul tem um impacto significativo no território, promovendo a sustentabilidade de forma integral e complementar a outros processos. Diversas organizações multilaterais, entidades regionais, autoridades nacionais e locais, bem como setores específicos, iniciaram a sua aplicação em exercícios de planificação estratégica para o desenvolvimento dos territórios. A aplicação do conceito de economia azul, de acordo com as fontes primárias e secundárias consultadas, contempla pelo menos oito abordagens que são aplicadas de forma relacional e que a seguir serão definidas. Nas secções seguintes serão dados exemplos ilustrativos da aplicação de cada uma destas abordagens na Ibero-América, e identificadas as limitações e oportunidades para o seu desenvolvimento.

Âmbito territorial. A delimitação do território leva a compreender a sua dinâmica e as interações entre os diferentes agentes sociais, económicos e ambientais. Este exercício permite concentrar os esforços nas oportunidades e nas lacunas do território. Este pode ter a dimensão que se considerar mais adequada a cada caso (regional, sub-regional, nacional, local), muito embora o âmbito da estratégia possa ser adaptado.

Compreensão holística e transversal do território. A análise do território, qualquer que seja a sua delimitação, deve ser feita considerando, ao mesmo tempo, as diferentes dinâmicas sociais, económicas e ambientais que nele ocorrem e interagem. Este facto permite identificar os possíveis conflitos de utilização, os impactos e as potenciais sinergias. Esta visão holística capta, entre outras coisas, os fundamentos dos processos de planeamento espacial marinho. A transversalidade envolve a inclusão de fatores-chave e de condicionalismos para a sustentabilidade da estratégia, tendo em conta, para além das três dimensões, aspetos como a igualdade de género, a governação, a abordagem dos direitos humanos, bem como abordagens diferenciadas para os povos originários e afrodescendentes.

Análise setorial e intersetorial. A análise setorial consiste em identificar os setores económicos relacionados com o domínio marinho e costeiro e as oportunidades de desenvolvimento individual e em cooperação entre eles, favorecendo a criação de sinergias.

Espaços inclusivos de participação. A participação e representação dos agentes do território são essenciais para garantir uma tomada de decisões inclusiva e eficaz no desenvolvimento de políticas e estratégias relacionadas com a economia azul e a sustentabilidade dos oceanos. Estes agentes incluem governos, empresas, comunidades locais, ONG, universidades e outros grupos com interesse, influência ou impacto nesta matéria.

Projetos e ações. Um dos elementos diferenciadores das estratégias da economia azul é a vocação pró-ativa para o desenvolvimento de projetos e ações concretas - concebidos com a participação dos grupos de interesse, através de espaços criados para o efeito - com o objetivo de fornecer soluções para as necessidades e lacunas de competitividade. A definição de projetos e ações concretas dá

credibilidade ao conceito de economia azul, sendo integrador de necessidades territoriais numa perspetiva setorial com visão de desenvolvimento sustentável.

Avaliação de impacto. A economia azul integra-se nos processos de gestão da mudança; envolve uma forma diferente de fazer as coisas e, por isso, é fundamental medir de que modo a implementação de projetos e ações, concebidos de forma concertada, permite produzir os resultados esperados. Assim, o impacto é medido através de indicadores (KPI)²⁷ sociais, económicos e ambientais, a nível micro e macroeconómico.

Comunicação. A comunicação, enquanto veículo de transmissão dos resultados do processo de mudança, é necessária para manter os diferentes agentes envolvidos e também para reforçar a credibilidade do processo. Através de uma comunicação clara e eficaz, é possível partilhar os progressos, as realizações e os resultados alcançados na implementação das iniciativas da economia azul, o que promove o envolvimento e o apoio contínuos das partes interessadas. Além disso, uma comunicação transparente e acessível ajudará a criar confiança na sociedade em geral, contribuindo para a consolidação de uma abordagem sustentável e responsável da gestão dos recursos marinhos e do desenvolvimento económico da região.

Afetação de recursos técnicos e financeiros. A viabilidade da implementação do conceito de economia azul através de projetos e ações exige a afetação de recursos técnicos e financeiros, que devem ser aprovados para garantir o sucesso das iniciativas e a obtenção das metas estabelecidas. A afetação de recursos permitirá reforçar as capacidades de investigação, tecnologia e inovação, bem como apoiar as comunidades costeiras na adoção de práticas sustentáveis. Além disso, o investimento em recursos financeiros será essencial para apoiar o desenvolvimento de infraestruturas e projetos que promovam a preservação do ambiente marinho e costeiro e o crescimento económico sustentável, em conformidade com os princípios da economia azul.

2.3. O impacto da economia azul no desenvolvimento da Agenda 2030

A Agenda 2030 assenta nos princípios de “universalidade”, de “não deixar ninguém para trás”, de “interconexão e indivisibilidade”, de “inclusão” e de “cooperação entre as várias partes interessadas”. Por sua vez, com base nestas premissas, construiu-se uma agenda baseada em cinco dimensões: pessoas, prosperidade, planeta, participação coletiva e paz.

Tomando a definição de economia azul, que considera a contribuição para o aproveitamento dos recursos marinhos, assegurando e investindo simultaneamente na recuperação e preservação dos oceanos e no bem-estar social, podemos ver como a sua implementação contribui de forma concreta para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ODS 1: Erradicar a pobreza. A economia azul pode criar empregos e oportunidades económicas para as comunidades costeiras, reduzindo a pobreza e melhorando o bem-estar das pessoas que dependem dos recursos marinhos e costeiros para a sua subsistência.

²⁷ Os KPI, *Key Performance Indicators*, ou indicadores-chave do desempenho, em português, são ferramentas fundamentais para medir o sucesso das ações e dos processos, avaliando o seu contributo para a concretização dos objetivos e permitindo detetar a necessidade de ajustes quando os resultados não correspondem às expectativas.

ODS 2: Erradicar a fome. A pesca e a aquicultura sustentáveis promovidas pela economia azul podem aumentar a disponibilidade de alimentos e contribuir para a segurança alimentar das populações costeiras.

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis. As energias renováveis marinhas - como a energia eólica offshore e a energia das ondas - são uma opção promissora no âmbito da economia azul para fornecer fontes de energia sustentável e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico. A economia azul pode estimular o crescimento económico através de setores como o turismo costeiro, a pesca ou a aquicultura sustentáveis e a biotecnologia marinha, criando emprego e oportunidades de negócio.

ODS 9: Indústria, inovação e infraestruturas. A economia azul promove a inovação em setores como a biotecnologia marinha, as energias renováveis marinhas e a gestão sustentável dos portos e do transporte marítimo. Estas inovações podem contribuir para o desenvolvimento de infraestruturas e tecnologias marinhas avançadas, promovendo assim o crescimento de indústrias relacionadas com os oceanos. São também capazes de estimular o investimento em infraestruturas costeiras que podem melhorar vários setores, como o turismo sustentável e a aquicultura, o que, por sua vez, cria oportunidades de emprego e crescimento económico em setores indiretos.

ODS 10: Reduzir as desigualdades. A economia azul tem potencial para desempenhar um papel importante na redução das desigualdades, ao criar emprego e oportunidades económicas nas comunidades costeiras, incluindo as que se encontram em situação de vulnerabilidade. As diferentes atividades económicas ajudam a empoderar as comunidades locais e a reduzir as disparidades.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis. A economia azul tem um impacto direto no desenvolvimento de cidades e comunidades costeiras sustentáveis. Promove a planificação e a gestão adequada das zonas costeiras, fomentando a criação de cidades e regiões resilientes às catástrofes naturais e à subida do nível do mar. Além disso, o desenvolvimento social e económico das zonas costeiras é capaz de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes com a criação de emprego, de oportunidades de negócio e de infraestruturas nas áreas costeiras.

ODS 12: Produção e consumo sustentáveis. A economia azul incentiva a gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros ao promover a pesca responsável, o turismo sustentável e a redução da poluição, contribuindo assim para um consumo mais consciente e responsável.

ODS 13: Ação climática. A economia azul pode ser um ator fundamental na luta contra as mudanças climáticas, promovendo as energias limpas, reduzindo as emissões de carbono e adaptando-se aos impactos das mudanças climáticas nas zonas costeiras.

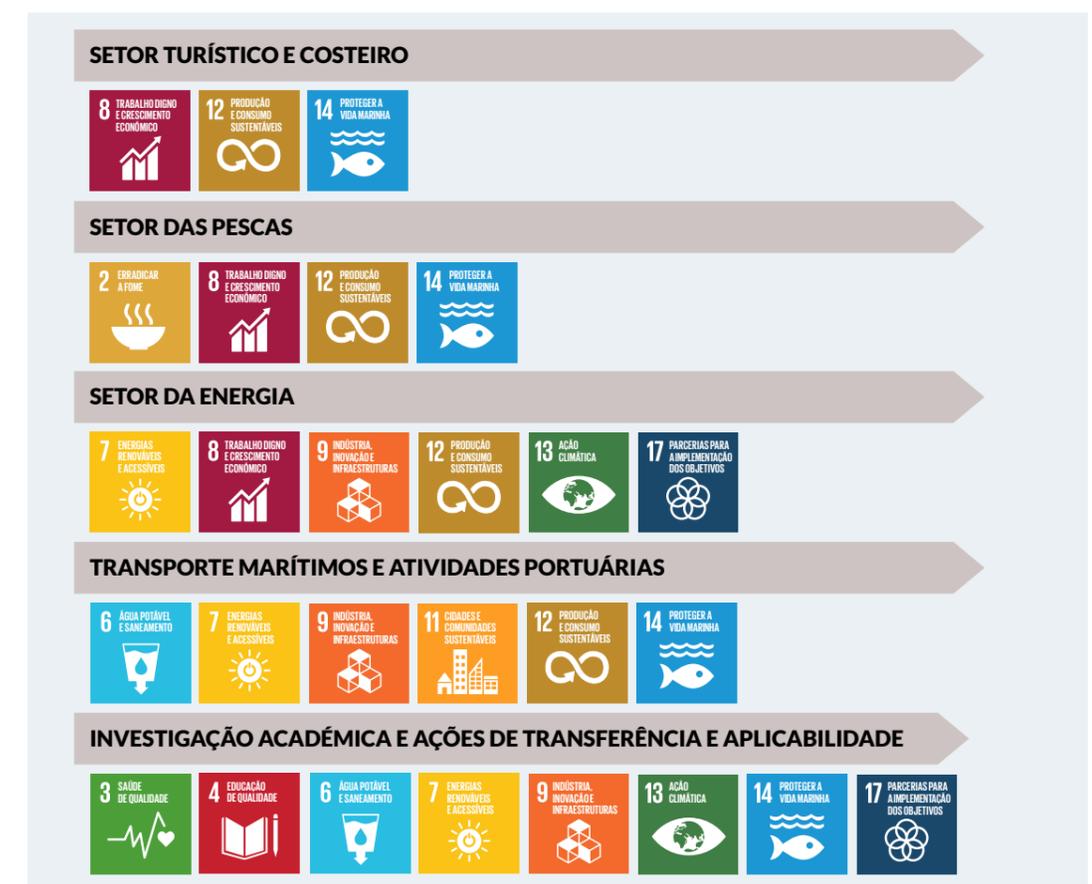
ODS 14: Proteger a vida marinha. A conservação e a utilização sustentável dos recursos marinhos promovidas pela economia azul são essenciais para proteger a biodiversidade e os ecossistemas marinhos.

ODS 15: Proteger a vida terrestre. A economia azul também pode desempenhar um papel muito

importante na proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos, assegurando a sua conservação e recuperação.

ODS 17: Parcerias para a implementação dos objetivos. A criação de quadros abertos e participativos é imprescindível para a obtenção de qualquer processo de desenvolvimento sustentável; é necessário promover parcerias que envolvam o setor público e privado, o meio académico e a sociedade civil. De forma prática e sintética, sabendo que a economia azul está integrada em todos os setores económicos que se desenvolvem no âmbito marinho e costeiro, o Gráfico 3 mostra a contribuição de cada um deles para a realização dos ODS, bem como para as suas metas. As secções seguintes analisarão mais detalhadamente as atividades azuis que estão a ser desenvolvidas nos países ibero-americanos e como estes aplicam a economia azul na que se baseiam para contribuir para a Agenda 2030.

Gráfico 3. Mapa do impacto da economia azul da Ibero-América nos ODS



Fonte: elaboração própria.

3. A ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA: CONTEXTO E RELEVÂNCIA

A economia azul inclui um conjunto de atividades humanas que dependem dos oceanos, tais como a pesca, aquicultura, biotecnologia marinha, energia, turismo, transporte marítimo e atividades portuárias. Estas são funções fundamentais para a sustentabilidade económica e o bem-estar de muitas comunidades costeiras e nações, pois proporcionam recursos naturais, criam emprego e contribuem para o desenvolvimento.

Com um valor económico anual estimado em 2,5 biliões de dólares, a economia azul é a sétima maior economia do mundo.²⁸ De acordo com o estudo *O que é a economia azul?*, publicado pela Comissão Europeia em 2022, o valor acrescentado gerado pela economia azul na União Europeia cresceu quase 10% (9,7%) entre 2009 e 2016 e prevê-se que em 2030 duplique a taxa de crescimento da economia convencional.

Em 2019, a produção direta gerada pela economia azul na União Europeia foi de 6,9 biliões de dólares, o comércio e o transporte criaram um valor global de 5,2 biliões e as zonas costeiras de 7,8 biliões. O volume do comércio marítimo duplicará até 2030, o volume portuário poderá quadruplicar até 2050,²⁹ a aquicultura está a crescer a um ritmo de 6,6% por ano, a biotecnologia marinha situa-se em torno dos 10% por ano e, até 2030, a energia eólica *offshore* poderá vir a satisfazer 14% da procura de eletricidade da União Europeia.

Por sua vez, todos os setores da economia azul criam grandes oportunidades de trabalho. Por exemplo, de acordo com o relatório *“The potential of the blue economy”* do Grupo do Banco Mundial e das Nações Unidas estima-se que a pesca e a aquicultura empregam entre 10 e 12% da população mundial, chegando a atingir 90% em alguns países não industrializados. Tudo isto se confirma na consulta efetuada no âmbito do processo participativo (ver metodologia no [Apêndice 1](#)); os setores prioritários para a economia azul na Ibero-América são a pesca (96%), o turismo marítimo costeiro (70%) e as atividades marítimas e desportivas (navegação, vela, mergulho, etc.) (41%).

²⁸ UNEP. (s. f.). *Sustainable Blue Economy Finance Initiative: A leadership community accelerating the transition towards the sustainable use of the world's ocean, seas and marine resources.* ([Link](#))

²⁹ Ghosh, I. (2020). «World Oceans Day: Visualizing the human impact on the ocean economy». World Economic Forum. ([Link](#))

3.1. O valor da economia azul na Ibero-América

Um dos maiores desafios para a elaboração deste relatório foi a identificação de dados homogêneos e comparáveis que permitissem oferecer um valor global da contribuição da economia azul na Ibero-América.

Ainda não é possível considerar dados homogêneos que nos permitam quantificar o valor total de cada setor que compõe a economia azul na Ibero-América, embora se tenha trabalhado para apresentar números que possibilitem uma análise robusta e que estabeleçam as bases para um trabalho posterior nesse sentido.

Todos os países ibero-americanos - cujos habitantes representam 9% da população mundial - são, de uma forma ou de outra, afetados pela economia azul, quer devido à vasta extensão de países costeiros na região, quer por serem utilizadores de zonas marítimas portuárias ou por serem emissores de efluentes para os rios que desaguam nos oceanos.

Na América Latina e no Caribe, 27% da população vive em zonas costeiras e, em 2018, mais de 2,5 milhões de pessoas (muitas delas em situação de pobreza) trabalhavam diretamente na pesca ou na aquicultura, proporcionando uma contribuição económica anual de cerca de 25 mil milhões de dólares para o PIB da região (valores próximos dos 0,5% do PIB total da região).³⁰

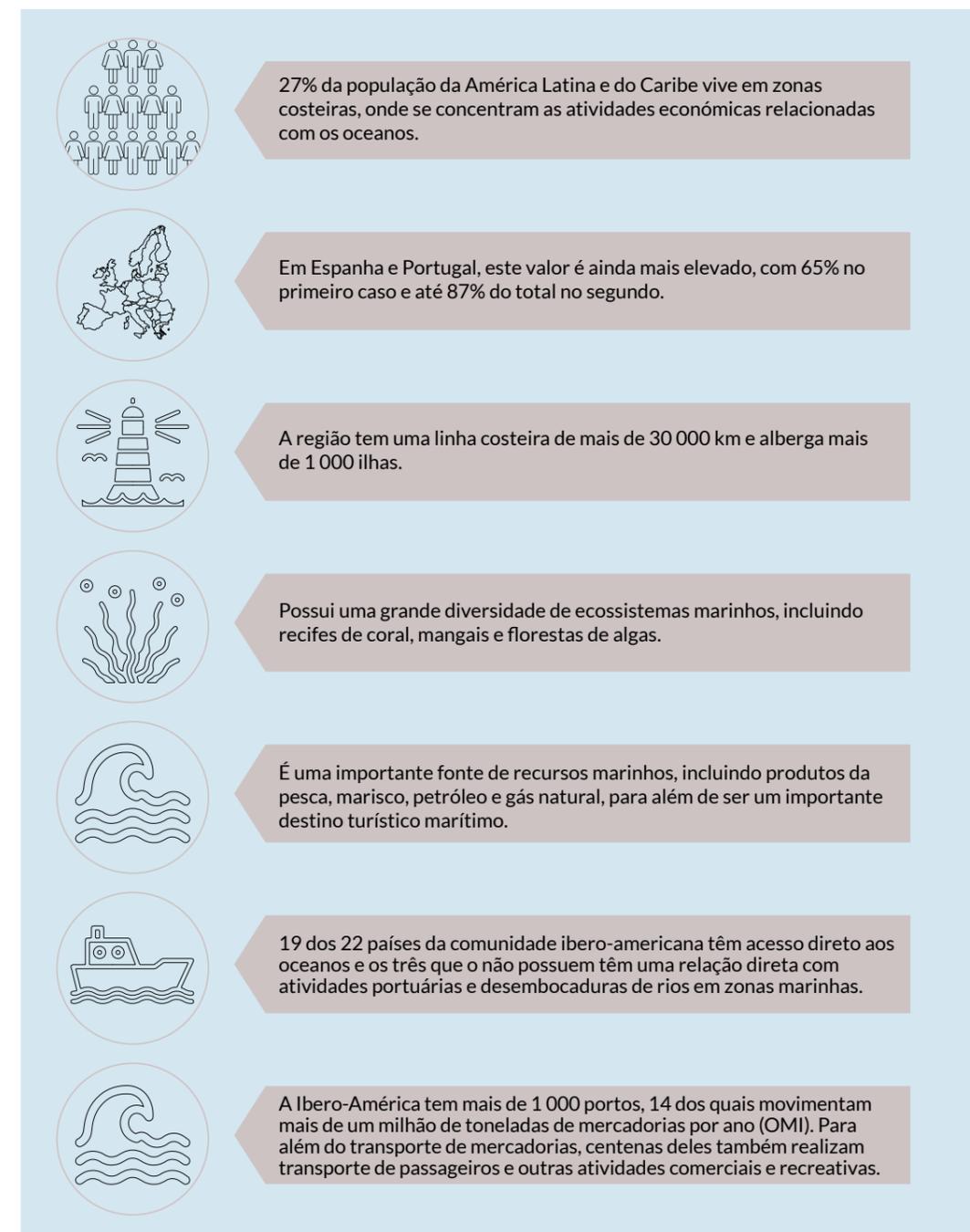
Mais especificamente, os Estados insulares do Caribe encontram-se numa situação geográfica que os torna mais vulneráveis a catástrofes e a fenómenos meteorológicos extremos, bem como a um acesso mais difícil à água doce e a terras menos adequadas para a agricultura. Na sua maioria, estes Estados dependem muito dos recursos oceânicos e, por conseguinte, a saúde destes recursos é crucial para o desenvolvimento das principais atividades económicas geradoras de rendimentos, como o turismo e a pesca. De acordo com os dados disponíveis, estas atividades representam, em média, 27% do PIB dos Estados insulares do Caribe.³¹

Em Espanha, de acordo com o *Relatório de Sustentabilidade 2022*, publicado pela Fundação Alternativas,³² os setores que constituem a economia azul nesse país empregam 834 696 pessoas, pouco mais de 4,2% do total dos postos de trabalho do país, e geram cerca de 23 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto.³³ Do mesmo modo, em Portugal, de acordo com o Observatório da Economia Azul da Direção-Geral dos Recursos da Pesca (DGRM), em 2020 a economia azul portuguesa representou um valor de 14 200 milhões de euros, o que equivale a 5,1% do PIB nacional.

Embora alguns países já estejam a avançar para modelos de desenvolvimento baseados na economia azul, a cooperação e a integração em matéria de governação são fundamentais para que este conceito permeie todas as atividades marinhas e costeiras de forma transversal e eficaz. Por esse motivo, apesar de existirem alguns dados que fornecem informações setoriais sobre a relevância de cada uma delas (desenvolvidos no capítulo 4 do presente relatório), é difícil quantificar de forma

comum o volume da economia azul em toda a Ibero-América. A seguir, apresentam-se alguns valores que podem dar uma ideia da dimensão e da importância da economia azul na Ibero-América.³⁴

Gráfico 4. Economia azul na Ibero-América



Fonte: Elaboração própria.

³⁰ Bucaram-Villacís, S. J. (2021). "Uma visão azul para a América Latina e o Caribe". Sustentabilidade. (Link)

³¹ Banco Mundial-Problue. (2021). *Experiências para o desenvolvimento da economia azul do Peru*. (Link)

³² Molina García, A. et al. (2022). *Relatório da sustentabilidade em Espanha 2022: Indicadores, desafios e oportunidades da economia azul*. Fundação Alternativas, Ed. (Link)

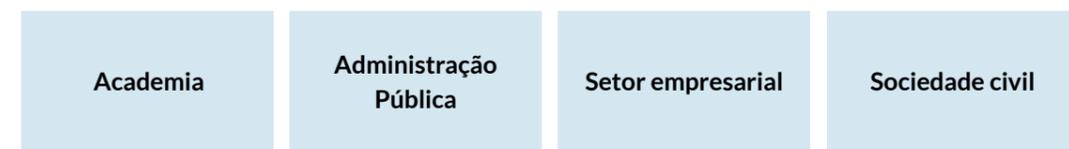
³³ Rede Espanhola do Pacto Mundial. (2020). *Oceanos saudáveis e sustentáveis: Oportunidades para o setor em-presarial na economia azul*. (Link)

³⁴ Para a elaboração desta infografia foram consultadas diversas fontes, mencionadas nas referências bibliográficas, entre elas: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os institutos nacionais de estatística de Espanha e Portugal, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Marítima Internacional (OMI).

3.2. Os agentes da economia azul

A definição das relações entre os diferentes setores, os seus agentes e a promoção de sinergias entre eles é imprescindível para poder criar vantagens competitivas nas diferentes cadeias de valor da economia azul. É por isso que um dos aspetos fundamentais da implementação da economia azul é o envolvimento dos diferentes grupos de interesse desde o processo de conceção.

A seguir, graças à recolha de informações através de fontes primárias e secundárias, identificam-se as principais categorias dos agentes da economia azul, fazendo uma reflexão sobre cada um dos grupos e dando alguns exemplos concretos dentro de cada categoria.



No contexto da economia azul, o grupo dos agentes incluídos no meio académico refere-se a grupos de investigação e formação, tanto a nível universitário como profissional, que centram o seu trabalho no aproveitamento dos recursos marinhos e costeiros. Isto inclui disciplinas sociais e científicas, tais como economia, turismo, biologia ou ciências ambientais, serviços ecossistémicos e engenharia, bem como energia, logística, transportes portuários, género, cultura, desenvolvimento e, em geral, qualquer disciplina que possa ser direta ou indiretamente aplicada à economia azul.

A cooperação académica permite enriquecer os processos graças à transferência de conhecimentos, à experiência acumulada e à criação de sinergias. Destacam-se o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e a Fundação Espanhola para a Ciência e Tecnologia, F. S. P. (FECYT), que contribuíram para a produção e divulgação de conhecimentos sobre recursos marinhos e costeiros em cooperação e parceria com diferentes agentes académicos a nível ibero-americano.

Na sequência da missão das universidades e dos centros de formação profissional de contribuírem para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que exercem a sua influência, a cooperação com o seu ambiente privado e público deve ser reforçada e assegurada através de processos de transferência. Esta transferência dos resultados da investigação para o desenvolvimento setorial e empresarial é patrocinada por programas concretos que se apoiam na cooperação entre agentes.

Algumas das iniciativas desenvolvidas nos últimos anos no domínio da formação e da investigação da economia azul, e que na sua maioria incluem a cooperação com outros agentes, são as seguintes:

- Pampa Azul³⁵ é uma iniciativa interministerial do Governo da Argentina que visa promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação que contribuem para a segurança e o desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável, com enfoque na inovação tecnológica, na inclusão social com perspetiva de género, na proteção dos bens naturais marinhos e na integração dos ambientes marinhos e costeiros, bem como promover a formação

de capacidades em disciplinas científicas e áreas tecnológicas afins. Visa também fomentar uma maior consciência social sobre os serviços e benefícios do mar, através de uma agenda específica de comunicação e divulgação científica.

- La Xarxa Marítima de Catalunya (Blue NetCat)³⁶ em Espanha é constituída por uma rede de investigadores que transferem conhecimentos, tecnologias e inovações de economia azul. Atualmente, reúne 64 grupos de investigação de diferentes instituições que trabalham estruturados em sete desafios marítimos. Estas sete áreas abordam aspetos ambientais, sociais e económicos, promovendo a inovação e a participação da sociedade civil. Além disso, consideram os impactos dos oceanos na saúde humana e abordam a poluição marinha e a descarbonização, dando prioridade à economia circular, bem como à valorização e regeneração dos recursos marinhos para obter produtos sustentáveis com elevado valor acrescentado. Por último, incluem-se os riscos marinhos e as mudanças climáticas, bem como a gestão do espaço marítimo-terrestre. Por outro lado, trabalham em conjunto com outros grupos de investigação da Colômbia, México e Chile.
- Projeto Singular de Ações de Transferência de Conhecimento para a Intensificação da Economia Azul na Andaluzia³⁷ (Espanha) que procura aumentar e reforçar a interligação entre os agentes do conhecimento, consolidando e tornando mais eficiente o ecossistema do conhecimento andaluz neste domínio.
- Os encontros internacionais sobre conhecimento e economia azul InnovAzul,³⁸ no âmbito do projeto Inovação e Transferência para a Economia Azul (ITEAzul), liderado pela Universidade de Cádiz e cofinanciado pelo Programa Operacional FEDER 2014-2020 e pela Secretaria Regional de Universidades, Investigação e Inovação da Junta da Andaluzia. São espaços de intercâmbio entre profissionais dos setores da economia azul para promover a inovação, a transferência de conhecimentos e a troca de soluções tecnológicas inovadoras que aumentam a competitividade da indústria e da sociedade.
- Por sua vez, o Projeto Atlazul³⁹ é uma iniciativa de cooperação entre Espanha e Portugal que promove a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação para a economia e o crescimento azul. Neste projeto, as regiões participantes pretendem aprofundar oportunidades, promovendo políticas de Crescimento Azul que explorem as sinergias resultantes das relações construtivas entre os diferentes setores que operam neste domínio.
- De igual modo, a Rede Ibero-Americana de Gestão Costeira Integrada (IBERMAR),⁴⁰ patrocinada pelo Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e constituída por mais de 200 investigadores e gestores, divididos em grupos de 16 países diferentes, tem por objetivo contribuir para a obtenção dos compromissos globais e regionais relacionados com o espaço marítimo e costeiro ibero-americano, promovendo a aproximação entre a ciência e a tomada de decisões.

Os grupos de interesse do Governo ou da Administração pública referem-se a todos os grupos de natureza governamental a nível nacional e local. O papel da Administração na economia azul é fundamental enquanto facilitadora dos processos de conceção e desenvolvimento de estratégias.

³⁶ BlueNetCat. (2023). BlueNetCat. ([Link](#))

³⁷ CEI-Mar e UCA (Campus de Excelência Internacional Global do Mar - Universidade de Cádiz). (2020). *Inovação e transferência para a Economia Azul-ITEAzul: Projeto Singular de Ações de Transferência de Co-nhecimento para a Intensificação da Economia Azul na Andaluzia*. ([Link](#))

³⁸ II Encontro Internacional sobre Conhecimento e Economia Azul. (n.d.). ([Link](#))

³⁹ ATLAZUL: *Iniciativa de cooperação entre as regiões da Andaluzia, Alentejo, Algarve e Galiza para o crescimento azul*. (n.d.). ([Link](#))

⁴⁰ Red IBERMAR. (n.d.). ([Link](#))

³⁵ Pampa Azul. (s. f.). *Pampa Azul I*. ([Link](#))

Nos últimos dois anos, registou-se um aumento do número de regiões que trabalham na governação da economia azul, tais como a região andina e o SICA, bem como do número de países que iniciaram o processo de conceção das suas estratégias nacionais, como o Panamá e Portugal.

As experiências analisadas indicam que os organismos regionais ou os ministérios com competência direta em matéria de recursos marinhos e costeiros são os que estabelecem as bases de governação para a promoção da economia azul. A importância do envolvimento da Administração pública no desenvolvimento da economia azul reside em que esta determina a viabilidade ou não da sua implementação. É esta que contribui para assegurar a integração nos planos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais e, deste modo, assegura as dotações orçamentais.

Além disso, a cooperação da Administração com os restantes agentes é crucial para garantir a adequação e a viabilidade dos quadros de governação, tanto a nível regulamentar e de planificação estratégica, quanto a nível de financiamento. A criação de espaços de diálogo entre os agentes, em que a Administração pode reunir as necessidades dos setores económicos e da academia em termos de capacidades e das necessidades e exigências da sociedade civil, contribui para a governação.

O financiamento da economia azul é um dos desafios para a sua viabilidade e por esse motivo os esforços que as Administrações devem fazer para estabelecer parcerias com entidades financiadoras tornam-se mais relevantes. Neste contexto, o papel dos bancos multilaterais, tais como o BCIE, BID, CAF e Banco Mundial, é fundamental. Paralelamente, as parcerias dos Governos com os bancos comerciais e os fundos de investimento especializados em economia azul são imprescindíveis para assegurar o fluxo de financiamento dos investimentos público-privados.

A sensibilização do setor empresarial relativamente ao seu papel de agente de desenvolvimento estratégico nas suas áreas de influência é essencial para a implementação do conceito de economia azul.

O envolvimento das confederações, das câmaras de comércio, das organizações setoriais regionais (tais como a ALPESCAS e a CONFEPESCA na região SICA, o Cluster de Inovação Aquícola no Chile, a ACLUNAGA em Espanha, ou o Cluster de Inovação Azul em Portugal) e das empresas de forma individual permitem a promoção do desenvolvimento empresarial no âmbito de esquemas de sustentabilidade. Esta última é atualmente um importante valor acrescentado exigido pelos consumidores e mercados, ao qual as empresas estão a responder com mudanças nos modelos de gestão, que exigem investimentos significativos (gestão dos recursos naturais, substituição de plásticos, rastreabilidade e outros). O papel das empresas e a sua cooperação com outros agentes favorecem, sem dúvida, a inovação dos processos, produtos e serviços azuis.

As organizações sem fins lucrativos que operam no domínio da economia azul são diversas e importantes. Embora se agrupem fundamentalmente no contexto ambiental, são também relevantes nas áreas dos direitos sociais e económicos (consumo). O papel da sociedade civil consiste em colaborar na identificação e em propor soluções para os desafios da sustentabilidade em que a participação cidadã e a investigação sejam fundamentais. Assim, como exemplo, destaca-se o trabalho realizado no âmbito da cooperação com a Comissão Centro-Americana de Ambiente e Desenvolvimento (CCAD) por organizações como a WWF, a CoralReef, a Nature Conservancy e

outras, no processo de conceção do Protocolo Regional de Economia Azul para os Países do Sistema de Recifes Mesoamericano (SAM) com uma abordagem da bacia ao recife.

Finalmente, a posição da sociedade civil nos diferentes órgãos de decisão é a base fundamental de reclamações e propostas para o desenvolvimento de políticas e iniciativas de valor.

3.3. Iniciativas relevantes para promover a economia azul na Ibero-América

A presente secção faz referência a algumas das iniciativas ligadas à economia azul na Ibero-América. Não se trata de uma descrição pormenorizada, nem inclui todas as iniciativas em curso, mas alguns casos selecionados de particular interesse, quer pela sua natureza regulamentar, quer pelas boas práticas ou pelo desenvolvimento do conceito de economia azul. Para um melhor acompanhamento, serão classificadas de acordo com o seu âmbito geográfico.

Iniciativas regionais

Iniciativa	Objetivo e tema	Contribuição
Cúpula da Economia Azul da América Latina e do Caribe, organizada em 2019 pelo Governo das Honduras, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Secretariado da Convenção de Cartagena	O principal objetivo da Cúpula foi o de promover o desenvolvimento sustentável da economia azul na região, incentivando a utilização responsável dos recursos marinhos e costeiros para gerar crescimento económico, e simultaneamente procurando proteger o ambiente marinho. A Cúpula abordou questões relacionadas com a conservação dos ecossistemas marinhos, a pesca sustentável, o turismo costeiro, as energias marinhas renováveis, a gestão sustentável dos oceanos e outras. A iniciativa procurou promover o desenvolvimento de políticas e estratégias regionais que contribuíssem para o crescimento azul sustentável na América Latina e no Caribe, bem como a identificação de soluções inovadoras, incluindo o desenvolvimento de padrões de produção e consumo sustentáveis.	Um dos seus principais resultados foram os Compromissos de Roatán, que estabelecem ações-chave a nível regional para transformar o desenvolvimento socioeconómico da região através de parcerias entre os Governos, a sociedade civil, as comunidades originárias, o meio académico e o setor privado.
Parlamento Andino: Quadro Regulamentar da Economia Azul Sustentável,⁴¹ 2020	Procurou promover a definição, consolidação e promoção de atividades económicas baseadas nos recursos naturais marinhos, costeiros, lacustres e fluviais, no âmbito da economia azul nos seus Estados-membros.	Embora seja ainda demasiado cedo para avaliar plenamente os resultados desta iniciativa, a sua redação e conteúdo, que apelam a um trabalho conjunto numa perspetiva de sustentabilidade na gestão dos oceanos, são dignos de nota.

⁴¹ Parlamento Andino. (2020). *Quadro Regulamentar da Economia Azul Sustentável*. (Link)

Convenção para a Conservação e o Desenvolvimento do Meio Marinho da Região do Grande Caribe,⁴² 1986	O Programa Ambiental do Caribe do PNUMA assegura a Secretaria deste tratado e apoia a implementação do Protocolo sobre a Prevenção, Redução e Controlo da Poluição Marinha de Fontes e Atividades Terrestres e o Plano de Ação Regional para a Gestão dos Detritos Marinhos. Isto inclui o apoio a projetos nacionais e regionais relacionados com o lixo marinho, bem como a promoção de reformas jurídicas e políticas nacionais.	Desde a sua entrada em vigor em 1986, tem promovido a cooperação regional para enfrentar os desafios ambientais e conduzido a iniciativas para proteger os ecossistemas marinhos e costeiros da região. Embora se tenham registado alguns progressos, continuam a existir desafios na implementação e a necessidade de abordar mais eficazmente as ameaças ambientais na zona.
Corredor Marinho de Conservação do Pacífico Oriental Tropical: Colômbia, Costa Rica, Equador e Panamá	Iniciativa regional para a conservação e utilização sustentável que visa a gestão adequada da biodiversidade e dos recursos marinhos e costeiros através de um trabalho ecossistémico e do estabelecimento de estratégias regionais governamentais conjuntas.	Tem contribuído para a conservação e a proteção dos ecossistemas marinhos da região. Foram envidados esforços conjuntos para criar zonas marinhas protegidas e promover a colaboração entre os países para enfrentar desafios ambientais comuns.
Estratégia Regional para o Crescimento Azul nos Países do SICA, 2020⁴³	Aprovada pelo Conselho de Ministros Competentes em matéria de Atividades Pesqueiras e Aquícolas do Sistema de Integração Centro-Americana, tem como objetivo estabelecer as bases para a geração de um crescimento baseado na utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das pessoas centro-americanas, sempre sob uma abordagem de sustentabilidade.	Registaram-se progressos no reforço da cooperação entre os países membros do SICA para aproveitar de forma sustentável os recursos marinhos e costeiros, promovendo atividades económicas e conservando o ambiente marinho. Atualmente, é também um quadro de planificação estratégica no domínio marinho e costeiro e, como tal, é reconhecida pelas diferentes instâncias, após ter sido aprovada pela Cúpula dos Presidentes em junho de 2021.
Abordagem da Comissão Europeia sobre a Economia Azul (aplicável a Espanha e Portugal)	A abordagem da Comissão Europeia sobre a economia azul centra-se em promover um desenvolvimento sustentável e integrado das atividades económicas relacionadas com os oceanos e mares, procurando maximizar o potencial económico e, ao mesmo tempo, proteger e conservar os recursos marinhos e assegurar a sua utilização responsável para as gerações futuras.	Os seus objetivos incluem o fomento da inovação, da investigação e do investimento nos setores azuis, a promoção da criação de emprego e do crescimento económico sustentável e a resposta aos desafios ambientais para alcançar uma economia azul próspera e respeitadora do ambiente. Atualmente, as estratégias de desenvolvimento marinho e costeiro são enquadradas na abordagem da economia azul, com a tónica na medição do seu impacto real e na dinamização das economias e atividades emergentes.

⁴² PNUMA-Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2000). Convenção para a Conservação e o Desenvolvimento do Meio Marinho da Região do Grande Caribe. ([Link](#))

⁴³ OSPESCA. (2021). Estratégia Regional para o Crescimento Azul nos Países do SICA. ([Link](#))

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como Motor de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe	O BID engloba uma vasta gama de temas relacionados com a economia azul na América Latina e no Caribe. Algumas das áreas temáticas que o BID pode abordar neste contexto incluem o desenvolvimento sustentável das pescas e da aquicultura, a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, a promoção do turismo sustentável nas zonas costeiras, o impulso das energias renováveis marinhas, a gestão sustentável dos portos e do transporte marítimo, a promoção da economia circular na indústria marinha, a luta contra a poluição e a proteção da biodiversidade marinha.	Através dos seus projetos e programas de financiamento, o BID alcançou uma série de resultados significativos na América Latina e no Caribe. Estes resultados incluem áreas como as infraestruturas, a educação, a saúde, o desenvolvimento rural, o ambiente e o reforço das capacidades institucionais. Contribuiu igualmente para melhorar a qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento económico, a redução da pobreza e o fomento da sustentabilidade ambiental. Os seus esforços têm sido fundamentais para estimular projetos de desenvolvimento sustentável e implementar políticas públicas que visam o bem-estar e o progresso da região.
Painel de peritos organizado pela CAF para a sua estratégia quinquenal de Economia Azul	A CAF, o Banco de Desenvolvimento da América Latina, está empenhada em melhorar a qualidade de vida na região através de ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a integração regional. Trabalhando com 20 países da América Latina e do Caribe, Espanha, Portugal e bancos privados, a CAF presta aconselhamento e apoio financeiro aos setores público e privado, produzindo conhecimentos para reforçar as políticas públicas e melhorar o impacto dos projetos.	Durante a COP27 no Egito, a CAF organizou um painel de peritos para discutir a sua estratégia para os oceanos. Esta estratégia centra-se em impulsionar projetos regionais para o benefício social e comunitário, promover o turismo sustentável e contribuir para o crescimento económico. O organismo atribuirá 1 250 milhões de dólares à preservação da saúde dos oceanos e procurará alinhar os agentes e os interesses para conseguir investimentos eficientes e um impacto socioeconómico positivo nas comunidades locais. Os peritos sublinharam que a proteção marinha é também uma ação climática e salientaram a importância de liderar e coordenar estratégias para reduzir a perda de biodiversidade, promover o turismo sustentável e desenvolver iniciativas replicáveis a nível regional.
Projetos de apoio à gestão do Golfo de Fonseca (El Salvador, Honduras e Nicarágua)	Projetos de apoio à gestão do Golfo de Fonseca (El Salvador, Honduras e Nicarágua) e, especificamente, para reforçar e aumentar os conhecimentos nos setores da pesca, aquicultura, poluição marinha, ordenamento do espaço marinho e aumento da empregabilidade na economia azul.	Criação de oportunidades de emprego azul, com o apoio do Banco Mundial e do BCIE, como financiadores, e do SICA/OSPESCA, SICA/CCAD E SICA/SITCA, como instâncias regionais.

<p>Iniciativa de Pescas Costeiras Challenge Fund (CFI),⁴⁴ (Equador e Peru)</p>	<p>Iniciativa de Pescas Costeiras <i>Challenge Fund</i> (CFI),⁴⁵ financiada pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), gerida pelo Banco Mundial e implementado pelo Ministério do Ambiente do Peru e pelo Ministério da Produção, Comércio Externo, Investimento e Pescas do Equador.</p>	<p>O projeto CFI - América Latina reforça a governação das pescas no Equador e no Peru, combatendo a sobrepesca e promovendo a sustentabilidade da pesca costeira. Fomenta a regulamentação, vigilância e sinergias com as áreas protegidas, contribuindo para a gestão baseada nos ecossistemas, bem como a conservação marinha no Sudeste do Pacífico.</p>
--	--	--

Iniciativas nacionais

País	Iniciativa	Objetivo
Argentina	Projeto Pampa Azul	Pampa Azul é uma iniciativa governamental da Argentina que visa reforçar a investigação científica e a inovação no domínio marinho. Com uma abordagem multidisciplinar, prossegue objetivos como o desenvolvimento tecnológico, a conservação da biodiversidade marinha, a gestão dos riscos ambientais e a promoção do crescimento económico nas regiões marítimas. Este programa baseia-se no Programa Nacional de Investigação e Inovação Produtiva nos Espaços Marítimos Argentinos (PROMAR) e centra-se em cinco áreas geográficas prioritárias para os espaços marítimos argentinos. Também procura promover a colaboração internacional no domínio da investigação marinha.
Bolívia	Programa Nacional de Pescas e Aquicultura	Executado pela Bolívia em 2021, através do Ministério do Desenvolvimento Rural e das Terras, este Programa surgiu com o objetivo de reforçar o desenvolvimento e a produção aquícola e pesqueira nas Bacias do Prata, Amazonas e Altiplano, contribuindo para aumentar o consumo de peixe com a implementação de sistemas de produção sustentáveis e a gestão integrada dos recursos pesqueiros e aquícolas.
Brasil	Elaboração de uma nova Política Marítima Nacional (em curso)	O Brasil está atualmente a desenvolver uma nova política marítima nacional, que reflete e integra todas as políticas relacionadas com a utilização do mar. Um comité interministerial, criado em 2021, é responsável pela sua implementação.
Chile	Programa Nacional para os Oceanos. Plano para os Oceanos Sustentáveis do Chile 2023	O Plano para os Oceanos Sustentáveis do Chile 2023 é um plano para o desenvolvimento sustentável dos oceanos e das zonas costeiras do Chile. Foi aprovado pelo Governo em 2023 e visa promover o desenvolvimento económico, a criação de emprego e a conservação do ambiente através da utilização sustentável dos oceanos e das zonas costeiras. Baseia-se em ações concretas (tendo previamente definido as prioridades de iniciativas e de objetivos setoriais específicos) e está alinhado com a Política dos Oceanos do Chile.

⁴⁴ PNUD. (s. f.). «Iniciativa de pesquerías costeras-América Latina». (Link)

⁴⁵ PNUD. (s. f.). «Iniciativa de pesquerías costeras-América Latina». (Link)

Colômbia	Manifesto Azul para a Colômbia 2030 e Fórum Bioceânico de 2022	<p>O Manifesto Azul para a Colômbia 2030, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, em conjunto com diferentes autoridades nacionais e regionais do setor ambiental, é um documento que contém recomendações para a gestão integrada dos mares do país. Especificamente, este manifesto propõe aumentar o orçamento atribuído à gestão dos mares e das costas até 300%, bem como atingir o objetivo de <i>Poluição Zero</i> nos oceanos até 2030 e prevenir a poluição marinha de origem terrestre através de uma gestão adequada dos resíduos.</p> <p>No encerramento do Fórum Bioceânico, foi apresentada uma proposta de dez pontos para impulsionar a economia azul e preservar os oceanos, sublinhando a necessidade de equilibrar o desenvolvimento económico, a sustentabilidade e os aspetos sociais. Salientou-se a urgência de uma ação política e o envolvimento de vários setores na implementação de medidas a nível nacional e internacional. Entre as propostas contam-se compromissos para prevenir futuros conflitos decorrentes da degradação dos oceanos, envolver as crianças em iniciativas de conservação, atribuir recursos a programas marinhos, promover a economia circular, apoiar a colaboração nas comunidades piscatórias e promover a igualdade de género para tirar partido das oportunidades económicas ligadas à economia azul.</p>
Costa Rica	Estratégia de Recuperação Azul após a Covid-19	Baseia-se em três pilares: recuperação económica, especialmente nos setores azuis; conservação dos oceanos e da vida marinha; e inclusão, em todos os setores da economia azul. Tem sido um instrumento de dinamização da economia, juntamente com o turismo e a exploração sustentável dos recursos naturais, promovendo o ordenamento do espaço marinho, as parcerias público-privadas e o reforço dos sistemas de governação e dos quadros regulamentares para fomentar a participação da sociedade civil e dos diferentes ministérios.
Cuba	Blue Talks para os Oceanos, 2022	O encontro Blue Talks entre Portugal e Cuba centra-se na proteção dos oceanos e na inovação, como preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos. O primeiro painel debateu as tecnologias de aproveitamento da energia dos oceanos, avaliando o potencial de Cuba neste domínio. O segundo painel centrou-se na mitigação das mudanças climáticas através da captura de carbono azul, destacando o papel de Cuba na neutralidade climática. A colaboração científica, a consciencialização ambiental e a procura de soluções sustentáveis para os oceanos foram as forças motrizes desta reunião.
República Dominicana	Estratégia República Dominicana 30x30	Esta iniciativa do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais visa proteger 30% dos oceanos, terras e ecossistemas da República Dominicana através da tecnologia e da gestão de dados. Os seus objetivos incluem expandir as áreas protegidas, promover práticas sustentáveis de pesca e agricultura, diversificar o acesso ao financiamento, fomentar o turismo sustentável e melhorar a governação. Também se foca em formar as comunidades, investir recursos e estabelecer um plano para gerir eficazmente as áreas protegidas.
Equador	Ordenamento estratégico e jurídico da Economia Azul	Conjunto de políticas nacionais oceânicas e costeiras que foram promulgadas em 2014 e que já têm um Plano de Ordenamento do Espaço Marinho Costeiro. Estão atualmente a ser feitos progressos no sentido de um Quadro de Desenvolvimento da Economia Azul. Particularmente nas Ilhas Galápagos, os desafios da pesca costeira estão a ser abordados com investimentos para tornar o setor da pesca artesanal mais sustentável e competitivo no mercado local. Estão também a ser desenvolvidos esforços para garantir que as atividades humanas e as infraestruturas reduzam o seu impacto no mar e contribuam para melhorar a qualidade de vida da população.

El Salvador	Estratégia de Planos Locais de Aproveitamento Sustentável (PLAS)	Os PLAS constituem um dos mais importantes instrumentos de governação local para regular a exploração dos recursos dos mangais e para controlar o cumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério do Ambiente (MARN) de El Salvador. O seu objetivo é garantir o desenvolvimento socioeconómico e a conservação dos recursos naturais nas comunidades de Barra Santiago, Isla La Chácara e El Embarcadero (Cantão Barra Santiago), Los Mangos, Ceibillo (Cantão Guayapa Abajo) e Costa Brava (Cantão San Luis).
Espanha	Estratégia de Economia Azul Sustentável da Andaluzia Estratégia de Economia Azul das Ilhas Canárias 2021-2030 Estratégia de Economia Azul de Barcelona Estratégia de Economia Azul Sustentável da Galiza Estratégia Blue Growth da Autoridade Portuária de Vigo (desde 2016)	Diferentes regiões de Espanha, como a Andaluzia, as Ilhas Canárias, a Galiza e a cidade de Barcelona, que são zonas costeiras com uma forte ligação ao mar, desenvolveram estratégias subnacionais de economia azul para utilizar os recursos marinhos de forma sustentável e impulsionar os setores relacionados com o oceano. Por sua vez, a estratégia Blue Growth do Porto de Vigo centra-se em impulsionar o crescimento económico sustentável através da promoção e do desenvolvimento de atividades relacionadas com o mar. O seu objetivo é o de explorar os recursos marinhos de forma sustentável, promovendo setores como a pesca, a aquicultura, o turismo marítimo, a logística, a indústria naval e outros. O Porto de Vigo é atualmente considerado um exemplo mundial e uma referência no âmbito da economia azul.
Guatemala	Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho	Com o objetivo de preservar o ambiente e os recursos naturais, a Guatemala está a trabalhar na elaboração do Plano Nacional de Ação para o Lixo Marinho, em conformidade com a legislação em vigor. Para o efeito, o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais da Guatemala uniu forças com o PNUMA, a Batelle e a Fundação para a Conservação da Guatemala (FCG). Em conjunto, estão a colaborar no desenvolvimento deste plano, que deverá servir de instrumento de planificação e tomada de decisões por parte das autoridades competentes.
Honduras	Programa da Pesca e da Promoção da Aquicultura nas Honduras (SAG) (janeiro 2013 - janeiro 2023)	O Programa da Pesca e da Promoção da Aquicultura lidera o setor das pescas e da aquicultura para promover a sustentabilidade, a competitividade e os benefícios económicos e sociais. As suas ações incluem a emissão de licenças de exploração, a concessão de licenças especiais, a avaliação de espécies comerciais e a formação em matéria de regulamentação das pescas e áreas conexas.
México	Lei Geral da Pesca e da Aquicultura Sustentáveis (aprovada em 2021)	Esta lei procura regulamentar e promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura no México. Estabelece funções para a Federação, os estados e os municípios no seu cumprimento. Define os princípios de uma política nacional sustentável, cria o Conselho Nacional das Pescas e da Aquicultura e o Fundo de Desenvolvimento das Pescas. Facilita a planificação e o licenciamento, promove a saúde e a qualidade dos produtos e estabelece sanções em caso de má conduta no setor das pescas e da aquicultura.
Nicarágua	Código de Conduta da Pesca Responsável	O Instituto Nicaraguense de Pesca e Aquicultura, em colaboração com os Amigos da Terra, criou um guia para os pescadores artesanais e outros agentes do setor. O objetivo é promover uma pesca e uma aquicultura responsáveis, com medidas que protejam os recursos e o ambiente aquático. Este guia fornece conhecimentos sobre práticas sustentáveis para garantir uma utilização correta dos recursos, em equilíbrio com o ambiente.

Panamá	Política dos Oceanos, 2021, com uma abordagem de economia azul em toda a sua conceção	A Política Nacional dos Oceanos do Panamá é um plano elaborado de forma participativa que se centra em cinco eixos estratégicos para a gestão sustentável dos recursos marinhos. O plano inclui um total de 97 metas e 114 ações a implementar até 2030 e conta com um Plano de Acompanhamento para garantir a responsabilização e a transparência. A política centra-se na governação global dos espaços marinhos e na preservação dos recursos para as gerações futuras, contribuindo para o objetivo comum de proteger os oceanos.
Paraguai	Plano Nacional de Aquicultura Sustentável no Paraguai (em cooperação com a FAO)	A Estratégia Nacional visa implementar a Política Nacional para o Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável no Paraguai. O plano inclui ajustamentos institucionais e jurídicos, objetivos temáticos, linhas estratégicas, agentes responsáveis e metas com indicadores para avaliar os progressos. O objetivo consiste em desenvolver a aquicultura de forma sustentável, tirando partido dos recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da sociedade paraguaia através da integração das atividades económicas e da otimização dos recursos de produção.
Peru	Plano Nacional de Inovação das Pescas e da Aquicultura (PNIPA)	A base do PNIPA assenta nos princípios da economia azul. Este programa é financiado pelo Banco Mundial e coordenado pelo Ministério da Produção. O Plano procura aumentar a produtividade nos setores das pescas e da aquicultura através de investimentos em inovação, com critérios de competitividade e sustentabilidade socioambiental, que contribuirão para reforçar a capacidade das instituições governamentais, do setor privado e do setor das pescas.
Portugal	Ministério do Mar e Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	O Ministério do Mar de Portugal foi o primeiro ministério a publicar uma Conta Satélite do Mar que permite quantificar a dimensão da economia marítima portuguesa e a sua estrutura de produção, bem como a sua importância relativa (em comparação com o conjunto da economia). Este instrumento de política pública define a visão, os objetivos, as áreas de intervenção e as metas do país relativamente ao modelo de desenvolvimento dos oceanos.
Uruguai	Plano Nacional do Ambiente do Uruguai para o Desenvolvimento Sustentável e Estratégia Nacional de Biodiversidade (ENB)⁴⁶	O PNAUDS estabelece a política nacional para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, incluindo os ecossistemas marinhos e costeiros, ao passo que a ENB fornece orientações para a implementação deste plano, delineando objetivos e ações para a conservação da biodiversidade marinha e costeira. É possível identificar medidas concretas, tais como a criação de novas zonas marinhas e costeiras protegidas, a redução da poluição marinha e a melhoria da gestão dos recursos haliêuticos. Entre ambos, estabeleceram um quadro jurídico e regulamentar para a proteção dos recursos oceânicos do país. Além disso, facilitaram o financiamento para a conservação e utilização sustentável destes recursos e incentivaram a participação do setor privado em atividades conexas.
Venezuela	Plano de Ordenamento e Gestão Integrada da Zonas Costeiras	A planificação e a gestão integrada das zonas costeiras envolvem aspetos ambientais, sociais, culturais e económicos. Este processo dinâmico e abrangente permite compreender as inter-relações dos sistemas a nível espacial e temporal. A definição de políticas para a conservação e preservação dos ecossistemas costeiros reside em desenvolver mecanismos para um compromisso eficaz e sustentável. Isto garante a permanência dos bens e serviços ambientais, bem como marinhos e costeiros.

⁴⁶ UNEP-WCMC e GRID-Arendal. (2021). *Desafios e oportunidades para a economia azul no Uruguai*. Resumo das políticas. (Link)

A partir da identificação e análise destas iniciativas, retiram-se algumas reflexões a considerar.

A economia azul não só promove o desenvolvimento económico, mas também contribui, de forma intrínseca, para o desenvolvimento sustentável. Esta claramente relacionada com a economia verde e a sustentabilidade ambiental, promovendo a gestão responsável dos recursos marinhos e costeiros para as gerações atuais e futuras. O potencial da economia azul para criar emprego e contribuir para o desenvolvimento económico e social, assegurando a conservação da biodiversidade nas comunidades costeiras, é reconhecido a todos os níveis, com diferentes alcances institucionais e geográficos.

A maior parte dos países ibero-americanos encontra-se num processo de reflexão e de estabelecimento do conceito de economia azul como aproximação ao desenvolvimento sustentável nas zonas marinhas e costeiras. As estratégias e instrumentos ligados à economia azul tendem a ser desenvolvidos com abordagens participativas e coordenadas, envolvendo múltiplos agentes e setores - um denominador comum neste tipo de iniciativas.

Neste sentido, seria útil aprofundar a utilização do conceito, de modo a poder avançar em decisões estratégicas e regulamentares que o promovam. É necessário criar um quadro para estimular o desenvolvimento da economia azul, lançando as bases a nível nacional e setorial.

A medição do impacto da economia azul exige a construção de linhas de base solventes. Os progressos registados neste domínio são positivos, sendo o caso de Portugal um bom exemplo.

A economia azul tem grande potencial para reforçar a criação de laços e relações através de projetos conjuntos, fóruns e encontros internacionais, promovendo a colaboração e a troca de conhecimentos na região.



4. PANORAMA SETORIAL DA ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA

A seguir, analisam-se os principais setores da economia azul (turismo costeiro; pesca e aquicultura; energia; transportes marítimos e atividades portuárias; e setor de investigação e desenvolvimento) nos países ibero-americanos, para a posterior avaliação dos principais desafios e oportunidades da região no âmbito da economia azul.

Esta análise baseou-se numa revisão da literatura e dos dados das principais fontes estatísticas, incluindo o Banco Mundial, as Nações Unidas, a OCDE e a Organização Mundial do Comércio, bem como outras fontes relevantes. Além disso, foram realizadas várias entrevistas com diversos intervenientes, selecionados com base na sua experiência, que contribuíram para o presente relatório com os seus pontos de vista, tanto a nível global como setorial. Esta informação proporcionou uma perspetiva valiosa sobre os desafios e oportunidades específicos da economia azul na Ibero-América.

Paralelamente, foi efetuado um inquérito *online* sobre vários blocos temáticos relacionados com a economia azul, ao qual responderam representantes de 15 países da Ibero-América. Estes dados forneceram informações valiosas, que enriqueceram a presente análise, ao proporcionar perspetivas, preocupações e recomendações sobre a gestão dos oceanos e a economia azul.

Gráfico 5. Principais setores da economia azul na Ibero-América



4.1. Turismo costeiro

Gráfico 6. Principais dados do setor do turismo costeiro na Ibero-América



O turismo é um dos setores económicos mais importantes a nível global, representando quase 10% do PIB e do emprego no mundo.⁴⁷ Em 2022, mais de 900 milhões de turistas efetuaram viagens.⁴⁸ De acordo com as informações da Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo internacional representou até 7% do total das exportações mundiais e 29% das exportações de serviços durante esse ano. Além disso, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que um emprego no setor do turismo gera, por sua vez, um emprego e meio adicional noutros setores, pelo que é um *setor motor* de outras atividades económicas complementares e auxiliares que fornecem bens e serviços à indústria do turismo e aos seus visitantes.

De acordo com o último barómetro da OMT (2023),⁴⁹ em 2022 as receitas do turismo internacional ultrapassaram 1 bilião de dólares, mais 50% do que em 2021, impulsionadas por um aumento acentuado das viagens internacionais. As despesas dos turistas internacionais atingiram 64% dos níveis anteriores à pandemia. A Europa obteve os melhores resultados, registando 87% dos valores anteriores à pandemia, seguindo-se a África (75%), o Médio Oriente (70%) e as Américas (68%), sendo a Ásia a mais afetada por esta recuperação.

Durante o primeiro trimestre de 2023, o turismo internacional deu sinais de recuperação. As chegadas internacionais alcançaram 80% dos níveis anteriores à crise sanitária, com cerca de 235 milhões de turistas a viajar nesses três meses, o que representa mais do dobro do número registado no mesmo período de 2022. De acordo com as previsões da OMT⁵⁰, espera-se que em 2030 aproximadamente 1.800 milhões de turistas internacionais viajem pelo mundo.

A transversalidade do turismo e a sua influência noutras atividades económicas, sociais e ambientais, devido ao seu efeito multiplicador, estimularam uma evolução do setor, tornando a sustentabilidade dos destinos turísticos uma necessidade. De acordo com a OMT, o *turismo sustentável* é definido como “o turismo que tem plenamente em conta as repercussões económicas, sociais e ambientais atuais e futuras para satisfazer as necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades de acolhimento”.⁵¹

O turismo costeiro e marinho representa pelo menos 50% do turismo mundial⁵². Especialmente

quando se referem os Estados insulares em desenvolvimento, este costuma ser o setor económico mais importante, pelo que a sustentabilidade desses territórios a médio e longo prazo passa por assegurar a dinâmica do setor do turismo.

Opportunities for transforming coastal and marine Tourism,⁵³ o relatório publicado pelo Painel dos Oceanos, estabelece alguns fundamentos sobre os quais construir um turismo costeiro e marinho sustentável, regenerativo e resiliente, com potencial para ser a base de uma nova economia sustentável dos oceanos e para ajudar a estimular novas oportunidades económicas de alta qualidade através da recuperação do ambiente natural; tudo isto numa perspetiva de respeito pela cultura e pelo património das comunidades locais. De forma específica, algumas dessas recomendações são:

- Integrar o turismo na planificação costeira e marinha: o turismo deve ser considerado como parte de uma solução integral para a gestão dos oceanos.
- Desenvolver produtos turísticos sustentáveis: oferecer aos turistas experiências que respeitem o ambiente e beneficiem as comunidades locais.
- Educar os turistas sobre os oceanos: informá-los sobre os desafios com que os oceanos se deparam e como podem ajudar a protegê-los.
- É necessário considerar que o turismo costeiro depende da qualidade dos ecossistemas costeiros e marinhos e que estes são extremamente vulneráveis a ameaças como as mudanças climáticas e a degradação. Um caso de destaque é a situação do sargaço que afeta o Caribe e que já coloca desafios a destinos turísticos costeiros como o México e a República Dominicana. Um oceano saudável é a base sobre a qual este e os outros setores que constituem a economia azul podem prosperar.

A importância do turismo para o desenvolvimento social e económico dos países ibero-americanos reflete-se de muitas formas através do emprego e das oportunidades de desenvolvimento. Os 19 destinos ibero-americanos da América concentram 46% das chegadas a todo o continente, ao passo que os três destinos da Península Ibérica representam 16% do total das chegadas à Europa. De todas as chegadas à Ibero-América, 48% correspondem aos 19 países da América e 52% aos três países europeus.⁵⁴

Dada a importância do setor para a Ibero-América, em 2001 este começou a ser abordado como um tema de grande repercussão para o desenvolvimento social, económico, ambiental, educativo e cultural da região, na I Reunião Ibero-Americana de Ministros do Turismo⁵⁵ realizada em Cuzco, Peru. Na sequência deste compromisso, em 2018 realizou-se a Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Economia e Turismo,⁵⁶ em La Antigua, Guatemala, onde os 22 países ibero-americanos reconheceram o papel fundamental do turismo e o seu potencial para o progresso socioeconómico da região, considerando o seu impacto na criação de emprego, no desenvolvimento das comunidades locais, na proteção do património cultural e das tradições locais, na conservação dos recursos naturais, nas receitas de exploração, na implementação de infraestruturas e serviços públicos e na atração de investimento.

⁴⁷ UNWTO. (2020). *Barómetro da OMT sobre o Turismo Mundial e anexo estatístico*. (Link)

⁴⁸ UNWTO. (2023a, janeiro). «Em 2023, o turismo está a ponto de recuperar os níveis anteriores à pandemia em algumas regiões». www.unwto.org. (Link)

⁴⁹ UNWTO. (2023c, maio). «Novos dados apontam para uma recuperação total do turismo com um vigoroso arranque em 2023». (Link)

⁵⁰ OMT. (2011). *Tourism Towards 2030*. (Link)

⁵¹ OMT (2023, 1 de novembro). «Desenvolvimento sustentável». (Link)

⁵² World Resources Institute. (s. f.). *World Resources Institute*. (Link)

⁵³ Ocean Panel. (2022). *Opportunities for Transforming Coastal and Marine Tourism: Towards Sustainability, Regeneration and Resilience*. (Link)

⁵⁴ UNWTO. (2023b). «Turismo na Ibero-América: Criar oportunidades para todos». (Link)

⁵⁵ SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2001). I Reunião Ibero-Americana de Ministros do Turismo. (Link)

⁵⁶ SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018a). I Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Economia e do Turismo. (Link)

Na XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em novembro de 2018 em La Antigua, Guatemala, atribuiu-se ao turismo um papel estratégico e decisivo para impulsionar o crescimento sustentável e promover a Agenda 2030 na região. Com este mandato, dois anos mais tarde (2020), na XVII Reunião Ministerial Setorial de Turismo de Andorra, os ministros e ministras acordaram em “Promover as Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável para a Ibero-América”. Estas dez linhas estratégicas centram-se em áreas-chave para transformar o setor do turismo na Ibero-América no sentido da sustentabilidade e da responsabilidade social:

O turismo ao serviço das pessoas e das comunidades: Melhorar a vida das pessoas e das comunidades através do turismo, promovendo a participação local e a igualdade de género.

Transformação dos modelos turísticos: Adaptar os modelos turísticos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à sustentabilidade ambiental.

Renovação da oferta turística: Criar produtos turísticos inovadores, diversificar a oferta e preparar-se para catástrofes naturais.

Conhecimento sobre turismo e desenvolvimento sustentável: Promover a investigação e a sustentabilidade do turismo.

Ecosistema colaborativo: Fomentar a colaboração entre os agentes públicos, privados e da sociedade civil.

Financiamento sustentável: Estabelecer um financiamento ecológico e alinhar-se com as políticas de desenvolvimento sustentável.

Relato ibero-americano do turismo: Construir uma narrativa comum que promova a região e o turismo interno.

Capital humano e inovação: Melhorar a educação e a inovação no setor do turismo.

Produtos e experiências turísticas: Promover produtos inovadores e experiências baseadas na responsabilidade e nos valores culturais.

Facilitação do turismo e conectividade sustentável: Melhorar a facilitação do turismo e a conectividade para oferecer experiências turísticas seguras e confortáveis.

Desta forma, e tal como consta na Declaração da XII Reunião Ministerial Setorial de Turismo da Ibero-América, as mais altas autoridades dos 22 países comprometeram-se a apoiar a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento e gestão de um turismo sustentável, responsável e acessível. Também pretendem sensibilizar e gerir a conservação e a proteção do ambiente, o respeito pela flora e fauna selvagens, a biodiversidade, os ecossistemas e a diversidade cultural; bem como reforçar a competitividade das economias, de modo a aumentar o bem-estar e a melhorar os meios de subsistência das comunidades, apoiando as economias locais e o meio humano e natural no seu conjunto.

Neste sentido, o Conselho Centro-Americano do Turismo (CCT) e a Secretaria para a Integração do Turismo da América Central (SITCA) da região SICA implementaram uma Política Regional de Turismo (PRETUR) para reforçar a integração do turismo regional e promover, através da otimização

de campanhas de divulgação e comércio multidestinos, o reforço da qualidade, competitividade e institucionalidade da Secretaria para a Integração do Turismo da América Central (SITCA), como parte das ações contidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Sustentável da América Central (PEDTS) 2021-2025, promovido pela SITCA.⁵⁷

Considerando o setor do turismo costeiro no contexto da economia azul, em que o futuro é visto como uma oportunidade para o desenvolvimento de destinos sustentáveis – em resposta às tendências do mercado e às exigências ambientais e sociais –, a seguir apresenta-se uma análise das suas vantagens, insuficiências, oportunidades e ameaças (SWOT) na Ibero-América.

INSUFICIÊNCIAS

Dependência sazonal: há destinos onde o turismo se concentra em determinados períodos do ano, o que pode gerar sazonalidade e dificuldades em manter uma atividade sustentada.

Infraestruturas e serviços: algumas regiões podem enfrentar desafios nestes domínios, o que pode afetar a qualidade da experiência do visitante.

Desigualdades regionais: a distribuição desigual do turismo pode gerar lacunas de desenvolvimento entre diferentes zonas da região, afetando a equidade, com consequências para o desenvolvimento económico.

Falta de planificação e gestão integradas do turismo: o turismo costeiro, não só na Ibero-América, mas também a nível mundial, tende a desenvolver-se de forma descoordenada, o que pode criar conflitos entre os diferentes agentes envolvidos, tais como as comunidades locais, os empresários e as autoridades públicas.

AMEAÇAS

Impacto das mudanças climáticas: os fenómenos meteorológicos extremos e a subida do nível do mar podem afetar os destinos costeiros e marinhos, pondo em risco a sustentabilidade do turismo nessas zonas.

Crises e emergências sanitárias: a pandemia da Covid-19 mostrou a vulnerabilidade do setor do turismo a estes acontecimentos, uma vez que é diretamente afetado pelas restrições à mobilidade.

Concorrência global: a Ibero-América compete com outros destinos turísticos mundiais, pelo que é necessário manter-se competitiva e diferenciar-se, oferecendo propostas atrativas e únicas.

Impacto do turismo na biodiversidade: o crescimento do turismo pode afetar negativamente os ecossistemas naturais devido ao aumento das infraestruturas e à sobre-exploração dos recursos, que põem em risco a flora e a fauna locais e a sustentabilidade a longo prazo.

Condições de segurança: a insegurança ou a perceção de insegurança podem dissuadir os turistas de viajar, afetando a indústria e a economia locais.

⁵⁷ SITCA - Secretaria para a Integração do Turismo da América Central. (n. d.). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na América Central (PEDTS) 2021-2025*. (Link)

VANTAGENS

Diversidade cultural e natural: a Ibero-América é rica em variedade de culturas, tradições e paisagens, o que atrai turistas interessados em experiências autênticas e enriquecedoras.

Potencial turístico: a região tem destinos emblemáticos e de renome mundial, que atraem milhões de visitantes internacionais.

Recursos naturais: a costa e os oceanos oferecem oportunidades para o turismo costeiro e marinho, com atividades como o mergulho, a vela e o turismo de natureza.

Complementaridade dos destinos: a cooperação entre os países ibero-americanos pode promover o turismo multidestinos, aproveitando, sempre que possível, a proximidade geográfica e a diversidade das opções turísticas.

Trabalho sustentado para aumentar a qualidade dos serviços turísticos: os países ibero-americanos têm constantemente tentado melhorar a oferta de serviços aos visitantes.

OPORTUNIDADES

Crescimento potencial: o turismo é um setor em constante crescimento e prevê-se que a procura de viagens continue a aumentar nos próximos anos, o que representa uma oportunidade para melhorar o rendimento e a criação de emprego na região.

Turismo sustentável: a tendência para um turismo responsável e sustentável abre oportunidades para desenvolver experiências que respeitem mais o ambiente e as comunidades locais.

Cooperação regional: a colaboração entre os países ibero-americanos pode fomentar o turismo multidestinos, a promoção conjunta e a troca de boas práticas para melhorar a competitividade do setor.

Digitalização e inovação: a adoção de tecnologias avançadas e de soluções digitais melhora a eficiência operacional e facilita a planificação e a reserva de viagens, ao passo que a inovação permite criar novos produtos e serviços turísticos adaptados à evolução das exigências dos viajantes.

Desenvolvimento de novos produtos e experiências: a diversidade cultural e natural da Ibero-América oferece a oportunidade de criar propostas turísticas únicas e atrativas, como o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de património cultural, enriquecendo a oferta e diversificando os rendimentos das comunidades locais.

4.2. Pesca e aquicultura**Pesca****Gráfico 7. Principais dados do setor da pesca e da aquicultura na Ibero-América**

Os produtos do mar podem satisfazer as necessidades alimentares humanas com menos emissões de carbono do que outros produtos alimentares. A FAO garante que as proteínas procedentes do mar estão muito relacionadas com a segurança alimentar, o crescimento económico (através da produção e do comércio de peixe) e a criação de emprego nas zonas rurais.

No último relatório da FAO, *O Estado Mundial da Pesca e da Aquicultura* (SOFIA, na siglas em inglês) de 2022, cujos dados mais atualizados são de 2020, a produção mundial de pesca de captura (excluindo as algas) situou-se em 90,3 milhões de toneladas, o que representa um ligeiro decréscimo (4%) comparativamente com a média dos três anos anteriores. Este decréscimo pode ser atribuído a vários fatores, tais como ao impacto da pandemia e às restrições, mas também à redução constante das capturas chinesas nos últimos anos.

Na produção pesqueira, há vários países ibero-americanos entre os principais produtores mundiais. No caso da produção de pesca marinha, e de acordo com os dados do relatório da FAO atrás mencionado, os países estão classificados pela seguinte ordem: Peru (3º a nível mundial, depois da China e da Indonésia), Chile (10º), México (16º), Argentina (19º) e Espanha (20º). Entre si, representam pouco mais de 13% das capturas marinhas mundiais.

Em termos de emprego, também de acordo com dados da FAO, na América Latina e no Caribe, a pesca e a aquicultura geram mais de 2,6 milhões de empregos diretos, 85% dos quais relacionados com a pesca artesanal. Além disso, 85% do peixe que se consome em vários países da região provém da pesca artesanal,⁵⁸ sendo esta, em muitos casos, o motor da economia das populações marinhas e costeiras.

No que respeita aos dois países com maior extração de pesca da Ibero-América, em concreto o Peru e o Chile, em ambos se destaca a pesca da anchova - a espécie mais importante destes países em termos de volume. Salientam-se duas espécies em particular, a anchoveta peruana (*Engraulis ringens*) e a samasa (*Anchoa nasus*), ambos peixes forrageiros⁵⁹ que existem em abundância no Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Humboldt desses países. É ilustrativo desta pescaria o facto de a maior parte das suas capturas (mais de 95 %) não ser utilizada para consumo direto, mas

⁵⁸ FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2022-c, novembro) "Dia Mundial da Pesca: a FAO apela a promover a proteção social dos pescadores de pequena escala". (Link)

⁵⁹ São peixes que servem de presa principal a uma grande variedade de aves, mamíferos marinhos e peixes maiores.

sim para a fabricação de farinha e óleos de peixe.

Por outro lado, o México, dada a sua situação geográfica - que o coloca entre dois grandes oceanos - e a sua dimensão - que abrange diferentes zonas climáticas - tem condições para a captura de várias espécies,⁶⁰ totalizando mais de 1,2 milhões de toneladas por ano.

No que respeita aos principais desafios que se colocam à gestão das pescas a nível mundial, mas também na Ibero-América, é de salientar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INDNR). De acordo com a definição da FAO, o termo *INDNR* refere-se a “uma grande variedade de atividades, existentes em todos os tipos e dimensões de pesca, que afetam todos os aspetos e etapas da captura e utilização do peixe, e que por vezes estão associadas ao crime organizado”.

Conforme o relatório do Banco Mundial *The potential of the blue economy*,⁶¹ a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada é responsável por cerca de 11 a 26 milhões de toneladas de capturas de peixe por ano e pode também conduzir a uma má gestão dos recursos haliêuticos e incidir na sobre-exploração dos ecossistemas. Segundo a FAO, nas últimas décadas a sobrepesca mundial provocou uma redução de 50% das unidades populacionais de peixes. Além disso, todos os anos se perdem mais de 80.000 milhões de dólares em benefícios económicos devido à sobrepesca.⁶²

Na Ibero-América, e continuando com a pesca no Chile^{63, 64} e no Peru, houve várias limitações à captura de concholepa, devido à sua extração indiscriminada, que provocou praticamente a extinção da espécie e a manteve em período de defeso durante vários anos. Perante esta situação, é necessário fortalecer os quadros regulamentares e políticos nacionais para que estes possam garantir a segurança e a proteção da biodiversidade nos países ibero-americanos. As capacidades para o cumprimento da lei devem ser reforçadas, o que é fundamental para assegurar que as atividades económicas relacionadas com os oceanos se realizam de forma sustentável e respeitando os regulamentos ambientais.

De igual modo, os fatores associados às mudanças climáticas, como as variações da temperatura do mar, a acidificação e os fenómenos naturais extremos, estão a causar impactos negativos na biodiversidade e nos ecossistemas marinhos, destacando-se a perda de espécies de origem animal e vegetal, o que terá repercussões a longo prazo em setores da economia azul, como a pesca, pondo em risco a sua sustentabilidade.

Um dos principais fatores para assegurar a sustentabilidade tanto do setor das pescas quanto dos seus recursos é a promoção e preservação da pesca artesanal. Nesta atividade, os pequenos pescadores costeiros geralmente utilizam métodos tradicionais com pequenas embarcações e equipamento simples, que estão associados a uma menor pegada ambiental. Esta prática está cada vez mais ameaçada, quer pela concorrência de novos navios e artes de pesca mecanizadas, quer pela já referida pesca ilegal, pela sobrepesca e pelo desaparecimento de unidades populacionais de peixes, especialmente junto às costas.

⁶⁰ Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Governo do México. (2020, outubro) “A importância da pesca no México e na alimentação”. ([Link](#))

⁶¹ World Bank e United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2017). *The Potential of the Blue Economy: Increasing long-term benefits of the sustainable use of marine resources for small island developing states and coastal least developed countries*. ([Link](#))

⁶² World Bank Group. (2017). *The Sunken Billions Revisited: Progress and Challenges in Global Marine Fisheries*. ([Link](#))

⁶³ O Chile tem mais de 4.200 km de costa no Oceano Pacífico e uma superfície marítima de mais de 3 milhões de km².

⁶⁴ Referem-se às competências e recursos das autoridades para fazer cumprir as leis e os regulamentos relacionados com a proteção e a conservação dos recursos naturais, incluindo os recursos marinhos e costeiros.

Tendo em conta este contexto, surgiram várias iniciativas na região que estão a trabalhar para transformar o setor das pescas num setor cada vez mais sustentável. Uma delas é a Aliança Latino-Americana para a Pesca Sustentável e a Segurança Alimentar (ALPESCA),⁶⁵ que foi criada com o objetivo de unificar e estabelecer as bases para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura na América Latina e no Caribe. Atualmente, é composta pela COMEPESCA e por 12 grémios de 10 países: Argentina, Chile, Colômbia, Brasil, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Peru e Uruguai. O seu principal objetivo é promover a atividade pesqueira sustentável, o desenvolvimento da pesca industrial e as atividades conexas dos países membros, representando os interesses do setor a nível nacional e internacional, e apoiando as atividades dos seus associados.

Em Espanha, a Direção de Sustentabilidade Económica e Assuntos Sociais da Direção-Geral do Ordenamento Pesqueiro e da Aquicultura da Secretaria-Geral das Pescas é a unidade responsável pela área da economia azul e conta com espaços de conhecimento constituídos por 15 entidades. Além disso, quer Espanha quer Portugal fazem parte de outras estratégias conjuntas, diferentes da ibero-americana, como a Estratégia Atlântica e a Estratégia Mediterrânica, cujos objetivos consistem em concentrar esforços para promover o desenvolvimento social, económico e ambiental ligado ao mar.

A nível regional, em 2022 foi constituída a Rede Ibero-Americana de Pesca Artesanal,⁶⁶ uma iniciativa liderada pela Organização de Produtores de Pesca Artesanal da Lota de Conil (OPP72) em colaboração com a WWF de Espanha e a Sociedade para o Desenvolvimento das Comunidades Costeiras (Soldecocos), que surgiu para se tornar uma voz da pesca artesanal em fóruns internacionais e para abordar os numerosos desafios que o setor enfrenta para alcançar uma pesca sustentável, tanto ambiental como socialmente. Esta rede representa cerca de 20 milhões de pescadores e pescadoras artesanais.

Paralelamente, a iniciativa Invipesca-Fort,⁶⁷ financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e liderada, entre outros, pelo Instituto Espanhol de Oceanografia (IEO), com a colaboração de instituições da Colômbia, Brasil e Argentina, visa reforçar e melhorar a gestão dos recursos pesqueiros na Ibero-América para o crescimento económico sustentável da região, através da investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Outra iniciativa é representada pela Associação Fórum Ibero-Americano de Recursos Marinhos e Aquicultura (FIRMA),⁶⁸ cujo objetivo é analisar o estado dos recursos aquáticos vivos, o seu grau de exploração, a sua sustentabilidade, o nível de conhecimentos existentes sobre os mesmos e as perspetivas da sua utilização na Ibero-América, interagindo num cenário em função de propor políticas de conservação, gestão das pescas e segurança alimentar.

Aquicultura

A aquicultura, também conhecida como *piscicultura*, é a atividade de criação de peixes, crustáceos, moluscos, plantas aquáticas e algas. Ao contrário da pesca e de outras atividades que ocorrem no ambiente natural, a aquicultura envolve a cultura de organismos, de água doce ou salgada, em condições controladas.

⁶⁵ Redes da América da Aliança Latino-Americana para a Pesca Sustentável e a Segurança (ALPESCA). ([Link](#))

⁶⁶ Mais informações em RIAPE. ([Link](#))

⁶⁷ INVIPESCA-Rede Ibero-Americana de Investigação para a Utilização Sustentável dos Recursos Pesqueiros. ([Link](#))

⁶⁸ Fórum Ibero-Americano de Recursos Marinhos e Aquicultura - Firma. ([Link](#))

De acordo com os últimos dados publicados pela FAO,⁶⁹ a produção aquícola mundial atingiu 122,6 milhões de toneladas em 2020,⁷⁰ um aumento de quase 7 toneladas relativamente ao ano anterior, apesar do impacto da Covid-19. Além disso, pelo oitavo ano consecutivo, ultrapassou a quantidade de produtos do mar conseguidos pelas atividades da pesca extrativa. Este valor de produção ascendeu a mais de 280 milhões de dólares na primeira venda.

Na América Latina e no Caribe, a produção aquícola atingiu o seu pico histórico em 2020, com 3 780 917 toneladas de produto; complementadas por 276 571 toneladas de Espanha e 14 552 de Portugal, perfazem um total de 4 072 040 toneladas, o que representa aproximadamente 3,3 % da produção aquícola mundial.

A aquicultura ibero-americana caracteriza-se por um elevado nível de desenvolvimento, embora concentrado em poucos países e espécies. Podemos destacar como grandes produtores de aquicultura na Ibero-América: a produção de salmão no Chile, a produção de camarão no Equador e México, e a produção de peixes de águas continentais no Brasil. Por sua vez, em Espanha destaca-se a aquicultura de peixes marinhos, como a dourada e o robalo no Mediterrâneo e o pregado no Atlântico (também existente em Portugal), bem como o potencial da cultura de moluscos bivalves (mexilhões, amêijoas, ostras e outros). Todas estas culturas têm um elevado nível de desenvolvimento e concentram o grupo de valor da produção aquícola da Ibero-América; este valor não só deve ser considerado em termos económicos, mas também em termos da capacidade potencial de transmissão de conhecimentos e tecnologias.

Na América Central, a aquicultura teve origem há quase um século. Surgiu, especialmente, a partir de diferentes programas sociais que promoveram zonas de aquicultura de espécies como a tilápia e a carpa, com o objetivo de fornecer proteínas animais à dieta da população de certas zonas rurais. Nos últimos cinquenta anos, consolidou-se uma aquicultura mais orientada para o mercado, sendo a cultura do camarão a principal.⁷¹ Atualmente, as Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Costa Rica são produtores de camarão, tilápia e salmonídeos (especialmente, truta).

Seguindo um padrão de produção semelhante ao da América Central, na América do Sul, destaca-se a produção aquícola do Equador, sendo de particular importância o camarão cultivado na região costeira, com uma produção de mais de 1.060 milhões de toneladas de produto, embora a tilápia (110.000 toneladas) e a truta arco-íris (+27.000 toneladas) também sejam significativas, bem como outros produtos, em menor escala, como a corvina, o pargo, o linguado e o atum.

O México e o Brasil, as outras referências ibero-americanas em termos de produção aquícola, ultrapassam, entre ambos, um milhão de toneladas produzidas. Atingem 1,2 milhões de toneladas no caso do México e 1,1 milhões no caso do Brasil. Embora existam algumas diferenças entre eles, em ambos os países destaca-se a importância da criação de espécies como a tilápia, o camarão, a truta e alguns moluscos. Tal como no resto dos países ibero-americanos, a produção aquícola é uma importante fonte de emprego e de rendimento para as comunidades locais.

O Chile é outro país com condições excepcionais para a aquicultura. De acordo com dados da FAO,

⁶⁹ FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (n. d.). *O Estado Mundial da Pesca e da Aquicultura (SOFIA) 2022*. ([Link](#))

⁷⁰ Destas, 87,5 toneladas correspondem a animais aquáticos, 35,1 milhões a algas marinhas - para uso alimentar e não alimentar - e 700 toneladas a conchas e pérolas para uso ornamental (FAO).

⁷¹ OSPESCA. (2012). *Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Aquicultura nos Países do SICA, ERDAC*. ([Link](#))

a produção total da aquicultura em 2019 ultrapassou 1,4 milhões de toneladas, com especial destaque para o salmão do Atlântico, o mexilhão chileno (chorito), o salmão-prateado e a truta arco-íris, embora o cultivo de algas, como as *pelilo*, também seja relevante. Destaca-se igualmente a cultura de peixes de barbatana, setor em que é uma das maiores potências mundiais, atrás da China, da Noruega e da Indonésia.

Por último, Espanha é o Estado-Membro da UE com a maior colheita aquícola, com 308.033 toneladas em 2019 (27,0 % do total da UE) e 596,7 milhões de euros em termos de valor de produção.⁷² Este é o resultado do desenvolvimento da aquicultura em locais como as Rias da Galiza, as montanhas de Aragão e Navarra, os parques naturais, várias serras e vales, como em Granada ou Segóvia, que também geram emprego estável e de qualidade, o que permite que a população se enraíze no território. Por seu lado, Portugal especializou-se em bivalves, como o mexilhão e a ostra, embora também haja produção de peixes, como o pregado, a dourada e o robalo.

Tendo em conta o contexto do setor das pescas no quadro da economia azul, a seguir apresenta-se uma análise SWOT.

INSUFICIÊNCIAS

Falta de planos estratégicos em matéria de inovação e pouca transferência de tecnologia: estes aspetos limitam o desenvolvimento e a implementação de práticas inovadoras no setor, afetando a sua eficiência e competitividade.

Falta de planos de gestão de exploração a nível regional: dificuldade para a gestão sustentável dos recursos marinhos, o que pode levar à sobre-exploração das zonas de pesca e ao consequente declínio das espécies.

Dificuldades de acesso ao financiamento: necessário para a modernização das frotas e a adoção de práticas sustentáveis; as dificuldades de acesso limitam o investimento e o crescimento do setor das pescas.

Falta de substituição das gerações: a falta de interesse e de oportunidades no setor das pescas e da aquicultura pode conduzir a um declínio da mão-de-obra e à perda de conhecimentos e tradições no domínio da pesca.

Sub-representação das mulheres na cadeia de valor da pesca: limita a diversidade de ideias e abordagens na tomada de decisões.

Informações limitadas sobre os ecossistemas marinhos e falta de conhecimentos sobre a regeneração dos recursos haliêuticos: a falta de informações exatas sobre os ecossistemas marinhos e os ciclos de regeneração dos recursos haliêuticos dificulta uma gestão adequada e sustentável das pescas.

Dependência de um número reduzido de espécies: a aquicultura na Ibero-América está concentrada num pequeno número de espécies comerciais, o que aumenta a vulnerabilidade do setor a possíveis doenças ou alterações na procura do mercado.

⁷² Informações fornecidas pelo *Anuário da Pesca e da Aquicultura em Espanha* do MAPA. Governo de Espanha.

AMEAÇAS

Custos de exploração e funcionamento, tais como o combustível: os preços elevados afetam a rentabilidade das atividades de pesca e podem limitar a viabilidade económica do setor.

Elevado volume de resíduos ligados às atividades de pesca: a produção de resíduos e desperdícios nas atividades de pesca pode ter impactos negativos no meio marinho e contribuir para a poluição e a degradação dos ecossistemas.

Sobre-exploração das zonas de pesca (devido a deficiências de gestão e à pesca ilegal): ameaça a conservação das espécies marinhas e a sustentabilidade das pescarias a longo prazo.

Mudanças climáticas e aumento da poluição no mar: efeitos negativos nos ecossistemas marinhos, que afetam a distribuição e a abundância das espécies e provocam desequilíbrios na cadeia alimentar.

Perda de biodiversidade devido ao aparecimento de espécies invasivas: a introdução de espécies invasivas nos ecossistemas marinhos pode deslocar as espécies nativas e competir com elas, afetando a biodiversidade e a produtividade da pesca.

A chamada pesca ilegal, não declarada e não regulamentada: representa uma ameaça económica e ambiental significativa, que compromete os esforços de conservação e a gestão sustentável dos recursos haliêuticos.

Impactos no ambiente e na saúde: a aquicultura deve gerir os riscos associados a surtos de doenças, fugas de espécies cultivadas em ambientes naturais e produção de resíduos orgânicos.

Conflitos espaciais: a expansão da aquicultura pode criar conflitos com a pesca extrativa tradicional, especialmente nas zonas costeiras, onde a partilha dos recursos marinhos pode afetar os meios de subsistência das comunidades piscatórias locais.

VANTAGENS

A pesca e a aquicultura na Ibero-América representam um recurso sólido e tradicional com grande potencial. Estas indústrias, com raízes profundas na região, têm a capacidade de criar emprego, estabelecer cadeias de valor, fornecer alimentos de alta qualidade e diversificar a economia.

A sua força reside na capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, apoiar as comunidades costeiras e promover a inovação, para impulsionar o crescimento económico ao longo de toda a cadeia de valor.

Vocação, tradição piscatória e vasta experiência em todos os tipos e modalidades de pesca: a rica tradição e a experiência piscatória da região proporcionam um conhecimento inestimável das diferentes modalidades e técnicas de pesca, que pode ser utilizado para o desenvolvimento sustentável do setor.

Elevado número de espécies e habitats: a biodiversidade marinha da Ibero-América oferece uma grande variedade de espécies e habitats, que representam uma valiosa fonte de recursos haliêuticos.

Experiência e conhecimentos técnicos: a Ibero-América tem uma longa tradição de aquicultura, que gerou um valioso conjunto de conhecimentos e experiências no cultivo de diferentes espécies aquáticas.

Colaboração entre os países ibero-americanos no domínio das zonas marinhas protegidas: a cooperação entre os países ibero-americanos na criação e gestão de zonas marinhas protegidas contribui para a conservação dos ecossistemas marinhos e para a proteção da biodiversidade.

Localização geográfica estratégica que oferece acesso a diversos ecossistemas aquáticos e a uma grande variedade de espécies marinhas e de água doce, bem como a infraestruturas e tecnologias avançadas, que favorecem uma produção eficiente e de elevada qualidade.

OPORTUNIDADES

Promoção da valorização das devoluções: promover o aproveitamento e a valorização das devoluções da pesca pode reduzir os desperdícios e criar oportunidades para o desenvolvimento de subprodutos e de novas indústrias.

Melhoria da eficiência energética da frota de pesca: a implementação de tecnologias e práticas que melhorem a eficiência energética da frota pode reduzir os custos de funcionamento e os impactos ambientais.

Incentivo dos laços de cooperação em projetos de promoção da pesca, tanto a nível socioeconómico como ambiental. Alguns casos só podem ser considerados através de uma gestão integrada e conjunta entre as diferentes autoridades nacionais.

Reforço das vias de cooperação direta entre investigadores e pescadores: a colaboração entre cientistas e pescadores pode melhorar a compreensão dos ecossistemas marinhos pelas partes e permitir a implementação de práticas de pesca mais sustentáveis.

Potencial de desenvolvimento tecnológico e inovação: o investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico pode impulsionar a modernização e a eficiência do setor das pescas, favorecendo a sua competitividade e sustentabilidade.

Melhoria da segurança e da prevenção para reduzir a taxa de acidentes e de sinistralidade: reforçar as medidas de segurança nas atividades de pesca, a fim de proteger os trabalhadores e reduzir os riscos associados à atividade.

Aumento da eficiência das artes de pesca e redução do seu impacto ambiental: o desenvolvimento e a adoção de artes de pesca mais seletivas e respeitadoras do ambiente podem contribuir para uma pesca mais sustentável e responsável.

Novas espécies cultiváveis: a identificação e o cultivo de novas espécies com potencial comercial podem ser capazes de diversificar a produção aquícola e, assim, reduzir a dependência de poucas espécies, abrindo oportunidades para mercados emergentes e nichos especializados.

Cooperação e intercâmbio de conhecimentos: a colaboração entre os países ibero-americanos em matéria de investigação, tecnologia e boas práticas pode impulsionar o desenvolvimento sustentável da aquicultura na região, reforçando a transferência de conhecimentos e de tecnologias entre peritos e produtores.

A gastronomia sustentável é uma tendência crescente na Ibero-América: a restauração pode ajudar a promover esta tendência, aproveitando a pesca artesanal de espécies próprias, trabalhando para educar os consumidores sobre a importância da sustentabilidade na produção de alimentos e fomentando o consumo de produtos locais e sazonais.

4.3. Energia

Gráfico 8. Principais dados do setor da energia na Ibero-América



Em 12 de dezembro de 2015, na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21),⁷³ foi assinado o Acordo de Paris, um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as mudanças climáticas, cujo principal objetivo é limitar o aumento da temperatura média global a um valor muito inferior a 2°C - de preferência 1,5 °C - em relação aos níveis pré-industriais. Para atingir este objetivo, “as partes pretendem conseguir que as emissões mundiais de gases com efeito de estufa alcancem o seu ponto máximo o mais rapidamente possível”.

De acordo com o Banco Mundial,⁷⁴ as emissões dos sistemas energéticos, principalmente ligadas à utilização de combustíveis fósseis, representam 43% do total das emissões da América Latina e do Caribe, incluindo 15% provenientes dos transportes e 13% da eletricidade e do aquecimento. As restantes emissões correspondem a processos industriais, emissões evasivas e atividades de construção.

Conforme os dados do *Relatório de Estatísticas de Capacidade Renovável 2022*,⁷⁵ da International Renewable Energy Agency, a capacidade instalada de energia renovável na América Latina e no Caribe totalizou 291.770 MW no final de 2021, um aumento de 6% relativamente a 2020. A maior capacidade instalada em 2021 verificou-se na América do Sul, com 244.975 MW, representando 84% da capacidade total instalada na região. Nos últimos dez anos, os países com maior crescimento

na produção de energias renováveis foram o Chile com 111%, o Uruguai com 101%, o México com 99% e o Brasil com 66%. Para além das múltiplas opções de produção de energia marinha, existe um enorme potencial de recursos devido às condições naturais de vários países da América Latina e do Caribe, em cujas águas, segundo o Banco Mundial, o potencial técnico está estimado em cerca de 8.000 GW.⁷⁶

Por seu lado, a Rede Ibero-Americana de Energias Renováveis (RedREN),⁷⁷ constituída por 17 associações do setor – correspondentes à Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Peru e Uruguai - visa promover o investimento em energias renováveis na Ibero-América (incluindo as novas energias marinhas), impulsionar quadros regulamentares consistentes e coerentes com as políticas ambientais e sociais de cada um dos países membros, e fomentar a investigação e as ligações científico-tecnológicas para continuar a promover a investigação e o desenvolvimento destas novas energias entre os seus integrantes.⁷⁸

Da mesma forma, recentemente surgiu a iniciativa Relac (Renewables in Latin America and the Caribbean),⁷⁹ com 15 países signatários, criada no final de 2019 no âmbito da Cúpula de Ação Climática das Nações Unidas, que teve lugar na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, com o objetivo de alcançar a meta, até 2030, de que pelo menos 70% do consumo de energia elétrica da região seja proveniente de energias renováveis.

Especificamente em Espanha, o Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico desenvolveu o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima 2021-2030,⁸⁰ com o objetivo de tornar Espanha um país neutro em emissões de carbono até 2050. A médio prazo, prevê-se que, até 2030, seja alcançada uma redução das emissões de, pelo menos, 20% em relação a 1990.

O contexto atrás apresentado reflete que os países ibero-americanos reconhecem a necessidade de avançar para uma economia verde e com baixas emissões de carbono, implementando gradualmente as energias renováveis em substituição dos combustíveis fósseis (carvão, gás e petróleo). Existem formas renováveis de produção de energia, como a solar fotovoltaica, a eólica, a biomassa, a hidráulica, os biocombustíveis e, dentro dos setores que constituem a economia azul, existem as energias renováveis conhecidas como *energias do mar*.

O mar é uma fonte inesgotável de energia. Há várias opções de energias renováveis baseadas nos oceanos, como a energia eólica *offshore*, a energia das ondas (que aproveita a sua energia mecânica), a energia das correntes (a sua energia cinética), a energia mareomotriz (energia potencial) e a energia térmica dos oceanos, que extrai energia das diferenças de temperatura entre as águas superficiais e as do fundo do mar.

Os países ibero-americanos têm características ótimas para o desenvolvimento e aproveitamento das *energias do mar*, tanto do ponto de vista geográfico - devido ao grande número de quilómetros de costa - quanto do ponto de vista climático e meteorológico, ou mesmo de infraestruturas - tendo em conta o número de portos existentes e a indústria desenvolvida a partir destes, como a dos

⁷³ Sustainable Innovation Forum 2015. (Link)

⁷⁴ Grupo Banco Mundial. (2022). *Roteiro para a ação climática na América Latina e no Caribe, 2021-2025*. (Link)

⁷⁵ IRENA - International Renewable Energy Agency. (2022). (Link)

⁷⁶ Bello, M. (2022). *Os parques eólicos offshore são o futuro da energia na América Latina?* (Link)

⁷⁷ Rede Ibero-Americana de Energias Renováveis. (Link)

⁷⁸ Membros - Rede Ibero-Americana. (Link)

⁷⁹ RELAC | IADB. *Renewables in Latin America and the Caribbean*. (Link)

⁸⁰ Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico do Governo de Espanha. (2020). *Plano Nacional Integrado de Energia e Clima 2021-2030*. (Link)

setores da construção naval, marítimo e portuário e a vasta experiência em engenharia civil. Para tal, é essencial abordar os desafios deste setor, como a falta de financiamento ou a disparidade dos quadros regulamentares e políticos nacionais dos países ibero-americanos.

O Banco Mundial e a Sociedade Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês) elaboraram um atlas eólico mundial que mostra que a América Latina e o Caribe são as regiões com maior potencial técnico total para a produção de energia eólica *offshore*.⁸¹ Apesar disso, e embora já existam numerosas iniciativas e países ibero-americanos que são referências absolutas em termos de energias renováveis, ainda há espaço para novos investimentos que ajudem a desenvolver plenamente os sistemas de energias renováveis numa região onde, segundo dados da CEPAL, em 2020 apenas 30,6% da oferta energética correspondia a energias renováveis.⁸² Alguns países, como a Colômbia, Brasil, Costa Rica, Uruguai, Portugal e Espanha, já estão a trabalhar na implementação de políticas ambiciosas, impulsionadas principalmente por projetos de hidrogénio verde sem ligação à rede.

A nível regional, a iniciativa Oportunidades de Integração nas Redes Ibero-Americanas das Energias do Mar (REMAR)⁸³ é uma rede interdisciplinar composta por especialistas em energias marinhas de Espanha, Portugal, México, Cuba, Equador, Peru, Chile, Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica e Panamá, que visa desenvolver e promover a integração das energias provenientes dos **recursos marinhos e costeiros** nas redes elétricas ibero-americanas. Em Espanha, foi o Ministério da Transição Ecológica que desenvolveu o Roteiro para o Desenvolvimento da Eólica *Offshore* e das Energias do Mar.⁸⁴

Espanha e Portugal estão a trabalhar em conjunto e individualmente para explorar o potencial da costa atlântica em matéria de energias renováveis marinhas. Neste sentido, estão a ser implementadas as primeiras medidas, através de trabalhos de regulamentação e de Planos de Ordenamento do Espaço Marítimo, de modo a estabelecer as *regras do jogo* que irão impulsionar o desenvolvimento das energias eólicas *offshore* nos próximos anos.

Em termos de combustíveis e mobilidade, de acordo com o estudo sobre a transição energética da Ibero-América e as oportunidades e desafios do lítio e do **hidrogénio verde**,⁸⁵ liderado pelos investigadores Rodolfo Barrere, Emilio Santiago e Laura Trama, em 2022, 80% da energia primária consumida no mundo ainda provinha de combustíveis fósseis. Nesse contexto, e a fim de cumprir os compromissos climáticos do Acordo de Paris, surgiu a necessidade de desenvolver e implementar tecnologias alternativas aos combustíveis fósseis, tais como a promoção da utilização de **hidrogénio verde** nos setores da economia azul. Um exemplo disso é o projeto Julio Verne, promovido pelo Porto de Vigo (Espanha), que permitirá que exista uma estação pública de hidrogénio verde, com a qual pretende demonstrar a sua viabilidade técnica e económica para aplicações em logística portuária e mobilidade marítima.

De acordo com o relatório *Hydrogen in Latin America: From near-term opportunities to large-scale deployment*, da Agência Internacional de Energia (AIE), a Ibero-América é responsável por 8% da

⁸¹ Tambutti, M., Gómez, J. J. e Gobierno, N. (2022). *Panorama dos oceanos, mares e recursos marinhos na América Latina e no Caribe: Conservação, desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas*. (Link)

⁸² América Latina e o Caribe: perfil regional ambiental CEPALSTAT. (Link)

⁸³ Rede REMAR do CYTED. (Link)

⁸⁴ Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico do Governo de Espanha. (2021). *Roteiro da Energia Eólica Offshore e das Energias do Mar em Espanha*. (Link)

⁸⁵ Barrere, R., Muiño, E. S. e Trama, L. (2022). *Transição energética na Ibero-América: Oportunidades e desafios do lítio e do hidrogénio verde*. (Link)

produção mundial de **hidrogénio verde**. Esta percentagem poderá aumentar nas próximas décadas, pois a região está a trabalhar na I+D+i desta tecnologia, com um total de 31 patentes solicitadas entre 2008 e 2021 relacionadas com a produção de hidrogénio. No que respeita ao desenvolvimento de células de combustível de hidrogénio, a região representa 6% da produção mundial total, com 12 registos de patentes (11 de Espanha e um do Brasil).

Até outubro de 2023, 12 países ibero-americanos já contavam com uma Estratégia Nacional para o Hidrogénio Verde ou com algum tipo de roteiro. Entre eles, podemos destacar a **Argentina** (2023), **Panamá** (2023), **Costa Rica** (2022), **Colômbia** (2022), **Equador** (2023), **Paraguai** (2023), **México** (2022), **Brasil** (2022), **Uruguai** (2022), **Chile** (2020), **Espanha** (2020) e **Portugal** (2020).

Tendo em conta o contexto do setor da energia no âmbito da economia Azul, a seguir apresenta-se uma análise SWOT das principais insuficiências e ameaças, bem como das vantagens e oportunidades.

INSUFICIÊNCIAS

Falta de financiamento: a escassez de recursos financeiros e as restrições fiscais podem limitar a implementação e a expansão dos projetos de energias renováveis marinhas na região, afetando a viabilidade económica destas iniciativas.

Dispersão dos quadros regulamentares e políticos nacionais dos países ibero-americanos: a falta de regulamentação harmonizada e coerente entre os países pode criar incertezas e obstáculos no desenvolvimento e na exploração de projetos de energias renováveis marinhas.

Falta de incentivos para tornar as energias renováveis rentáveis: a ausência de incentivos adequados, tais como tarifas atrativas de alimentação da rede ou esquemas de subsídios, pode prejudicar a rentabilidade e a competitividade das energias renováveis marinhas face às fontes de energia convencionais.

Tecnologias em fases preliminares: algumas tecnologias, como o hidrogénio verde, estão ainda em fases iniciais de desenvolvimento e podem enfrentar desafios técnicos e económicos para uma implantação em grande escala.

AMEAÇAS

Ocupação do espaço e concorrência com outras utilizações do espaço marítimo: o desenvolvimento de projetos de energias renováveis marinhas pode entrar em conflito com outras atividades que aí se desenvolvem, como a pesca, o transporte ou o turismo, gerando tensões e desafios no uso do espaço.

Impactos na biodiversidade: se os aspetos ambientais não forem corretamente considerados, a implementação de infraestruturas de energias renováveis marinhas pode ter impactos negativos nos ecossistemas marinhos e na biodiversidade.

Aumento da procura de materiais associados a processos poluentes ou que conduzam a novas explorações mineiras: o aumento da procura de certos materiais necessários para o fabrico

de tecnologias renováveis pode ter implicações ambientais e sociais, especialmente se forem promovidas práticas extrativas pouco sustentáveis.

Efeitos das mudanças climáticas: embora as energias renováveis marinhas façam parte da solução para combater as mudanças climáticas, podem também ser afetadas pelos seus impactos, como a subida do nível do mar e os fenómenos extremos.

VANTAGENS

Existência de recursos e zonas geográficas com elevado potencial para o desenvolvimento de energias renováveis, tanto consolidadas como novas: A Ibero-América possui uma grande diversidade de recursos marinhos e geográficos que oferecem oportunidades para o desenvolvimento de várias formas de energias renováveis marinhas.

Liderança na investigação e desenvolvimento de tecnologias marinhas: alguns países destacam-se a nível mundial pela sua liderança na investigação e desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis marinhas. Foram feitos progressos significativos na investigação científica e tecnológica para aproveitar eficazmente o potencial energético do mar.

A extensa linha de costa e uma variedade de recursos marinhos naturais favorecem o desenvolvimento e a produção de outros tipos de energia azul, como a energia das marés e a biomassa marinha.

Existe um vasto ecossistema portuário em toda a região, que pode ser utilizado como base para a instalação e manutenção de parques eólicos *offshore*, o que não só reduz os custos, mas também facilita o desenvolvimento da indústria.

Há modelos de sucesso nos países ibero-americanos que podem ser replicados em toda a região, oferecendo uma orientação valiosa para o desenvolvimento de energias renováveis e matrizes energéticas com baixo teor de emissões de GEE.

OPORTUNIDADES

Promoção de um cabaz energético regional descarbonizado e sustentável: o desenvolvimento das energias renováveis marinhas oferece uma oportunidade para fazer avançar um cabaz energético mais limpo e para reduzir a dependência da região dos combustíveis fósseis.

Criação de emprego de qualidade: a expansão dos projetos de energias renováveis marinhas pode criar empregos em setores como a engenharia, a construção, a manutenção e a exploração, contribuindo para o desenvolvimento económico e social da região.

Possibilidade de desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas: a investigação e o desenvolvimento no domínio das energias renováveis marinhas podem impulsionar a criação de novas tecnologias e sistemas mais eficientes e competitivos.

Internacionalização das empresas do setor: o crescimento e a consolidação do setor das energias

renováveis marinhas na Ibero-América podem oferecer oportunidades às empresas da região para se posicionarem no mercado internacional e exportarem a sua experiência e tecnologias para outras regiões do mundo.

Cooperação ibero-americana em matéria de investigação científica e tecnológica: a colaboração entre os países ibero-americanos em matéria de investigação e desenvolvimento pode acelerar o avanço de tecnologias e soluções inovadoras no setor das energias renováveis marinhas.

Transferência de conhecimentos, acesso às informações científicas e troca de experiências no domínio do desenvolvimento das energias do mar noutros países da região: a troca de conhecimentos e de boas práticas entre países pode impulsionar o crescimento e a adoção de tecnologias marinhas renováveis de forma mais eficaz.

4.4. Transportes marítimos e atividades portuárias

Gráfico 9. Principais dados do setor dos transportes marítimos e das atividades portuárias na Ibero-América



Os portos são espaços onde convergem todas as atividades económicas ligadas à esfera marítima, com uma influência direta no ambiente e no desenvolvimento das pessoas em termos de criação de emprego, riqueza, lazer e bem-estar. Isto inclui todas as iniciativas responsáveis pelo crescimento sustentável da sua área de influência territorial e pelo desenvolvimento sustentável das cidades portuárias.

De acordo com o Perfil Marítimo da América Latina e do Caribe, publicado em 2022 pela CEPAL,⁸⁶ na América Latina e no Caribe há um total de 1.200 portos. De referir ainda os 27 portos de Espanha⁸⁷ (Puertos del Estado) e os 23 de Portugal (Autoridade Portuária Nacional de Portugal). Os principais portos da Ibero-América, em termos de volume de carga,⁸⁸ são os seguintes:

- Argentina: Buenos Aires, Rosário e Mar del Plata.
- Brasil: Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Itaguaí, Salvador, Itajaí, Vitória, Recife, Fortaleza e Belém.
- Chile: Valparaíso, San Antonio e Iquique.
- Colômbia: Cartagena, Buenaventura e Santa Marta.
- Equador: Guayaquil e Manta.

⁸⁶ Comissão Económica para América Latina e o Caribe. (2019, abril). Relatório sobre a atividade portuária na América Latina e no Caribe, 2018. (Link)

⁸⁷ Há 27 "portos de interesse geral", ou seja, os maiores, mas há também dezenas de portos mais pequenos diretamente geridos pelas comunidades autónomas.

⁸⁸ Destes, uma grande parte corresponde a países ibero-americanos, podendo concluir-se com segurança que na Ibero-América existem mais de 25 portos que movimentam mais de um milhão de toneladas de carga por ano.

- Espanha: Algeciras, Valência, Barcelona, Bilbao, Tarragona, Huelva, Cartagena, Santander, Cádiz, Corunha e Vigo.
- México: Lázaro Cárdenas, Veracruz, Manzanillo e Altamira.
- Panamá: Balboa.
- Peru: Callao.
- Portugal: Sines, Leixões, Lisboa, Setúbal, Aveiro, Faro, Viana do Castelo e Ponta Delgada.
- Uruguai: Montevideo.

Acrescente-se ainda que este setor não inclui apenas as atividades próprias da navegação, mas também as auxiliares do transporte: fabricantes, reboques, dragagem, fornecimentos e outras, o que o torna um setor de grande importância para o comércio internacional, através do qual são transportadas cerca de 90 % das mercadorias do mundo (7,1 % do total do movimento global de mercadorias em contentores provém dos portos da América Latina e do Caribe).⁸⁹

Em termos de transporte marítimo, de acordo com os dados do Relatório de Transporte Marítimo 2022 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD na sigla em inglês), só na América Latina e no Caribe foram transportadas, em 2022, 1.200 milhões de toneladas, com um valor de carga de 1,7 bilhões de dólares. Seguindo os dados deste relatório, a seguir destacamos alguns números relativos aos países com maior tráfego comercial da América Latina e do Caribe.

O Brasil tem a maior frota mercante, seguido do México e do Chile.

O México tem o maior volume de carga transportada por via marítima da América Latina e do Caribe, seguido do Brasil e do Chile.

O Chile tem o maior valor de carga transportada por via marítima da América Latina e do Caribe, seguido do México e do Brasil.

Por sua vez, Espanha tem a quinta maior frota mercante da Europa, seguida de Portugal, que tem a nona maior. Espanha é também o principal país europeu no transporte de contentores, bem como um importante centro de transbordo para o transporte de contentores entre a Europa e a América. O transporte marítimo é um setor fundamental para as economias de Espanha e Portugal, é um meio eficiente e económico de comércio internacional e é essencial para o abastecimento de matérias-primas e bens de consumo de ambos os países.

O transporte marítimo é um pilar fundamental nas relações comerciais entre a Europa (Espanha e Portugal, neste caso) e a América Latina e o Caribe, sendo o principal meio de importação e exportação de uma vasta gama de mercadorias. As principais rotas marítimas incluem o Atlântico Norte (que liga portos espanhóis como Bilbao, Santander, Gijón, Vigo e Barcelona às costas atlânticas da América Latina e do Caribe), o Atlântico Sul (que liga Vigo, portos portugueses como Lisboa, Leixões ou Setúbal e Las Palmas de Gran Canaria à costa sul da América) e a rota do Caribe (que liga ambos os países aos portos caribenhos). Transportam-se principalmente produtos manufaturados, produtos agrícolas e minerais. Este setor tem registado um crescimento constante, impulsionado pelo aumento do comércio, por melhorias nas infraestruturas portuárias e por reduções de custos

⁸⁹ Tambutti, M., Gómez, J. J., y Gobierno, N. (2022). *Panorama dos oceanos, mares e recursos marinhos na América Latina e no Caribe: Conservação, desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.* (Link)

resultantes de investimentos e avanços tecnológicos (como navios porta-contentores de maiores dimensões).⁹⁰

Este é também um setor essencial no continente americano.⁹¹ As rotas que ligam os portos caribenhos transportam uma variedade de mercadorias, tais como petróleo e produtos agrícolas e manufaturados. A rota do Pacífico é vital para o comércio entre a América Latina e a Ásia, ligando os portos da costa do Pacífico, e a rota do Amazonas, crucial para o abastecimento de produtos agrícolas da região. Estes trajetos transportam principalmente alimentos, produtos manufaturados e minerais. O transporte marítimo interior na América Latina e no Caribe está em constante crescimento, dado o aumento do comércio regional, os investimentos em infraestruturas portuárias e as reduções de custos através da adoção de tecnologias avançadas e de navios porta-contentores de maiores dimensões; prevê-se que esta tendência se mantenha nos próximos anos.⁹²

As atuais emissões de GEE provenientes do **transporte marítimo** mundial representam apenas 3% do total global das emissões antropogénicas de CO₂.⁹³ No entanto, nos países ibero-americanos, as emissões do transporte continuam a crescer rapidamente, sendo uma das regiões do mundo que mais contribui para as emissões deste setor.⁹⁴

Neste contexto, a descarbonização do **transporte marítimo** e das **atividades portuárias** é um objetivo fundamental para garantir um comércio internacional sustentável e oceanos saudáveis. Este é um dos desafios fundamentais que o setor portuário enfrenta para contribuir para um crescimento azul sustentável, além de outros desafios como a planificação e o ordenamento da utilização do espaço marítimo, a digitalização e a integração porto-cidade, a fim de criar um impacto positivo na economia, no emprego, no bem-estar das pessoas e no ambiente. Por todas estas razões, a OMI estabeleceu objetivos ambiciosos para reduzir em 50% as emissões de GEE provenientes dos navios até 2050.

No entanto, os países da Ibero-América já adotaram certas medidas para melhorar a eficiência e a sustentabilidade do transporte marítimo. Estas incluem investimentos em infraestruturas portuárias, desenvolvimento da gestão da cadeia de abastecimento e redução das emissões. Por exemplo, o Quadro Estratégico dos Portos do Estado,⁹⁵ em Espanha, estabeleceu o crescimento azul como uma prioridade, bem como um objetivo estratégico, para facilitar a inovação ao serviço da economia azul. Por seu lado, no Panamá, em 2019 a Autoridade Marítima do Panamá apresentou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Marítimo Portuário da República do Panamá, Visão 2040,⁹⁶ que tem quatro eixos estratégicos divididos em objetivos concretos. Esta estratégia contempla um investimento de 2.980 milhões de dólares destinados a conseguir um sistema marítimo-portuário de primeira classe, numa perspetiva respeitadora do ambiente e transversal.

A nível regional, é de salientar o papel da Comissão Interamericana de Portos (CIP) da OEA, que funciona como um fórum interamericano permanente dos Estados membros para o reforço da cooperação hemisférica e o desenvolvimento do setor portuário, com a participação e a colaboração

⁹⁰ Nações Unidas. (2023). *Relatório sobre o transporte marítimo 2022.* UNCTAD (Link)

⁹¹ BID. (2021). *Relatório sobre o desenvolvimento marítimo na América Latina e no Caribe.*

⁹² CEPAL. (2021). *Relatório sobre o comércio externo da América Latina e do Caribe.*

⁹³ Tambutti, M., Gómez, J. J., e Gobierno, N. (2022). *Panorama dos oceanos, mares e recursos marinhos na América Latina e no Caribe: Conservação, desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.* (Link)

⁹⁴ Observatório para o Desenvolvimento Sustentável e as Mudanças Climáticas de La Rábida. (2015). *Mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Ibero-América 2018: Relatório La Rábida, Huelva.* (Link)

⁹⁵ Ministério do Fomento do Governo de Espanha. (2019). *Quadro Estratégico do Sistema Portuário de Interesse Geral.* (Link)

⁹⁶ Autoridade Marítima do Panamá. (2019, abril). *Plano estratégico de desenvolvimento marítimo e portuário da República do Panamá, Visão 2040.* (Link)

do setor privado, reunindo todas as autoridades portuárias nacionais dos Estados membros da OEA e mais de cinquenta membros do setor privado e internacional.

Uma iniciativa mundial para a promoção da economia azul no setor portuário é a Iniciativa dos Portos Azuis da FAO, cujo objetivo é promover a economia azul nos portos de pesca a nível internacional, bem como destacar o seu papel como espaços de dinamização económica, social e ambiental com capacidade para gerar desenvolvimento sustentável nas zonas marinhas e costeiras da sua influência.

Tendo em conta o contexto do setor portuário no âmbito da economia azul, a seguir apresenta-se uma análise SWOT das principais insuficiências e ameaças, bem como das vantagens e oportunidades.

INSUFICIÊNCIAS

Falta de conectividade entre os portos da região: nota-se a falta de infraestruturas comuns que facilitem um transporte eficiente e ligações adequadas entre os portos da região (estradas ou outros meios de transporte e ligações internas). Isto pode dificultar o fluxo de mercadorias e afetar a competitividade do comércio marítimo.

Baixa digitalização: a adoção tardia de tecnologias digitais nas operações portuárias pode limitar a eficiência e a capacidade de adaptação à evolução do setor e às exigências do mercado.

Fraca integração porto-cidade: a falta de integração efetiva entre os portos e as cidades circundantes pode levar a conflitos de utilização do espaço e limitar o desenvolvimento harmonioso.

Pouca planificação e ordenamento na utilização do espaço marítimo: a ausência ou a planificação inadequada da utilização do espaço marítimo pode dar origem a conflitos e a um aproveitamento subótimo dos recursos e oportunidades que o mar oferece.

AMEAÇAS

Forte concorrência de portos de outras regiões e países: a concorrência global no setor portuário pode representar um desafio para os portos ibero-americanos, especialmente se não conseguirem melhorar a sua eficiência, conectividade e oferta de serviços.

Mudanças climáticas: A subida do nível do mar, tempestades mais intensas e outros efeitos das mudanças climáticas podem afetar as infraestruturas e o funcionamento dos portos, criando riscos para a atividade económica e a segurança.

Vulnerabilidade a catástrofes naturais: a localização geográfica de muitos portos ibero-americanos torna-os vulneráveis a riscos de catástrofes naturais, tais como furacões, terremotos e tsunamis. Estes eventos podem provocar danos significativos nas infraestruturas portuárias e afetar o fluxo de mercadorias e as operações, constituindo uma ameaça em termos de resiliência e continuidade operacional.

VANTAGENS

Grande variedade de infraestruturas portuárias e locais de desembarque: a região ibero-

americana dispõe de uma grande variedade de infraestruturas portuárias, desde os portos principais até aos portos de pesca e locais de desembarque, o que proporciona flexibilidade e diversificação de opções para o comércio marítimo.

Posição estratégica do sistema portuário: a localização geográfica dos portos ibero-americanos posiciona-os estrategicamente como pontos-chave para o comércio internacional entre a Europa, América, África e Ásia, o que pode criar oportunidades para o desenvolvimento de rotas comerciais e serviços logísticos.

Diversidade económica das atividades nos portos: os portos da região ibero-americana destacam-se pela sua capacidade de acolher uma grande variedade de atividades comerciais e logísticas. Para além do transporte marítimo de mercadorias, muitos portos também funcionam como centros de distribuição, facilitando as ligações com outros modos de transporte, como o ferroviário e o rodoviário. Os portos podem também oferecer serviços adicionais, como armazenamento, carga e descarga de mercadorias, reparação de navios, atividades de pesca e turismo, que contribuem para a sua versatilidade e acrescentam valor à economia local e regional.

Alguns portos da região ibero-americana destacam-se como referências internacionais, sendo reconhecidos pela sua eficiência, modernização e infraestruturas de ponta.

OPORTUNIDADES

Digitalização, para avançar na direção de portos ágeis e flexíveis: a adoção de tecnologias digitais e de sistemas de automatização pode melhorar a eficiência e a operacionalidade dos portos, permitindo uma gestão mais ágil e flexível das operações.

Aposta na sustentabilidade e na implementação da descarbonização e promoção das energias alternativas e renováveis: a transição para uma economia de baixo teor de carbono oferece a oportunidade de desenvolver projetos de energias renováveis e tecnologias limpas nos portos, reduzindo assim o seu impacto ambiental e contribuindo para os objetivos de descarbonização.

Aproveitar a criação do **Fórum Portuário Ibero-Americano**, com vista a fomentar a cooperação e a transferência de conhecimentos: esta rede de colaboração entre os portos da região pode ser utilizada para fomentar o intercâmbio de experiências, boas práticas e conhecimentos, promovendo o desenvolvimento conjunto e a competitividade na arena internacional.

4.5. Investigação académica e ações de transferência e aplicabilidade

Embora a investigação e o desenvolvimento (I+D) não sejam considerados um setor económico, referem-se na presente secção devido à sua importância e impacto no avanço da economia azul, bem como ao valor gerado pela existência de um *cluster* de centros de investigação e formação que contribuem e são fundamentais para a produção de conhecimentos e oportunidades económicas.

Existe um consenso generalizado de que a investigação e a educação são pilares fundamentais para o futuro da economia azul, uma vez que permitirão o desenvolvimento de novas tecnologias e estratégias para potenciar os setores azuis. Apesar da investigação ter sido substancialmente

promovida nos últimos anos a nível ibero-americano, através de iniciativas como o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), a Fundação para a Ciência e Tecnologia do Equador (FUNDACYT) e a Fundação Espanhola para a Ciência e Tecnologia (FECYT), é necessário avançar em ações de sistematização das informações e de reforço e complementaridade das redes. Além disso, a diversidade dos países ibero-americanos faz com que o desenvolvimento e a capacidade de cada um deles em termos de investigação e formação sejam muito diferentes. Torna-se necessário criar estruturas de cooperação e de transferência destinadas a fortalecer as capacidades científicas e a aplicação dos conhecimentos gerados.

A comunidade ibero-americana possui um valioso património de I+D académico, apoiado pelas suas históricas universidades e centros de investigação quer na América Latina e no Caribe quer em Andorra, Espanha e Portugal. Estas instituições demonstraram excelência em diferentes domínios relacionados com a economia azul e representam um núcleo de conhecimento para enfrentar os desafios marinhos e costeiros. A promoção da colaboração entre estas entidades e a articulação com outras universidades e centros internacionais avançados permitirá potenciar a capacidade de investigação no domínio da economia azul, de modo a facilitar a transferência de conhecimentos e tecnologias para a esfera prática.

Outro elemento muito importante para os progressos da investigação e do desenvolvimento na área da economia azul é a chamada biotecnologia azul. A OCDE define a *biotecnologia* como “a aplicação da ciência e da tecnologia aos organismos vivos, bem como às suas partes, produtos e modelos, para alterar materiais vivos ou não vivos, a fim de produzir conhecimentos, bens ou serviços”. No contexto da economia azul, o setor da biotecnologia ocupa um espaço relevante como atividade destinada a transformar os recursos naturais azuis em produtos e serviços de valor económico e de elevado impacto social em termos de emprego e conhecimento, para além criar *soluções inovadoras* para os desafios do desenvolvimento.

Em particular, os países ibero-americanos têm um potencial significativo para aproveitar os recursos naturais marinhos e desenvolver soluções inovadoras em vários setores. A investigação em biotecnologia azul pode levar à conceção de produtos e serviços de elevado valor económico e social, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a criação de emprego em áreas ligadas à saúde, ao turismo ou à cosmética.

Para que tal aconteça, é necessária a participação de grupos de interesse político, regulamentar, científico, empresarial e da sociedade civil. A interação entre eles facilita a identificação de necessidades e oportunidades para o desenvolvimento de produtos e serviços através da investigação.

A consolidação e o crescimento dos setores relacionados com a economia azul - que analisámos ao longo deste relatório - permitem-nos assistir a um aumento da investigação e do financiamento que lhe é atribuído. Por isso, é aconselhável aproveitar a oportunidade e estabelecer linhas prioritárias de investigação e formação em matéria de economia azul a nível ibero-americano. Este quadro ajudará a alinhar os esforços e a aumentar a eficiência.

Paralelamente, o meio académico tem um papel fundamental a desempenhar na promoção da

inovação aplicável aos setores empresariais. A coordenação e o trabalho conjunto com estes setores verificam-se através de algumas iniciativas ([ver capítulo anterior](#)), embora haja margem para serem reforçados e sistematizados.

A seguir, apresenta-se uma análise SWOT das principais insuficiências e ameaças, bem como das vantagens e oportunidades.

INSUFICIÊNCIAS

Pouca partilha de conhecimentos fora do meio académico: a divulgação e a transferência de conhecimentos e resultados de investigação gerados no meio académico para outros setores da economia azul são limitadas. Isto pode impedir que os avanços científicos se traduzam em aplicações práticas e benefícios para a sociedade e a indústria.

Grupos de investigação pequenos e unidisciplinares e falta de sinergias entre eles: a fragmentação e a falta de colaboração entre grupos de investigação podem reduzir a capacidade de enfrentar desafios complexos e multidisciplinares relacionados com a economia azul. É importante promover a interdisciplinaridade e o trabalho em rede para potenciar a investigação e gerar soluções integrais.

Desconexão entre os objetivos dos investigadores e os setores da economia azul: pode haver uma falta de alinhamento entre os interesses e objetivos dos investigadores e as necessidades e exigências dos setores empresariais e produtivos da economia azul. São necessárias pontes de comunicação e colaboração para garantir que a investigação seja orientada para soluções aplicáveis e relevantes para a indústria.

Falta de sistemas e mecanismos de cooperação e transferência de resultados de investigação: é essencial promover a criação de plataformas e programas que facilitem a transferência de conhecimentos e tecnologias para o setor produtivo.

AMEAÇAS

A dificuldade em reproduzir os resultados da investigação pode afetar a credibilidade e a confiança nos avanços científicos, o que, por sua vez, pode abrandar o progresso no domínio da economia azul. A ameaça neste contexto reside na capacidade limitada de reproduzir e verificar os resultados da investigação científica; esta falta de reprodutibilidade deve-se a múltiplos fatores, tais como a falta de acesso a dados, metodologias pouco claras ou inacessíveis, falta de normas de investigação comuns e complexidade dos ecossistemas marinhos. Quando os resultados não podem ser reproduzidos de forma fiável, a credibilidade dos avanços científicos é posta em causa.

Em consequência desta falta de aplicabilidade do conhecimento científico, os decisores políticos e outros agentes podem duvidar da validade dos resultados, o que, por sua vez, pode atrasar o progresso da investigação e a implementação de práticas sustentáveis.

Concorrência e disparidade de recursos de I+D por parte de outras zonas do mundo, que dispõem de infraestruturas sólidas e de maior investimento em I+D. É fundamental reforçar as políticas de promoção da investigação, fomentar a colaboração entre os intervenientes relevantes e

promover a partilha de conhecimentos a nível internacional.

VANTAGENS

Existência de diferentes programas e iniciativas que fomentam a produção de conhecimento científico e tecnológico: a presença de programas e projetos centrados em promover a investigação na economia azul, tanto a nível regional como internacional, representa uma grande virtude que ajuda a reforçar a base de conhecimento no setor e a gerar soluções inovadoras.

Uma grande vantagem das principais universidades ibero-americanas é o seu prestígio e reconhecimento a nível internacional em alguns domínios de especial importância. Estas instituições de ensino acumularam um manancial de experiências e conhecimentos, incluindo os relacionados com a economia azul e o desenvolvimento sustentável, que podem servir para impulsionar soluções inovadoras. A semelhança cultural e linguística e a experiência anterior em matéria de colaboração, juntamente com a grande extensão territorial e a diversidade dos ecossistemas marinhos, criam uma base sólida para o estabelecimento de parcerias estratégicas no domínio da investigação, inovação e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Estas sinergias devem facilitar uma colaboração que permita a troca de conhecimentos e recursos, acelerando assim os progressos na investigação e inovação conjuntas.

OPORTUNIDADES

Existência de diferentes programas e iniciativas que fomentam a produção de conhecimento científico e tecnológico: a presença de programas e projetos centrados em promover a investigação na economia azul, tanto a nível regional como internacional, representa uma oportunidade para reforçar a base de conhecimento no setor e gerar soluções inovadoras.

Disponibilidade do setor académico e científico para participar nos processos de transferência: a vontade e a abertura dos investigadores para colaborar com o setor empresarial e produtivo na transferência dos resultados das investigações podem facilitar a aplicação prática dos avanços científicos na economia azul.

Interesse crescente na participação em projetos de *spin-off*: a disponibilidade dos investigadores e académicos para participar em projetos de *spin-off* e de empreendedorismo com base nos resultados das investigações pode impulsionar a transferência de tecnologia e a criação de novas empresas inovadoras no âmbito da economia azul.

As oportunidades crescentes em matéria de inovação aberta devem ajudar a relacionar empresas de diferentes setores, universidades e institutos de investigação, promovendo a criação conjunta de soluções inovadoras. Neste sentido, poderia ser criada uma rede de colaboração entre empresas e investigadores da economia azul para ajudar a melhorar o acesso a mais conhecimentos e talentos, reduzir os custos de I+D, aumentar a velocidade da inovação e melhorar a competitividade.



5. A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA AZUL NA IBERO-AMÉRICA

Considerando a grande heterogeneidade dos países ibero-americanos, a economia azul tem características ou prioridades diferentes em cada um deles, e o próprio conceito também se encontra em diferentes fases de desenvolvimento. No entanto, dentro desta diversidade, existem alguns desafios comuns, bem como oportunidades de colaboração e intercâmbio de experiências para abordar a sua aplicação e para trabalhar estrategicamente na proteção e aproveitamento do potencial dos mares e oceanos.

A fim de compreender alguns dos desafios para a implementação do conceito de economia azul, começamos com a análise das boas práticas (identificadas no capítulo 3), a revisão de fontes secundárias e a consulta direta aos agentes da economia azul. Nos anexos 1 e 2 são apresentadas informações pormenorizadas sobre estas últimas.

Tal como já se referiu nos capítulos anteriores, a economia azul é um conceito amplamente aceite de desenvolvimento sustentável nas zonas marinhas e costeiras e está cada vez mais integrado nas políticas regionais e nacionais. No entanto, a sua compreensão e aplicação estão longe da realidade quotidiana da sociedade.

Existe uma lacuna significativa na compreensão da economia azul, quer em termos de significado quer a nível do seu impacto e relevância. A educação e a divulgação deste conceito são essenciais para sensibilizar os governos, as empresas, as comunidades locais e outros grupos de interesse.

Neste contexto, identifica-se uma falta de dedicação efetiva ao cuidado e ao aproveitamento sustentável dos oceanos. Apesar dos recursos disponíveis, a atenção e os esforços dirigidos à proteção e à utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros são considerados insuficientes. A seguir, apresenta-se um quadro para a aplicação do conceito de economia azul na Ibero-América, através de uma abordagem que utiliza a identificação de casos práticos e exemplos de melhores práticas como ilustração para a construção de uma abordagem integradora do desenvolvimento sustentável da região.

Âmbito territorial. A aplicação do conceito de economia azul na Ibero-América ocorre a diferentes níveis territoriais, o que é fundamental para a criação de enquadramentos que permitam o desenvolvimento e a materialização do seu impacto. O maior desafio, neste caso, reside no estabelecimento de critérios metodológicos comuns para o seu desenvolvimento.

Exemplos de alcance territorial de instrumentos da economia azul na Ibero-América

Âmbito territorial	Instrumento	Hiperligação
Internacional ou regional	Estratégia da Comissão Europeia para a Economia Azul (Conceito de Economia Azul Sustentável)	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/
	Estratégia Regional de Crescimento Azul do SICA (ERCA)	https://www.sica.int/ospesca/azul
	Protocolo de Economia Azul dos Países do Sistema Mesoamericano de Recifes (SAM) com uma abordagem desde a bacia até ao recife	https://www.sica.int/download/?127869
Nacional	Política Nacional dos Oceanos do Panamá	https://www.undp.org/es/panama/publicaciones/politica-nacional-de-oceanos
	Política de Economia Azul de Portugal	https://www2.ciimar.up.pt/pdfs/resources/roadmap_digital_hGBit_.pdf
	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul (Portugal)	https://hubazul.pt/sobre-nos
Estratégias locais	Estratégia da Andaluzia para a Economia Azul (Espanha)	https://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/portal/areas-tematicas/economia-azul/estrategia-andaluza-economia-azul-sostenible
	Plano de Crescimento Azul da Autoridade Portuária de Vigo	http://bluegrowthvigo.eu/

Compreensão holística e transversal do território. Uma visão holística e transversal do território pressupõe o conhecimento das dinâmicas sociais, económicas e ambientais que nele se desenrolam; concretamente, os conflitos atuais e potenciais de utilização das zonas marinhas e costeiras. Neste contexto, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO tem dado um contributo relevante para o desenvolvimento de ações concretas destinadas a aumentar os esforços para a implementação do Planeamento Espacial Marinho⁹⁷ nos países do SICA, Colômbia, Brasil e outros.

Análise setorial e intersetorial. A aplicação do conceito de economia azul permite trabalhar a partir dos encadeamentos produtivos, de modo a favorecer a inovação e o empreendedorismo dirigidos a criar valor sustentável nos setores que a compõem. No capítulo 4 mostra-se o elevado potencial

⁹⁷ O Planeamento Espacial Marinho (PEM ou MSP, na sigla em inglês) pode ser definido com base na recente iniciativa lançada pela UNESCO e pela Comissão Europeia (MPSglobal): "A intensificação das atividades nas águas costeiras e marinhas exige uma planificação e uma tomada de decisões integradas, bem como esforços acrescidos para alcançar a sustentabilidade. Através da promoção de práticas de gestão integradas para proteger e restaurar os ecossistemas marinhos e costeiros, do reforço da resiliência e da promoção de um oceano saudável e produtivo demonstra-se que o planeamento espacial marinho (PEM) é um meio importante para alcançar os objetivos da governação global dos oceanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

de desenvolvimento dos setores da economia azul ao nível da Ibero-América, embora se faça referência à falta de homogeneidade entre os países, o que se traduz na falta de dados homogêneos e comparáveis. A cooperação setorial e intersetorial baseia-se no conhecimento e no reforço das cadeias de valor, de forma a poderem ser maximizadas através de quadros de cooperação. A título de exemplo, no contexto da cadeia de valor da pesca, e em linha com o que é promovido pela FAO na Iniciativa Portos Azuis (BPI), os portos de pesca representam espaços onde se desenvolvem diferentes atividades económicas (turismo, pesca, logística, automóvel, etc.), cuja cooperação em termos de inovação resulta no desenvolvimento sustentável do território. Atualmente, a Espanha, Peru, Colômbia, Argentina, Equador e o SICA participam de forma ativa nesta iniciativa.⁹⁸

Espaços de participação inclusivos. Estes espaços podem ser criados com diferentes esquemas, desde que seja assegurado o direito de participação a todos os intervenientes. Para esse efeito, a modo de exemplo, é possível referir o Manifesto Azul pela Colômbia 2020. Este pacto, assinado em 2022 e promovido pelo Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, reúne vários agentes da economia azul com o objetivo de enfrentar os desafios relacionados com a sustentabilidade dos oceanos e fomentar práticas responsáveis que contribuam para a promoção do desenvolvimento económico e social, sem descuidar o ambiente.

No entanto, atualmente, identifica-se uma participação e uma coordenação entre os diferentes intervenientes da economia azul com margem para aprofundamento, que pode ser reforçada através da sensibilização, da regulamentação e da utilização dos instrumentos financeiros existentes dirigidos a promover a competitividade e a inovação. Como exemplo, em termos ambientais e de conservação da biodiversidade, é evidente que um dos principais problemas com que se defrontam os ecossistemas marinhos e a gestão dos recifes é a falta de uma maior participação e protagonismo das comunidades costeiras na gestão integrada destas zonas.

Projetos e ações. A materialização do conceito de economia azul na Ibero-América realiza-se através da identificação de projetos e ações concretas que se concebem sob esta égide conceptual. Embora se referenciem exemplos positivos, esta também é vista como uma oportunidade para tirar partido dos quadros existentes no sentido de conceber e executar projetos ligados a contextos semelhantes, de modo a evitar duplicações e a maximizar a complementaridade entre eles.

O Brasil promove o projeto **Amazônia Azul**, lançado em 2023, para estimular o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos do país, com foco na conservação, desenvolvimento económico, inovação e governação.

O Programa PROBLUE do Banco Mundial apoiou diferentes processos no SICA, no Peru e no Equador destinados a favorecer o desenvolvimento setorial sustentável num esquema de economia azul.

Avaliação do impacto. Não se identificam de forma abrangente sistemas de avaliação de impacto. Embora se reconheça a sua necessidade, na maior parte das vezes estes limitam-se à análise da implementação de iniciativas e projetos. Como desafio fundamental, reconhece-se o fortalecimento da conceção de linhas de bases de referência homogêneas que permitam medir o seu impacto no desenvolvimento dos territórios. Tomamos como referência o projeto **Blue Growth do Porto de Vigo**, lançado em 2016, que procura promover o desenvolvimento sustentável da economia azul em todos os agentes e atividades que envolvem este porto através da inovação, cooperação e

⁹⁸ Molares, Y., Estors Carballo, J. e López de Aragón, L. (2023). *Roadmap to a Blue Port*. FAO. (Link)

colaboração, com foco na sustentabilidade. Uma das suas grandes forças reside no seu **sistema de medição de impacto, desenvolvido pela Autoridade Portuária de Vigo**⁹⁹ que incorpora elementos únicos de comunicação e transparência (os seus resultados atualizados são partilhados *online*).

Comunicação. Embora tenham sido identificadas medidas de comunicação relevantes dedicadas à economia azul, as ações de sensibilização ainda são insuficientes. Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destacam-se as seguintes: limpeza e reciclagem das zonas costeiras; campanhas de sensibilização para pescadores, capitães de embarcações turísticas, setor hoteleiro e comunidades costeiras; recuperação de redes de pesca; proibições de pesca; ecoturismo; recuperação de corais; e alargamento de áreas protegidas. Como exemplo de comunicação e desenvolvimento de uma identidade corporativa no âmbito da economia azul, é possível usar a comunicação aplicada pela Estratégia Regional de Crescimento Azul (ERCA) dos países do SICA. A ERCA tem trabalhado a comunicação de uma forma integral, incorporando todos os elementos necessários para garantir uma estratégia eficaz. A comunicação da ERCA baseia-se nos seguintes princípios:

- **Transparência:** a ERCA está empenhada em fornecer informações claras e acessíveis sobre as suas atividades.
- **Participação:** a ERCA procura envolver todas as partes interessadas no desenvolvimento da economia azul na região.
- **Inovação:** a ERCA utiliza diferentes canais e formatos de comunicação para chegar a um público alargado.

Afetação de recursos económicos, técnicos e financeiros. A afetação de recursos - quer técnicos quer financeiros - é essencial para a implementação de estratégias e planos nacionais para impulsionar a economia azul. A afetação adequada de recursos técnicos, tais como o investimento em investigação científica e tecnológica, permite a tomada de decisões com base em dados concretos e o desenvolvimento das capacidades para uma gestão eficaz da economia azul. Paralelamente, a afetação de recursos financeiros apoia a implementação de projetos e políticas que promovem a sustentabilidade em sectores-chave, como as pescas, a aquicultura e o turismo, para além de facilitar a cooperação regional e a participação de diferentes intervenientes. Esta necessidade de fórmulas e produtos de financiamento para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas à economia azul tem sido um desafio importante na região, diretamente ligado à implementação de iniciativas sustentáveis e ao pleno aproveitamento do potencial dos recursos marinhos e costeiros.

Criação de quadros de governação e regulamentares. No que diz respeito à governação, na maior parte dos países ibero-americanos as questões relacionadas com os principais setores económicos da economia azul estão no âmbito dos ministérios, cujas dinâmicas estão normalmente relacionadas com questões setoriais concretas, tornando a abordagem da economia azul pouco intersectorial. Neste sentido, um bom exemplo de prática de governação são as estratégias regionais de economia azul que estão a ser desenvolvidas e aplicadas em Espanha. Em 2023, várias comunidades, como a Andaluzia, as Ilhas Canárias e a Galiza (e até cidades como Barcelona), já tinham as suas próprias estratégias de economia azul, que, por sua vez, servem de quadro de governação global, ao mesmo tempo que definem roteiros setoriais.

Desenvolvimento de instrumentos estratégicos e regulamentares. Estas ferramentas asseguram a criação do quadro de aplicação do conceito de economia azul. Uma baixa percentagem (menos de 30%) das pessoas consultadas para esta análise referiu que o seu país já está a trabalhar no

desenvolvimento de políticas e regulamentos em torno do conceito de economia azul; embora considerem que este é um bom ponto de partida, estes ainda não são eficazes, e reconhecem que há margem para um maior desenvolvimento. Esta perceção pode também estar relacionada com as seguintes insuficiências:

- **Pouca visibilidade:** as ações e os projetos existentes podem estar a ser insuficientemente comunicados, o que leva a uma perceção de fraca atividade da economia azul.
- **Dificuldades na execução das iniciativas** devido à falta de recursos ou a obstáculos técnicos e humanos.
- **A fragmentação das iniciativas e a falta de integração** dificultam a coordenação e a obtenção de sinergias.

Neste sentido, o cumprimento da regulamentação é fundamental, especialmente no domínio da conservação do ambiente. A pesca ilegal, que, como já foi referido neste relatório, ameaça a sustentabilidade dos recursos e o desenvolvimento da atividade num plano de concorrência justa, é um excelente exemplo. Além disso, existe margem para reforçar a regulamentação em matéria de poluição terrestre, que atinge os mares e os oceanos, nomeadamente no que respeita a plásticos e poluentes químicos.

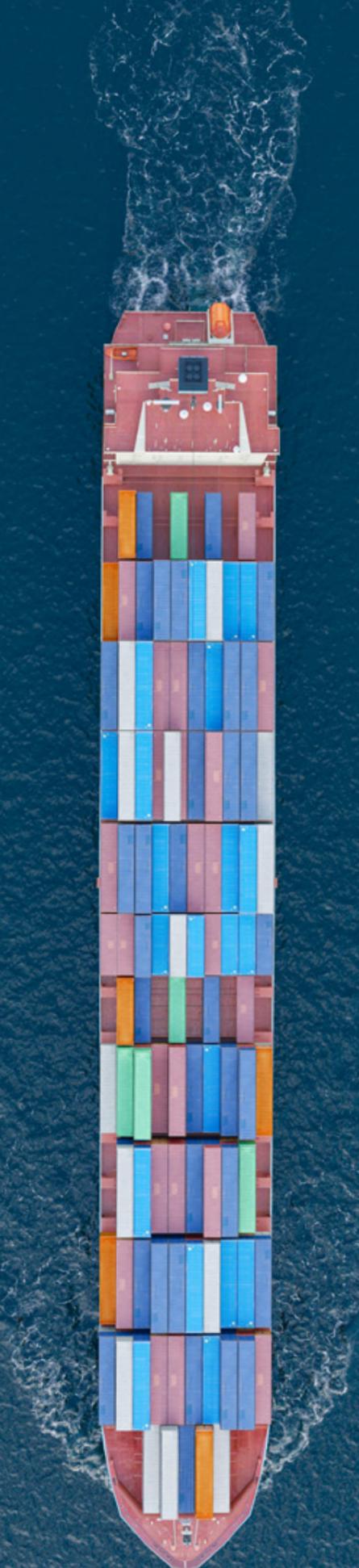
Em suma, de acordo com as evidências recolhidas, a aplicação do conceito de economia azul tem feito grandes progressos nos países ibero-americanos, e cada vez há mais iniciativas que nos permitem assumir que os oceanos serão colocados no centro da planificação e das políticas. No entanto, a Ibero-América ainda enfrenta desafios para implementar a economia azul, e esta é díspar - dentro dos países e entre eles. Neste contexto, a identificação de oportunidades e objetivos comuns a nível ibero-americano contribuirá para chegar a acordo sobre ações transformadoras que promovam a aplicação do conceito de economia azul.

A formação de alianças entre países vizinhos na região ibero-americana é essencial para a economia azul. Reconhecendo a interligação dos ecossistemas marinhos, estas colaborações envolvem desafios comuns - como a gestão dos recursos haliêuticos e a proteção dos ecossistemas marinhos transfronteiriços. Partilhar conhecimentos e tecnologias é fundamental para resolver problemas como a poluição e as mudanças climáticas. A colaboração não só fomenta a promove resiliência regional, mas também o desenvolvimento sustentável ao longo das costas. As parcerias entre países vizinhos são pilares para um futuro mais próspero e sustentável na economia azul da Ibero-América.

Gráfico 10. Resultados do inquérito participativo



⁹⁹ Ferramenta de visualização do impacto e dos indicadores da Autoridade Portuária de Vigo. ([Link](#))



6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste relatório foi oferecer uma visão do potencial da economia azul para o desenvolvimento sustentável da Ibero-América. Para esse efeito, efetuou-se uma revisão da definição e do enquadramento teórico do conceito de economia azul, que permitiu analisar o seu atual nível de aplicação na Ibero-América. Além disso, detetaram-se iniciativas - a nível regional e nacional - em que a economia azul é o motor das políticas de desenvolvimento territorial e identificaram-se os desafios de desenvolvimento das atividades económicas, sociais e ambientais da economia azul na Ibero-América.

Segue-se um resumo das conclusões retiradas dos resultados do relatório.

A economia azul representa uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável dos territórios marinhos e costeiros e contribui para o crescimento dos territórios que não têm acesso direto à costa. As comunidades costeiras, especialmente os pequenos Estados insulares do Caribe, dependem em grande medida dos recursos marinhos e costeiros para a sua subsistência e segurança alimentar.

As oportunidades da economia azul em matéria de desenvolvimento económico concentram-se nos setores da pesca, aquicultura, energia azul, transporte marítimo, portos, biotecnologia e turismo sustentável.

A preservação dos habitats, a recuperação dos ecossistemas oceânicos e a descarbonização da economia através da transição para energias limpas são os principais desafios ambientais com que os territórios marinhos costeiros se deparam. A partir da economia azul, estes desafios integram-se nas dimensões económica e social.

Os oceanos saudáveis criam emprego, apoiam o crescimento económico e fomentam o bem-estar das comunidades costeiras, especialmente nos países em desenvolvimento, onde milhões de pessoas dependem deles.

A criação e a atração de talento entre os jovens contribuem para a mudança geracional, capitalizam o desenvolvimento dos setores da economia azul e podem desencorajar o despovoamento dos territórios.

É necessário reforçar os quadros regulamentares, aprofundar a cooperação entre os países e assegurar uma utilização eficiente dos recursos, quer a nível nacional quer regional, promovendo assim a conservação e a sustentabilidade dos oceanos na região ibero-americana.

A economia azul já faz parte das agendas internacionais, regionais e nacionais. Nos países da Ibero-América, a economia azul manifesta-se através do desenvolvimento de estratégias regionais, planos nacionais e eventos relacionados com esta matéria.

A implementação bem-sucedida da economia azul na região exigirá uma colaboração estreita entre diferentes intervenientes, incluindo os governos, o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais. A inclusão das vozes e perspetivas de todas as partes interessadas é fundamental para garantir que as políticas e ações adotadas sejam equitativas, justas e eficazes no desenvolvimento sustentável das zonas marinhas e costeiras.

Embora existam dados económicos, sociais e ambientais relacionados com a economia azul, não há um nível de homogeneização que permita a obtenção de dados agregados. Este é um desafio para a aplicabilidade do conceito de economia azul.

6.1. Recomendações

Para avançar na implementação efetiva da economia azul, é essencial que o conceito seja compreendido por todas as partes interessadas, pelo que é necessário aprofundar o seu significado e implicações de um ponto de vista amplo e holístico, considerando todos os setores económicos que a compõem. Para esse efeito, propõe-se a promoção de espaços de diálogo e de encontro - a nível nacional e internacional - que envolvam múltiplos atores, espaços em que se partilhe e discuta com uma linguagem comum, se valorize o conceito de economia azul e se abordem os desafios da sua implementação, maximizando o seu potencial económico e social, e como garantia da preservação dos recursos marinhos.

A inovação, enquanto veículo de criação de valor empresarial, deve ser canalizada a partir da cooperação e de alianças entre os agentes, através de iniciativas específicas de I+D. Recomenda-se o reforço dos ecossistemas de empreendedorismo através de aceleradores da economia azul, que contribuam para a geração de novas oportunidades de negócio e para a criação de empregos, produtos e serviços.

A cooperação entre as partes interessadas contribui para a obtenção de sinergias e para a transferência de conhecimentos. Sugere-se que sejam criadas plataformas de colaboração intersetorial que facilitem e promovam a participação do meio académico, da administração pública, da sociedade civil e do setor empresarial num ambiente de diálogo aberto, com o objetivo de identificar soluções conjuntas, desenvolver projetos de colaboração e fazer avançar uma economia azul sustentável e próspera.

Embora a economia azul possa ser abordada a partir dos ministérios com competências na área marinha e costeira, é necessário reforçar a integração e a coordenação com outras entidades relacionadas, tais como as de educação, turismo, género, transportes, energia, ambiente, economia,

etc. É importante consolidar o diálogo entre as entidades governamentais para garantir que o conceito de economia azul permeie todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas.

Sugere-se que se promova a criação e o reforço de redes de colaboração e cooperação entre os diferentes setores da economia azul, como, por exemplo, a rede de portos ibero-americanos. Estas redes permitirão a troca de experiências, boas práticas e conhecimentos entre os intervenientes mais relevantes de cada setor, fomentando um desenvolvimento setorial conjunto e melhorando a competitividade a nível nacional e regional.

Para avançar na aplicação efetiva do conceito de economia azul, recomenda-se o estabelecimento de normas e protocolos para a recolha de dados económicos, sociais e ambientais, a fim de alcançar uma homogeneização que permita a obtenção de dados agregados. Isto facilitará a tomada de decisões informadas e a monitorização dos impactos da economia azul de forma mais eficiente.

A comunicação e as ações de sensibilização dirigidas às diferentes partes interessadas devem ser contínuas. Por conseguinte, recomenda-se a conceção e o estabelecimento de um programa de comunicação a longo prazo, utilizando diferentes canais (redes sociais, campanhas publicitárias, eventos comunitários), bem como mensagens claras e específicas sobre os aspetos positivos e os benefícios da conservação e do desenvolvimento sustentável do ambiente, a fim de sensibilizar e promover uma maior participação e apoio a estas iniciativas.

A gestão do conhecimento é uma área que deve ser reforçada para apoiar os processos de tomada de decisões em matéria de desenvolvimento sustentável. Os esforços desenvolvidos em termos de financiamento da investigação (redes e projetos de cooperação), cooperação empresarial (encontros, fóruns e feiras) e inclusão social devem ser recolhidos, analisados e partilhados, tornando-os assim acessíveis aos agentes das diferentes áreas do conhecimento azul.

Constituição de um grupo de trabalho multilateral sobre a economia azul no contexto ibero-americano. Tal proporcionará um espaço de diálogo e planificação comum para a troca de experiências, a geração de uma base de conhecimentos homogénea e a aplicação de uma visão estratégica baseada no compromisso político, por forma a permitir mecanismos para a participação de outros agentes na economia azul.

Com base na análise apresentada, sugere-se que se iniciem discussões para estabelecer uma estratégia ibero-americana para o desenvolvimento da economia azul. Esta deverá identificar ações comuns que reúnam o consenso dos países e que permitam o desenvolvimento de áreas decisivas para a geração de sinergias e cadeias de valor, as quais permitirão a aplicação do conceito de economia azul na região. Seguem-se algumas pistas iniciais que podem contribuir para este processo.

6.2. Considerações prospetivas para a promoção da economia azul na Ibero-América

Os ecossistemas marinhos ultrapassam as fronteiras, pelo que enfrentar os grandes desafios colocados pelos oceanos requer coordenação e cooperação entre os vários Estados para reduzir as lacunas e reforçar as transformações exigidas pela economia azul. Na XXVI Cúpula Ibero-Americana

da Guatemala (La Antigua, 2018), os países ibero-americanos concordaram em trabalhar na consolidação de uma “Ibero-América próspera, inclusiva e sustentável”,¹⁰⁰ alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Este propósito, juntamente com a recente aprovação da Carta Ambiental Ibero-Americana - que estabelece como um dos seus objetivos melhorar a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, abrindo novas vias de investimento que fomentem a inovação, relacionem o setor empresarial ibero-americano, promovam novos negócios e empregos, bem como novas linhas de investigação - cria um quadro favorável ao desenvolvimento de ações estratégicas baseadas na economia azul nos países da região.

A elaboração de uma eventual estratégia para o desenvolvimento da economia azul na Ibero-América permitirá acelerar as transformações económicas, sociais e ambientais exigidas pela economia azul no quadro de uma ação coletiva, que deverá estar aberta aos 22 países ibero-americanos (tanto marinhos e costeiros como interiores). Seguidamente, propõem-se algumas ideias que podem ser fonte de inspiração para este processo e destacam-se áreas estratégicas de intervenção, no sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade ibero-americana através do diálogo e da cooperação, promovendo o valor social, económico e ambiental dos recursos marinhos e costeiros.

Áreas de intervenção estratégica e atividades propostas

São propostas quatro áreas estratégicas de trabalho, que respondem aos desafios e oportunidades dos países ibero-americanos no domínio da economia azul.

Propuestas de áreas estratégicas para el desarrollo de la economía azul en Iberoamérica

Área estratégica	Linha de ação
Gestão do conhecimento	1.1. Observatório da Economia Azul
	1.2. Desenvolvimento de metodologias harmonizadas
	1.3. Reforço das capacidades de investigação sobre questões azuis e gestão do conhecimento ambiental
Dimensão ambiental da economia azul	2.1. Trocas de experiências em matéria de conservação e utilização sustentável da biodiversidade
	2.2. Dinamização de programas de promoção das energias limpas
	2.3. Promoção de programas de luta contra a poluição, incluindo iniciativas no domínio dos plásticos
Encadeamento produtivo para a inovação e a competitividade inclusiva e sustentável	3.1. Promoção do turismo sustentável
	3.2. Reforço da cadeia alimentar baseada na pesca e na aquicultura
	3.3. Promoção dos portos azuis de transporte marítimo e de pesca, e fortalecimento das redes portuárias ibero-americanas
	3.4. Estímulo à inovação através do empreendedorismo
	3.5. Reforço da cultura empresarial responsável

¹⁰⁰ SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018b). *Declaración de Guatemala: Compromiso Ibero-Americano pelo Desenvolvimento Sustentável*. (Link)

As pessoas na economia azul	4.1. Promoção do bem-estar da população das zonas marinhas e costeiras
	4.2. Promoção, atração e retenção do talento azul
	4.3. Cultura, história azul e desenvolvimento, Comunicação, sensibilização e transferência

São necessárias ações dirigidas a garantir a disponibilidade de dados homogêneos e comparáveis que permitam contar com uma linha de base da economia azul nos diferentes países. Tal conduzirá a um diálogo baseado em dados concretos que permitirá a tomada de decisões para, entre outras, reforçar a economia azul através de linhas de investigação e inovação e do desenvolvimento de políticas e dos mercados.

Considera-se igualmente adequado trabalhar na disponibilização de ferramentas (tais como guias ou campanhas de sensibilização) que permitam reforçar a gestão dos conhecimentos e a sua aplicação.

Linhas de ação

1.1. Observatório da Economia Azul

Trabalhar para identificar a dimensão e o impacto da economia azul através de informações agregadas e comparáveis. Para esse efeito, pode ser considerada a criação de um observatório da economia azul ou a incorporação de uma área específica de trabalho em estruturas já existentes - como o Observatório La Rábida para o Desenvolvimento Sustentável e as Mudanças Climáticas na Ibero-América - no âmbito das instituições do ensino superior ou de outros agentes. Como referência para o trabalho em curso, pode referir-se o esforço desenvolvido pela Comissão Europeia para valorizar a economia azul por país e região, incorporando indicadores sociais, económicos e ambientais. Da mesma forma, com base nas informações recolhidas, o observatório poderá propor iniciativas concretas de vigilância e controlo (como a elaboração de relatórios anuais) e o reforço das capacidades através da formação e da investigação em rede.

1.2. Desenvolvimento de metodologias harmonizadas

Promover a reprodutibilidade das políticas e instrumentos de governação e setoriais com base nas experiências existentes e no conhecimento dos territórios, através do desenvolvimento de instrumentos harmonizados, tais como metodologias, guias, assistência técnica e outros. Este aspeto é também fundamental para reproduzir boas práticas na conceção participativa de iniciativas e projetos concretos a nível local, nacional, sub-regional e regional.

1.3. Reforço das capacidades de investigação sobre questões azuis e gestão do conhecimento ambiental

Reforçar a capacidade de produzir conhecimentos no domínio da economia azul, desenvolvendo áreas de investigação coordenadas que se baseiem na inovação. Esta linha de trabalho implica a consolidação das capacidades dos investigadores e das instituições de investigação, incluindo a melhoria do equipamento e das infraestruturas. É também essencial promover a colaboração

entre várias partes interessadas, como os governos, a sociedade civil e o setor empresarial, a fim de assegurar uma abordagem multidisciplinar e uma gestão eficaz da investigação azul.

De forma mais específica, o aproveitamento e a criação de conhecimentos ambientais através de iniciativas de cooperação em matéria de transferência de conhecimentos, investigação e desenvolvimento de capacidades e ferramentas ajudam os países a desenvolver e implementar as suas próprias estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, bem como iniciativas de recuperação dos oceanos, energia limpa, luta contra a poluição e os plásticos e outras.

O desenvolvimento coordenado de linhas de investigação baseadas na inovação, no reforço das capacidades dos investigadores, bem como em equipamentos e infraestruturas dos centros de investigação e formação são linhas de trabalho necessárias para aumentar a capacidade de produzir conhecimentos.

A transição ecológica é um dos desafios enfrentados a nível mundial no âmbito da redução e adaptação às alterações climáticas. Além disso, a rica variedade da biodiversidade da Ibero-América exige, entre outras coisas, soluções baseadas na natureza para a sua conservação e recuperação. A incorporação de serviços ecossistémicos nas estratégias de desenvolvimento sustentável, o investimento em investigação e implementação de energias limpas, o desenvolvimento de políticas fiscais ecológicas e a captação de recursos financeiros verdes são, entre outros, grandes desafios para a economia azul. A dimensão ambiental deste conceito envolve um território respeitador, que compreenda que os seres humanos são apenas mais um elemento do ecossistema e que se empenhe na sua conservação. Para isso, é necessário desenvolver e promover a cooperação na investigação e incentivar novas formas de financiamento.

2.1. Trocas de experiências em matéria de conservação e utilização sustentável da biodiversidade

A promoção do intercâmbio de experiências relacionadas com a biodiversidade deve ser uma pedra angular no caminho de favorecer a economia azul na Ibero-América, uma vez que a diversidade biológica dos ecossistemas marinhos e costeiros é um recurso valioso para a região e a sua conservação e utilização adequada são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. A colaboração entre os países ibero-americanos deve basear-se na cooperação regional, estabelecendo pontos de encontro e mecanismos de intercâmbio de experiências em matéria de conservação e utilização sustentável, tanto a nível público e das respetivas administrações responsáveis pela gestão ambiental, quanto a nível da sociedade civil e do setor privado. Este é um exemplo claro de como a economia azul pode ser um caminho para a colaboração e o progresso na região, promovendo a preservação dos recursos naturais e a sua contribuição para o bem-estar das comunidades costeiras.

2.2. Dinamização de programas de promoção das energias limpas

O trabalho de colaboração em matéria de gestão do conhecimento, investigação e desenvolvimento de novas energias limpas tem potencial para ser aplicado em diferentes setores económicos da economia azul. A sistematização destes conhecimentos e a sua ligação aos planos de desenvolvimento permitirão a conceção de estratégias e instrumentos de financiamento em

matéria de desenvolvimento, de projetos-piloto, investimento em infraestruturas, equipamento e capacitação.

2.3. Promoção de programas de luta contra a poluição, incluindo iniciativas no domínio dos plásticos

A poluição por fertilizantes, hidrocarbonetos, plásticos e outros, afeta a saúde dos oceanos e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável das atividades económicas azuis e o bem-estar social. Uma possível linha de trabalho consistiria no desenvolvimento de metodologias e iniciativas destinadas à elaboração de diagnósticos, à caracterização dos resíduos e fontes de poluição e à elaboração e aplicação de planos destinados a combater a poluição e a reduzir a utilização de plásticos a nível nacional, local e setorial.

O turismo, a pesca, a aquicultura, a biotecnologia, a energia e o transporte marítimo representam oportunidades claras de desenvolvimento no quadro da economia azul. Para que isto aconteça, será necessário trabalhar em conjunto para favorecer o acesso dos ibero-americanos aos mercados locais e internacionais, a partir da valorização dos seus produtos e serviços, sempre numa perspetiva de fortalecimento dos encadeamentos produtivos.

3.1. Promoção do turismo sustentável

Desenvolver as Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América¹⁰¹ que incorporam e propõem linhas de ação concretas cuja implementação exige compromisso e financiamento. Na perspetiva da economia azul, o setor do turismo é um dos principais promotores do desenvolvimento marinho e costeiro, embora os modelos devam ser analisados e ajustados à realidade e à necessidade de os conciliar com o ambiente local.

3.2. Reforço da cadeia alimentar baseada na pesca e na aquicultura

A sustentabilidade da pesca e da aquicultura é exigida pelos mercados, desde os distribuidores até aos próprios consumidores. O investimento de esforços - em matéria de rastreabilidade e de certificações ambientais e sociais reclamadas pelos mercados - requer a intensificação da cooperação empresarial e o envolvimento do meio académico, da sociedade civil e da administração, nos seus diferentes papéis.

3.3. Promoção dos portos azuis de transporte marítimo e de pesca, e fortalecimento das redes portuárias ibero-americanas

O reforço do papel dos portos marítimos e de pesca como facilitadores da economia permitirá unir esforços entre o meio académico, a sociedade civil, o setor empresarial e a Administração para promover iniciativas destinadas a aumentar o seu impacto no desenvolvimento sustentável das suas zonas de influência. O trabalho a realizar a nível ibero-americano para estabelecer as bases e os critérios de sustentabilidade portuária, em termos de portos azuis, reforçará o trabalho em rede entre portos e, por conseguinte, a transferência de experiências e conhecimentos, o que, em consequência, se traduzirá em competitividade e *desenvolvimento de negócios*. Neste sentido, a

¹⁰¹ SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2020). *Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável para a Ibero-América*. ([Link](#))

criação de uma Rede de Portos Ibero-Americanos e o seu diálogo com os órgãos de cooperação da Conferência Ibero-Americana deverão permitir o intercâmbio de experiências, boas práticas e conhecimentos entre os agentes relevantes de cada setor, fomentando o desenvolvimento setorial conjunto e melhorando a competitividade a nível nacional e regional.

3.4. Estímulo à inovação através do empreendedorismo

As oportunidades de negócio da economia azul são diversas e variam em função das características, lacunas e necessidades de cada território. A cooperação entre a SEGIB, o Conselho de Empresários Ibero-Americanos (CEIB) e a Federação Ibero-Americana de Jovens Empresários (FIJE) é um fórum de diálogo em que se podem analisar diferentes modelos e iniciativas de aceleração vertical e horizontal para, entre outros, promover a cultura empresarial, aumentar a cooperação entre a academia e o setor empresarial, reforçar a regulamentação, melhorar a inclusão de grupos vulneráveis e a representação das mulheres e facilitar o acesso a financiamento competitivo adaptado às necessidades da economia azul.

3.5. Reforço da cultura empresarial responsável

O desenvolvimento empresarial responsável, no quadro da economia azul, passa pela adoção de abordagens e práticas sustentáveis, e de valor partilhado, nas empresas dos diferentes setores que a compõem. Assim, a promoção da responsabilidade social a nível ibero-americano exige esforços por parte de todos os agentes do ecossistema empresarial, esforços esses destinados a implementar práticas sociais, económicas e ambientais em consonância com o papel da empresa como agente de desenvolvimento na sua envolvente, sempre numa abordagem de cadeia de valor. A elaboração de instrumentos de apoio, a divulgação de boas práticas e o aconselhamento entre empresas são necessários para promover uma cultura empresarial que tenha impacto na competitividade e no desenvolvimento sustentável.

A economia azul contribui para a redução das desigualdades, incluindo a igualdade de género e a inclusão de grupos vulneráveis, tais como os afrodescendentes e os povos indígenas, entre outros. Assim, as ações específicas para a criação de espaços costeiros para o usufruto dos cidadãos, a promoção dos desportos náuticos e pesqueiros, o desenvolvimento de talentos e outros, são fundamentais quanto a contribuir para a inclusão social das pessoas que vivem e dependem do aproveitamento sustentável dos recursos marinhos e costeiros.

4.1. Promoção do bem-estar da população das zonas marinhas e costeiras

A criação de espaços de lazer nas zonas marinhas e costeiras representa uma oportunidade para fomentar o bem-estar das pessoas. A conciliação das atividades económicas e sociais, respeitando permanentemente o ambiente, favorece o desenvolvimento humano em paz e prosperidade, tal como demonstra o conceito de Green Cities, promovido, entre outros, pela FAO, ou o de “cidades emergentes e sustentáveis”, impulsionado pelo BID. Do mesmo modo, a implementação de iniciativas de ordenamento dos usos, através de processos de planeamento espacial marinho, permite conciliar a atividade económica com a atividade social e ambiental. Neste sentido, a troca de experiências e o desenvolvimento de recomendações para a conceção de espaços costeiros multiúso serão áreas-

chave de ação.

4.2. Promoção, atração e retenção do talento azul

A profissionalização das atividades da economia azul exige a oferta de formação especializada. Os atuais desafios da economia azul estão a criar uma procura de perfis, competências e aptidões diferente da que existia há alguns anos nesse setor. A oferta de formação, tanto profissional como universitária, deve responder às necessidades das empresas, a fim de garantir a competitividade da economia azul, bem como criar um espaço profissional atrativo para os jovens. A criação de instrumentos de diálogo que mantenham atualizados os conhecimentos sobre a oferta e a procura de empregos azuis é fundamental para a tomada de decisões a nível regional, nacional e local.

4.3. Cultura, história azul e desenvolvimento

Os países ibero-americanos partilham uma história e uma cultura associadas aos recursos marinhos e costeiros. O trabalho em matéria de conhecimento, preservação e divulgação da cultura marítima e a sua valorização reforçam a apropriação do ambiente por parte da população e o respeito pelas atividades azuis.

A área estratégica transversal de comunicação, sensibilização e transferência desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da economia azul na Ibero-América, contribuindo para a unificação de esforços, a concretização de acordos, o reforço da cooperação, a visibilidade dos resultados obtidos e a consolidação do conhecimento e dos avanços da economia azul na região. A área da comunicação, sensibilização e transferência centra-se na divulgação de informações, na sensibilização da sociedade e na transferência de conhecimentos e tecnologias para impulsionar a economia azul e assegurar a participação de vários agentes. Para esse efeito, recomendam-se as seguintes ações:

Comunicação estratégica e divulgação

Sugere-se a criação de uma estratégia de comunicação adaptada a diferentes conteúdos, mensagens e públicos, bem como a conceção e promoção de uma marca ibero-americana de economia azul, que incorpore atributos específicos, promova a economia azul e os seus benefícios, e reforce a mensagem de desenvolvimento sustentável. Também se sugere o estabelecimento de canais de comunicação eficazes para atingir um vasto público, incluindo os meios de comunicação, as redes sociais e os eventos.

Sensibilização, educação e participação cidadã

No domínio da sensibilização para a conservação dos habitats naturais e da biodiversidade como fontes de bem-estar e prosperidade, considera-se essencial reforçar estas mensagens junto da população, a diferentes níveis. Para tal, propõe-se uma colaboração na conceção de estratégias e mensagens conjuntas, bem como a sua divulgação em toda a região. É de salientar a importância de envolver as gerações mais jovens nestas tarefas, uma vez que a sua participação é fundamental para garantir a sustentabilidade da implementação desta comunicação.

A ideia é organizar consultas públicas e processos participativos para recolher as opiniões e preocupações da comunidade sobre políticas e projetos relacionados com a economia azul, bem como desenvolver mecanismos de feedback que permitam à sociedade acompanhar de perto o progresso e os impactos da economia azul.

Transferência de conhecimentos

Com o objetivo de promover a transferência de conhecimentos no domínio da economia azul, a iniciativa propõe a criação de redes de trabalho destinadas a facilitar o intercâmbio de informações e experiências, para além de oferecer oportunidades de formação neste campo. Também propõe a criação de espaços de diálogo, como a instauração de um Fórum Anual da Economia Azul Ibero-Americana, que seria um ponto de encontro fundamental para peritos, investigadores e profissionais interessados na economia azul.

Além disso, considera-se essencial desenvolver plataformas para o intercâmbio de conhecimentos e a colaboração entre diferentes agentes, tais como investigadores, empresas e entidades governamentais. Estas plataformas contribuirão para a divulgação de boas práticas e para o estímulo da inovação no domínio da economia azul. Por último, defende-se a promoção de parcerias estratégicas com instituições de investigação e desenvolvimento tecnológico a nível regional e internacional, a fim de reforçar a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos no contexto da economia azul.

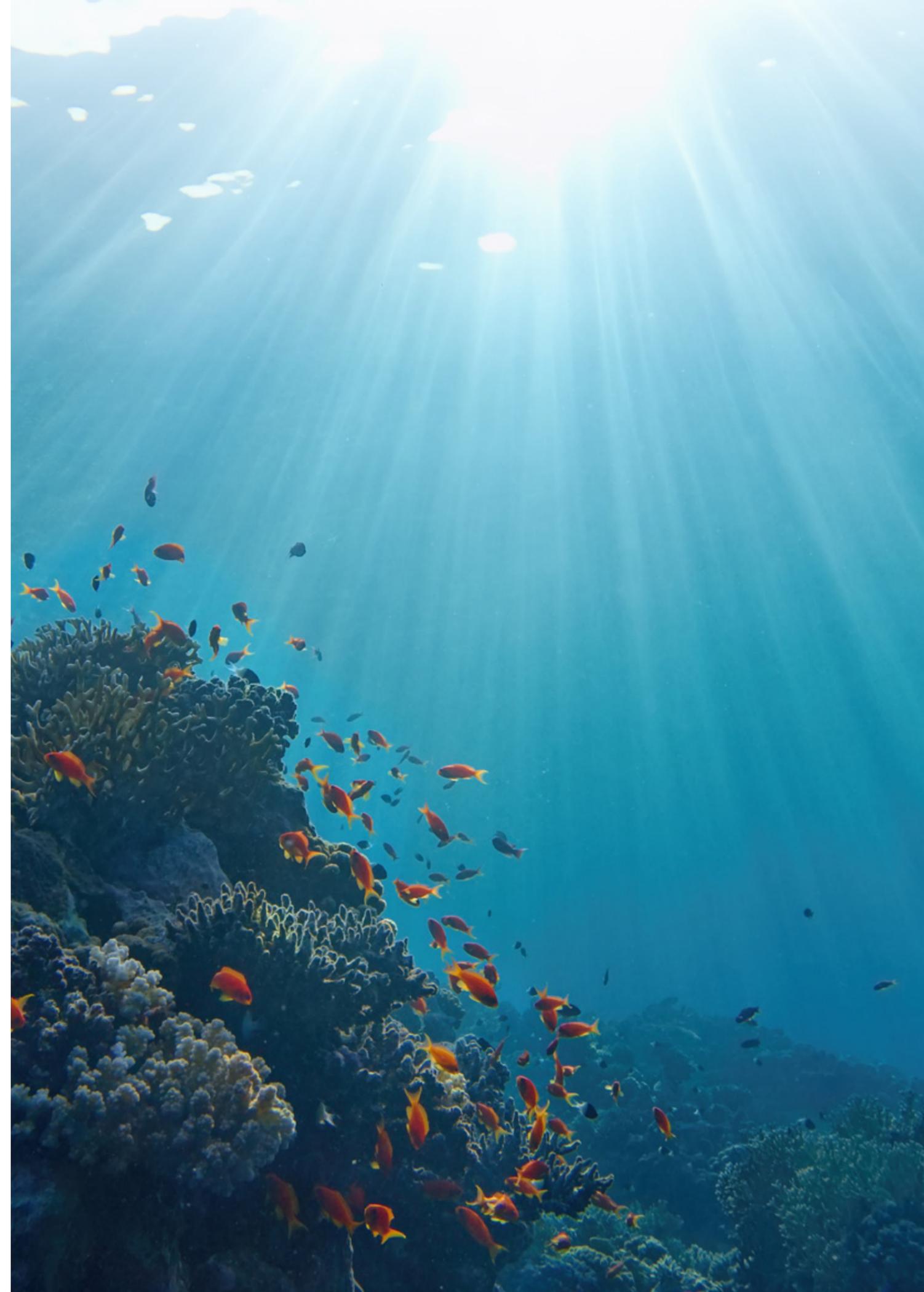
Considerações sobre a governação

Uma estratégia para o desenvolvimento da economia azul na Ibero-América deve ser liderada, em primeira instância, pelos governos dos países ibero-americanos. Esta, por sua vez, deve ser coordenada por uma entidade com acesso aos decisores e com capacidade de congregar os interesses da academia, administração pública, sociedade civil e setor empresarial, a nível ibero-americano e nacional, tal como a SEGIB.

O presente relatório fornece referências metodológicas que colocam a tónica na criação de parcerias e processos participativos. Para esse efeito, pode ser considerada a criação de um primeiro grupo de trabalho para promover a elaboração de um plano. Esse grupo de trabalho poderia ser constituído por representantes de instituições governamentais ibero-americanas com competências no domínio da economia azul, bem como por mecanismos de coordenação com diferentes setores e grupos de interesse. Numa fase posterior, poderiam ser criados grupos temáticos por eixo estratégico, a nível ibero-americano e com impacto sub-regional e nacional, que fossem também capazes de participar, desde o processo de conceção, na sua implementação, acompanhamento e avaliação, e de trabalhar, sempre, numa perspetiva de parceria.

A avaliação deve ser integrada no processo de conceção, de modo a que a elaboração de uma linha de base, com o apoio do processo participativo, permita tomar decisões sobre iniciativas concretas e analisar o impacto da sua implementação no processo de crescimento azul.

Finalmente, o financiamento da economia azul exige um esforço de planificação e cooperação entre agentes públicos e privados, de modo a tornar possível o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores e adequados às necessidades de investimento.



GLOSSÁRIO

Atividades portuárias: atividades exercidas nos portos e terminais portuários para servir os navios, bem como para os trabalhos de carga, descarga e transbordo de mercadorias.

Cooperação empresarial: considera-se *cooperação empresarial* um acordo para o trabalho comum de duas ou mais empresas juridicamente diferentes, que interagem com o objetivo de gerar sinergias e se comprometem a realizar um processo de criação de valor que se partilha.

Energias do mar: energias renováveis geradas pelas ondas do mar, marés, salinidade ou diferenças de temperatura no oceano.

Gestão integrada de zonas costeiras: processo dinâmico que promove a gestão sustentável das zonas costeiras através de uma abordagem integrada que procura equilibrar os objetivos ambientais, económicos, sociais, culturais e recreativos, dentro dos limites estabelecidos pelas dinâmicas naturais.

Hidrogénio verde: hidrogénio produzido por energias renováveis com baixas emissões.

Pesca artesanal: pesca efetuada em pequena escala com técnicas tradicionais e pouco desenvolvimento tecnológico.

Pesca ilegal e não regulamentada: pesca que viola as regras estabelecidas de uma pescaria, que não comunica as suas capturas ou que opera numa pescaria não regulamentada, pondo em perigo a segurança alimentar mundial e a biodiversidade marinha.

Pesca industrial: pesca comercial efetuada por navios de grande porte com maquinaria ou tecnologia de processamento de peixe a bordo.

Produtos e serviços azuis: produtos e serviços relacionados com os mares e os oceanos, entendidos sob um ponto de vista sustentável, que protegem e ajudam a conservar os ecossistemas marinhos.

Recursos marinhos e costeiros: todos os elementos e produtos (vivos ou não vivos) que se obtêm nos ecossistemas marinhos e que são explorados pelo seu valor económico e para utilização humana.

Soluções baseadas nos oceanos: soluções que levam em conta a capacidade de recuperação dos recursos marinhos e costeiros, assegurando a resiliência dos oceanos e mares.

Talento azul: oportunidades de trabalho oferecidas pela economia azul.

Transporte marítimo: transporte que movimenta mercadorias e pessoas de um ponto para outro através do mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assembleia das Nações Unidas. (1987). Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, *O Nosso Futuro Comum*. ([Link](#))
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (2015). Resolução aprovada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015, *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ([Link](#))
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (2000). Resolução aprovada pela Assembleia Geral. ([Link](#))
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (2002). Relatório da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, agosto-setembro de 2002. ([Link](#))
- Autoridade Marítima do Panamá. (2019, abril). Plano estratégico de desenvolvimento marítimo e portuário da República do Panamá, *Visão 2040*. ([Link](#))
- Banco Mundial-Problue. (2021). *Experiências para o desenvolvimento da economia azul do Peru*. ([Link](#))
- Barrere, R., Muiño, E. S. e Trama, L. (2022). *Transição energética na Ibero-América: Oportunidades e desafios do lítio e do hidrogénio verde*. ([Link](#))
- Bello, M. (2022). *Os parques eólicos offshore são o futuro da energia na América Latina?* ([Link](#))
- BID. (2021). *Relatório sobre o desenvolvimento marítimo na América Latina e no Caribe*. Blue Economy Development Framework (World Bank). ([Link](#))
- Bucaram-Villacís, S. J. (2021) "Uma visão azul para a América Latina e o Caribe". *Sustentabilidade*. ([Link](#))
- BlueNetCat. (2023). *BlueNetCat*. ([Link](#))
- CEI-Mar e UCA (Campus de Excelência Internacional Global do Mar - Universidade de Cádiz). (2020). *Inovação e transferência para a Economia Azul-ITEAzul: Projeto Singular de Ações de Transferência de Conhecimento para a Intensificação da Economia Azul na Andaluzia*. ([Link](#))
- CEPAL. (2021). *Relatório sobre o comércio externo da América Latina e do Caribe*. Comissão Económica para América Latina e o Caribe. (2019, abril). *Relatório sobre a atividade portuária na América Latina e no Caribe, 2018*. ([Link](#))
- European Commission. *EU Sustainable Blue Economy: A new approach for a sustainable blue economy in the EU*. ([Link](#))
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2017). *Iniciativa sobre crescimento azul: Parcerias com países para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. ([Link](#))
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2022). *Blue Transformation - Roadmap 2022-2030. A vision for FAO's work on aquatic food systems*. ([Link](#))
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2022, novembro) "Dia Mundial da Pesca: a FAO apela a promover a proteção social dos pescadores de pequena escala". ([Link](#))
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (n. d.). *O Estado Mundial da Pesca e da Aquicultura (SOFIA) 2022*. ([Link](#))
- Ghosh, I. (2020). "World Oceans Day: Visualizing the human impact on the ocean economy". *World Economic Forum*. ([Link](#))
- Governo de Espanha. (2019). *Anuário da pesca e da aquicultura*. Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação.
- Grupo Banco Mundial. (2022). *Roteiro para a ação climática na América Latina e no Caribe, 2021-2025*. ([Link](#))

- IRENA - International Renewable Energy Agency. (2022). Estatísticas da Capacidade Renovável 2022. ([Link](#))
- Ministério do Fomento do Governo de Espanha. (2019). *Quadro Estratégico do Sistema Portuário de Interesse Geral*. ([Link](#))
- Ministério dos Transportes, Mobilidade e Agenda Urbana (1997). *Cúpula da Terra*. ([Link](#))
- Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico do Governo de Espanha. (2020). *Plano Nacional Integrado de Energia e Clima 2021-2030*. ([Link](#))
- Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico do Governo de Espanha. (2021). *Roteiro da Energia Eólica Offshore e das Energia do Mar em Espanha*. ([Link](#))
- Molares, Y., Estors Carballo, J. e López de Aragón, L. (2023). *Roadmap to a Blue Port*. FAO. ([Link](#))
- Molina García, A., Pititto, F., Cousteau, P., Reyes, S., Béjar Ochoa, R., González Serrano, J. L., Vidal Pascual, C., Botana Lagarón, C., Molares Montero, Y., Bravo Villa, C., Miret Pasto, L.,
- Nações Unidas. (2023). *Relatório sobre o transporte marítimo 2022*. UNCTAD ([Link](#))
- Nações Unidas. (n. d.-a). Objetivo 14: Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos. ([Link](#))
- Nações Unidas (n. d.-b). “Uma década para salvar os oceanos através da ciência e da investigação”. ([Link](#))
- Observatório para o Desenvolvimento Sustentável e as Mudanças Climáticas de La Rábida. (2015). *Mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Ibero-América 2018: Relatório La Rábida, Huelva*. ([Link](#))
- Ocean Panel. (2022). *Opportunities for Transforming Coastal and Marine Tourism: Towards Sustainability, Regeneration and Resilience*. ([Link](#))
- OMT. (2011). *Tourism Towards 2030*. ([Link](#))
- OMT (2023, 1 de novembro). “Desenvolvimento sustentável”. ([Link](#))
- OSPESCA. (2012). *Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Aquicultura dos Países do SICA, ERDAC*. ([Link](#))
- OSPESCA. (2021). *Estratégia Regional para o Crescimento Azul nos Países do SICA*. ([Link](#))
- Pacto Global das Nações Unidas. (2019). *Global Goals, Ocean Opportunities*. ([Link](#))
- Pacto Global das Nações Unidas. (n. d.). *Princípios para um Oceano Sustentável*. ([Link](#))
- Pampa Azul. (n. d.). *Pampa Azul I*. ([Link](#))
- Painel de Alto Nível para uma Economia Sustentável dos Oceanos. (2021, novembro). *Declaração dos líderes do Painel de Alto Nível para uma Economia Sustentável dos Oceanos na COP26*. ([Link](#))
- Parlamento Andino. (2020). *Quadro Regulamentar da Economia Azul Sustentável*. ([Link](#))
- PNUD. (n. d.). “Iniciativa de pescas costeiras - América Latina”. ([Link](#))
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2000). *Convenção para a Conservação e o Desenvolvimento do Meio Marinho da Região do Grande Caribe*. ([Link](#))
- Rede Espanhola do Pacto Mundial. (2020). *Oceanos saudáveis e sustentáveis: Oportunidades para o setor empresarial na economia azul*. ([Link](#))
- Rodríguez Barroso, M.a R. e Gili Sardá, J. M. (2022). *Relatório da sustentabilidade em Espanha 2022: Indicadores, desafios e oportunidades da economia azul*. Fundação Alternativas, Ed. ([Link](#))
- Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Governo do México. (2020, outubro). *A importância da pesca no México e na alimentação*. ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2001). *I Reunião Ibero-Americana de Ministros do Turismo* ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018a). *I Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Economia e do Turismo* ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018b). *Declaração da Guatemala: Compromisso Ibero-Americano pelo Desenvolvimento Sustentável*. ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018c, novembro). *II Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana - PAQCI*. www.segib.org. ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2020). *Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável para a Ibero-América*. ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana (2021). *XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Andorra*. ([Link](#))
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana (2023). *XXVIII Cúpula Ibero-Americana da República Dominicana*. ([Link](#))
- SITCA - Secretaria para a Integração do Turismo da América Central. (n. d.). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na América Central (PEDTS) 2021-2025*. ([Link](#))
- Sustainable Innovation Forum 2015. ([Link](#))
- Tambutti, M., Gómez, J. J. e Gobierno, N. (2022). *Panorama dos oceanos, mares e recursos marinhos na América Latina e no Caribe: Conservação, desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas*. ([Link](#))
- UNEP. (2011). *Rumo a uma economia verde: Guia para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. ([Link](#))
- UNEP. (n. d.). *Sustainable Blue Economy Finance Initiative: A leadership community accelerating the transition towards the sustainable use of the world's ocean, seas and marine resources*. ([Link](#))
- UNEP-WCMC e GRID-Arendal. (2021). *Desafios e oportunidades para a economia azul no Uruguai*. Resumo das políticas. ([Link](#))
- UNWTO. (2020). *Barómetro da OMT do Turismo Mundial e anexo estatístico*. ([Link](#))
- UNWTO. (2023a, janeiro) “Em 2023, o turismo está a ponto de recuperar os níveis anteriores à pandemia em algumas regiões”. www.unwto.org. ([Link](#))
- UNWTO. (2023b). *Turismo na Ibero-América: Criar oportunidades para todos*. ([Link](#))
- UNWTO. (2023c, maio) “Novos dados apontam para uma recuperação total do turismo com um vigoroso arranque em 2023”. ([Link](#))
- World Bank Group. (2017). *The Sunken Billions Revisited: Progress and Challenges in Global Marine Fisheries*. ([Link](#))
- World Bank e United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2017). *The Potential of the Blue Economy: Increasing Long-term Benefits of the Sustainable Use of Marine Resources for Small Island Developing States and Coastal Least Developed Countries*. World Bank, Washington D. C. ([Link](#))

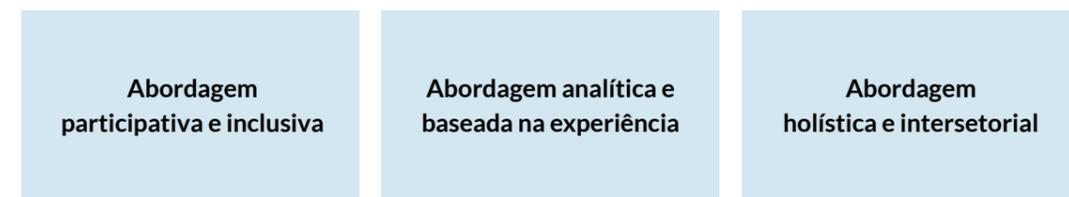
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Assembleia das Nações Unidas. (1987). Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, *O Nosso Futuro Comum*.
https://www.ecominga.uqam.ca/PDF/BIBLIOGRAPHIE/GUIDE_Lecture_1/CMMAD-Informe-Comision-Brundtland-sobre-Medio-Ambiente-Desarrollo.pdf
- Banco Mundial-Problue. (2021). *Experiências para o desenvolvimento da economia azul do Peru*.
https://biblioteca.spda.org.pe/biblioteca/catalogo/_data/20211007004657_ECONOMI%20AZUL2.pdf
- Barrere, R., Muiño, E. S. y Trama, L. (2022). *Transição energética na Ibero-América: Oportunidades e desafios do lítio e do hidrogénio verde*.
<http://www.ricyt.org/wp-content/uploads/2022/11/Transici%C3%B3n-energ%C3%A9tica-en-Iberoam%C3%A9rica.pdf>
- Bello, M. (2022). *Os parques eólicos offshore são o futuro da energia na América Latina?*
<https://dialogochino.net/es/clima-y-energia-es/56207-las-plantas-eolicas-offshore-son-el-futuro-de-la-energia-en-latinoamerica/>
- Bucaram-Villacís, S. J. (2021). “Uma visão azul para a América Latina e o Caribe”. Sustentabilidade.
<https://blogs.iadb.org/sostenibilidad/es/una-vision-azul-para-america-latina-y-el-caribe/>
- Cardemil, M. (2023). “A nova Economia Azul”. Série Minutas. Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, pp. 44-23.
https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=repositorio/10221/34210/1/Minuta_N_44_23_La_nueva_Economia_Azul.pdf
- CEA-Confederação dos Empresários da Andaluzia. (2019). *A economia azul na Andaluzia*.
<https://almeria2030.es/wp-content/uploads/2021/06/La-Economia-Azul-en-Andalucia.pdf>
- CEI-Mar-Campus de Excelência Internacional Global do Mar. (2020). Projeto singular de intervenções de transferência de conhecimentos para intensificar a economia azul na Andaluzia. Inovação e Transferência para a Economia Azul-ITEAzul:
https://campusdelmar.com/wp-content/uploads/2020/07/Memoria-ITEAzul_m%C3%A1xima-resoluci%C3%B3n.pdf
- Clúster Azul. (2019). “Cluster Marítimo Venezuelano assina adesão à Plataforma Cluster Azul”.
<https://clusterazul.com/es/n/1619/clsteb-mabtimo-venezolano-fibma-adhesin-a-la-platafobma-clusteb-azul>
- Conselho Mundial da Energia. (2021). *Hidrogénio no horizonte: Aos seus lugares, Prontos, Partida? Estratégias nacionais*.
https://www.worldenergy.org/assets/downloads/Working_Paper_-_National_Hydrogen_Strategies_-_September_2021_SPANISH.pdf?v=1646390984
- Cultural Rights. (2002). *Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável*.
https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals412.pdf
- FAO-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2017). *Iniciativa de Crescimento Azul (ICA)*.
<https://www.fao.org/publications/card/es/c/8801244b-8c61-469e-ab33-7774ae232285/>
- FAO-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2022). *Blue Transformation - Roadmap 2022-2030. A vision for FAO's work on aquatic food systems*.
<https://www.fao.org/documents/card/es/c/cc0459en/>
- Fao.org. (2022) “Dia Mundial das Pescas: A FAO apela à promoção da proteção social para os pescadores de pequena escala”.
<https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/es/c/1620242/>
- Fundação Hergar. (2023). “A Economia Azul une a República Dominicana e a Noruega”.
<https://www.fundacionhergar.org/energia-verde-republica-dominicana-noruega.html>
- Ghosh, I. (2020). “World Oceans Day: Visualizing the human impact on the ocean economy”. World Economic Forum.
<https://www.weforum.org/agenda/2020/06/human-impact-ocean-economy>
- Grupo Banco Mundial. (2022). *Roteiro para a ação climática na América Latina e no Caribe, 2021-2025*.
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38001/Spanish.pdf>
- HUB PANAMA. (2018). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Marítimo e Portuário do Panamá, Visão 2040*.
<https://www.amp.gob.pa/iniciativas/planes-estrategicos/>
- Relatório de La Rábida, Huelva. (2018). *Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América*.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/Cambio-Clim--tco-y-Desarrollo-Sostenible-en-Iberoam--rica.pdf>
- Instituto Nacional das Pescas (2022). *Primeiro Fórum Internacional sobre Crescimento e Economia Azul*.
<https://www.gob.mx/inapesca/agenda/primer-foro-internacional-de-crecimiento-y-economia-azul?idiom=es>
- IRENA-International Renewable Energy Agency. (2022). *Estatísticas da Capacidade Renovável 2022*.
https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Apr/IRENA_RE_Capacity_Statistics_2022.pdf?rev=460f190dea15442eba8373d9625341ae
- IRP Fletcher, S., Lu, Y., Álvarez, P., McOwen, C., Baninla, Y., Fet, A. M., He, G., Hellevik, C., Klimmek, H., Martin, J., Mendoza Alfaro, R., Philis, G., Rabalais, N., Rodríguez Estrada, U., Wastell, J., Winton, S. e Yuan, J. A. Relatório do Painel Internacional de Recursos (IRP). Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Nairobi (Quênia). (2021). *A gestão dos recursos costeiros: consequências para uma economia azul sustentável*.
https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/36328/GCR_ESSP.pdf
- Kamp, J. (2017). *Plano A. A transformação da economia argentina*. Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.
- Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais da República Dominicana, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2017). *Os nossos oceanos, o nosso futuro. Compromissos da República Dominicana para a conservação dos oceanos, mares e vida submarina*.
<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/latinamerica/236010ea9a744bc00ccf967ce9e2d9a623a51d63bcaa67c6c2523e016fe7368b.pdf>
- Ministério dos Transportes, Mobilidade e Agenda Urbana. (1997). *Cúpula da Terra*.
https://www.mitma.gob.es/recursos_mfom/pdf/2957B9E8-13A4-4F21-9F46-32CDDF73CF6D/95788/Tierra5.pdf
- MPSglobal-Marine Spatial Planning Global.
<https://es.unesco.org/mspglobal>
- Munasinghe, M. e Cruz, W. (1995). *Economywide policies and the environment: Lessons from experience* (inglês). World Bank environment paper, núm. 10. Washington, D. C.: The World Bank
<http://documents.worldbank.org/curated/en/331501468765917402/Economywide-policies-and-the-environment-lessonsfrom-experience>
- Nações Unidas. (2015). *A Assembleia Geral adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.
<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/2015/09/la-asamblea-general-adopta-la-agenda-2030-para-el-desarrollo-sostenible/>
- National Geographic. (2023). *As principais ameaças que afetam os oceanos*.
https://www.nationalgeographic.com.es/medio-ambiente/principales-amenazas-que-acechan-a-oceanos_15586

- OMT. (2011). *Tourism Towards 2030*.
<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284414024>
- OSPESCA. (2021). *Estratégia Regional para o Crescimento Azul nos Países do SICA*.
https://www.sica.int/documentos/estrategia-regional-para-el-crecimiento-azul-en-los-paises-del-sica_1_126695.html
- OSPESCA e SICA. (2020). *Estratégia Regional para o Crescimento Azul nos Países do SICA*.
[file:///C:/Users/tecnico1/Downloads/Resumen%20Ejecutivo.%20Estrategia%20Regional%20para%20el%20Crecimiento%20Azul%20en%20los%20paises%20del%20SICA%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/tecnico1/Downloads/Resumen%20Ejecutivo.%20Estrategia%20Regional%20para%20el%20Crecimiento%20Azul%20en%20los%20paises%20del%20SICA%20(2).pdf)
- Parlamento Andino. (2020). *Quadro Regulamentar de Economia Azul Sustentável*.
https://biblioteca-parlamentoandino.janium.net/janium/Referen/Marcos_Normativos/marco27.pdf
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na América Central (PEDTS) 2014-2018.
https://www.sica.int/documentos/plan-estrategico-de-desarrollo-turistico-sostenible-de-centroamerica-2014-2018_1_102064.html
- Rede Espanhola do Pacto Global (2020) *Oceanos saudáveis e sustentáveis: oportunidades para o setor empresarial na economia azul*.
<https://www.pactomundial.org/biblioteca/white-paper-no-2-oceanos-saludables-y-sostenibles-oportunidades-para-el-sector-empresarial-en-la-economia-azul/>
- Rehbein, J. A., Encalada, G. y Barbosa, J. (2020). *Rede Espanhola do Pacto Global (2020) Oceanos saudáveis e sustentáveis: oportunidades para o setor empresarial na economia azul*.
<https://chile.un.org/sites/default/files/2020-11/Propuesta-de-Hoja-de-Ruta-para-el-Carbono-Azul-en-Chile.pdf>
- SEGIB-Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2001). I Reunião Ibero-Americana de Ministros do Turismo, Cuzco. Peru.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/I-Reunion-Iberoamericana-de-Ministros-de-Turismo-Acuerdo.pdf>
- SEGIB-Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2017). *Mapeamento de agentes e instrumentos de apoio à atividade empreendedora*.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/EMPRENDER-EN-IBEROAMERICA.pdf>
- SEGIB-Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018). *Declaração da Guatemala: Compromisso Ibero-Americano pelo Desenvolvimento Sustentável*.
https://www.segib.org/wp-content/uploads/00.1-DECLARA---O-DA-XXVI-C--PULA-GUATEMALA_VF_P.pdf
- SEGIB Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018). I Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Economia e do Turismo, La Antigua Guatemala.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/DECLARACION-I-CONFERENCIA-IBEROAMERICANA-DE-MINISTROS-DE-ECONOMIA-Y-TURISMO.pdf>
- SEGIB-Secretaría General Iberoamericana. (2018). II Plan de Acción Cuatrienal de la Cooperación Iberoamericana-PACCI 2019-2022.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/II-PACCI-ESP-PORT-Baja-OK.pdf>
- SEGIB-Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2018). II Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana - PAQCI 2019-2022.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/LETDSI.pdf>
- SEGIB-Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2020). *Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável para a Ibero-América*.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/LETDSI.pdf>
- SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana. (2021). XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Andorra.
<https://www.segib.org/wp-content/uploads/Declaracao-XXVII-Cimeira-Andorra-PT.pdf>
- Sustainable Ocean Finance.
https://oceans-and-fisheries.ec.europa.eu/ocean/sustainable-ocean-finance_es
- Tambutti, M., Gómez, J. J. y Gobierno, N. (2022). *Panorama dos oceanos, mares e recursos marinhos na América Latina e no Caribe: conservação, desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas*.
<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/47737>
- UNEP Finance Initiative. The Sustainable Blue Economy. Finance Initiative.
<https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2020/06/Sustainable-Blue-Economy-Brochure.pdf>
- UNEP. (2011). *Rumo a uma economia verde: Guia para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*. <http://sostenibilidadyprogreso.org/files/entradas/hacia-una-economia-verde.pdf>
- UNEP-WCMC y GRID-Arendal. (2021). *Desafios e oportunidades para a economia azul no Uruguai. Resumo das políticas*.
<https://www.undp.org/es/uruguay/publications/desaf%C3%ADos-y-oportunidades-para-la-econom%C3%ADa-azul-en-uruguay>
- United Nations Global Compact. (2019). *Global Goals, Ocean Opportunities: About the un global compact action platform for sustainable ocean business*.
<https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2FGlobal-Goals-Ocean-Opportunities.pdf>
- UNWTO- World Tourism Organization. (2020). *Turismo na Ibero-América: Criar oportunidades para todos*. World Tourism Organization (UNWTO).
<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284421497>
- Vargas, Trujillo y Torres. (s. f.). *A economia verde: Uma mudança ambiental e social necessária no mundo atual*.
<https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/riaa/article/view/2044/2254>
- World Bank and United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2017). *The Potencial of the Blue Economy. Increasing long-term benefits of the sustainable use of marine resources for small island developing states and coastal least developed countries*.
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/26843/115545.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

APÉNDICE 1: METODOLOGIA

O relatório *Economia Azul na Ibero-América* foi concebido com uma metodologia baseada na aplicação dos quadros que a seguir se apresentam.



A elaboração deste relatório envolveu agentes relevantes da esfera da economia azul, bem como representantes do meio académico, da administração, da sociedade civil e do setor privado. Através deles, procurou-se uma melhor compreensão da realidade marinha e costeira da Ibero-América, mais próxima dos principais participantes da economia azul e com características aplicáveis tanto à fase de diagnóstico como à fase de elaboração de propostas para ações futuras.

Neste sentido, foi realizado um mapeamento dos principais agentes, estabelecendo uma distinção entre o setor privado, setor público, sociedade civil e setor académico, para os envolver no processo de duas formas diferentes e complementares.

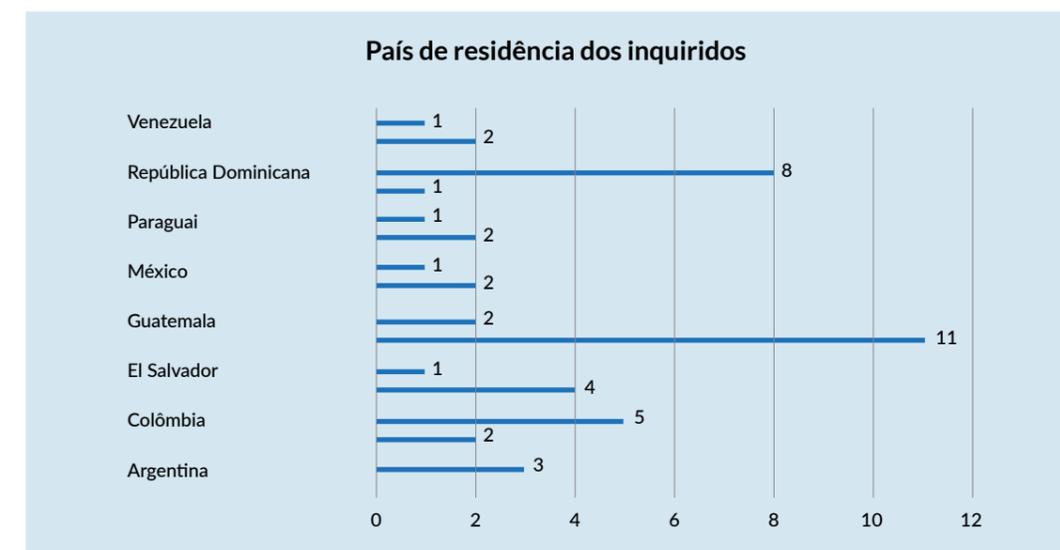
Por um lado, foram feitas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de reunir informações relevantes, sistematizadas e úteis não só para identificar as prioridades estratégicas e as iniciativas e projetos levados a cabo no âmbito da economia azul, mas também os interesses e expectativas dos principais agentes do setor privado, setor público, sociedade civil e setor académico. Os guiões das entrevistas incluíram questões concretas sobre a visão do entrevistado quanto ao setor de referência e à aplicação da economia azul. Também se analisou com os entrevistados a viabilidade de desenvolver ações a nível regional que permitissem promover o conceito de economia azul.

Em novembro de 2022, foram realizadas importantes entrevistas a intervenientes-chave no domínio da economia azul. Entre as entidades entrevistadas nessa ocasião, contam-se a OSPESCA, que desempenha um papel fundamental na gestão regional das pescas; o programa das Redes da América da Aliança Latino-Americana para a Pesca Sustentável e a Segurança (ALPESCAS); os Portos do Estado de Espanha, que forneceram conhecimentos especializados em logística portuária; a Secretaria-Geral das Pescas, que proporcionou a perspetiva governamental de Espanha; o Clube de Inovação Aquícola do Chile, que ofereceu conhecimentos sobre a indústria da aquicultura; o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial (secção ibero-americana), que se centrou na inovação e no desenvolvimento tecnológico; a Blue NetCat (Xarxa Marítima), que revelou a sua experiência no setor marítimo; e a Universidade de Vigo, que forneceu a perspetiva da investigação académica. Estas entrevistas proporcionaram informações valiosas para compreender os desafios e as oportunidades da economia azul na região ibero-americana.

Paralelamente, foi concebido e aplicado um questionário *online* a todas as partes identificadas. O objetivo consistiu em reunir informações pertinentes, sistematizadas e úteis para o relatório. Esta ferramenta continha um primeiro bloco de considerações gerais sobre a proteção e o potencial dos oceanos; um segundo bloco acerca da economia azul; um terceiro bloco sobre estratégias, políticas e regulamentações da economia azul; e um último bloco sobre parcerias para a gestão conjunta da

economia azul.

O inquérito foi útil para obter uma visão mais ampla das perceções e preocupações em matéria de economia azul na Ibero-América. Foi enviado a mais de 100 contactos identificados e foram recebidas 46 respostas entre 20 de outubro de 2022 e 28 de novembro do mesmo ano; a maior parte dos países ibero-americanos esteve representada na amostra.



O Anexo 2 apresenta em pormenor o guião das entrevistas semiestruturadas realizadas aos intervenientes definidos, bem como a lista de perguntas incluídas no questionário *online*.

A abordagem analítica e baseada no conhecimento permitiu aprofundar as informações disponíveis, o que possibilitou a identificação de tendências emergentes e a avaliação da eficácia das políticas existentes no domínio da economia azul. Para esse efeito, no início do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, a fim de obter informações concretas sobre o atual estado da implementação do conceito de economia azul.

Posteriormente, foram identificadas as principais estratégias, acordos e políticas sobre economia azul nos países ibero-americanos, insistindo nos principais setores económicos, na capacidade de investigação, na inovação e na transferência de conhecimentos. O processo de análise tomou também como referência o conhecimento e as boas práticas desenvolvidas na Ibero-América no contexto dos oceanos e das atividades económicas que neles se realizam.

Para reforçar esta abordagem analítica e baseada no conhecimento, foram consultados peritos de vários países e setores relacionados com a economia azul na Ibero-América. Estes peritos forneceram valiosas perspetivas e conhecimentos especializados, enriquecendo a base de dados com as suas experiências e modos específicos de pensar. Além disso, foi efetuado um inquérito aberto sobre a economia azul na Ibero-América, a fim de incorporar mais informações e perspetivas, recolhendo ideias e abordagens de um vasto leque de partes interessadas nessa questão. O inquérito permitiu captar um conhecimento mais diversificado e enriquecer a análise com uma variedade de perspetivas e opiniões.

Finalmente, é de referir a incorporação do conhecimento específico da equipa responsável por este relatório, com notável experiência na economia azul. Dado o seu historial na implementação de projetos de economia azul na região, abrangendo tanto a América Central quanto Espanha, a consultoria proporcionou uma perspetiva única ao projeto. O seu conhecimento profundo dos agentes, instituições e outras entidades envolvidas em projetos relacionados com a economia azul na região, bem como a sua compreensão das dinâmicas específicas em diferentes contextos geográficos, enriqueceram significativamente a base de conhecimentos do relatório. Isto assegurou que a análise fosse sustentada por uma perspetiva realista e contextualizada, o que reforçou ainda mais a abordagem analítica e baseada no conhecimento do relatório.

A abordagem holística e intersetorial baseou-se na compreensão da economia azul como um conceito integral, que engloba as dimensões económica, ambiental, política e social. A economia azul, pela sua própria definição, implica esta abordagem. Na elaboração do relatório, foi realizada uma análise dos principais setores relacionados com a economia azul nos países ibero-americanos, tendo em conta a interação e a cooperação entre diferentes agentes e setores.

Esta abordagem ofereceu uma visão global e completa do território, considerando os diferentes usos das costas da Ibero-América. Isto não só promoveu a compreensão da economia azul como um sistema interligado, mas também destacou a importância de considerar a diversidade dos agentes e atividades da região. Esta abordagem facilitou a identificação de sinergias e desafios entre setores e promoveu uma visão global para abordar as dimensões ecológica, política e social, sublinhando a necessidade de uma gestão integrada e cooperativa para o desenvolvimento sustentável da Ibero-América.

Em suma, o objetivo desta análise integral consistiu em fornecer uma imagem pormenorizada do estado atual das cadeias de valor nos diferentes setores relacionados com a economia azul na região. Desta forma, a economia azul foi abordada a partir de uma perspetiva interdisciplinar, salientando a importância da colaboração entre diferentes agentes e setores para promover o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e costeiros da Ibero-América.

APÉNDICE 2: INQUÉRITOS DE OPINIÃO

Guião da entrevista realizada aos principais agentes

Bloco 1: introdução

- a) Nome completo
- b) Cargo / Posição / Função
- c) Organização
- d) Localização geográfica
- e) Setor
- f) Âmbito
- g) Setor económico

Bloco 2: organização

Quais são as prioridades da sua organização?

Quais são os principais setores com os quais a sua organização se relaciona?

A sua organização tem em curso algum projeto ou iniciativa relacionada com a economia azul?

Que outras iniciativas gostaria de implementar?

Tem parcerias ou relações com outras organizações no contexto da economia azul?

Bloco 3: geral

a) Conhece o conceito de economia azul?

a.1) Seria capaz de o definir?

a.2) Que setores estão incluídos na economia azul?

a.3) Considera que todo o potencial dos nossos mares e oceanos está atualmente a ser aproveitado?

a.4) Na sua opinião, como é que todo esse potencial poderia ser aproveitado?

a.5) Na sua opinião, quais são os principais desafios para o desenvolvimento da economia azul?

a.6) Dos desafios referidos, pode escolher um desafio em concreto como o principal e as suas possíveis soluções?

a.7) Poderia referir-nos alguma iniciativa que conheça no domínio da economia azul?

a.8) Tem alguma ideia ou iniciativa que possa ser desenvolvida no quadro da economia azul?

Bloco 4: nacional

a) Considera que no seu país os oceanos são devidamente protegidos?

b) Os atuais quadros regulamentares são suficientes para alcançar uma gestão sustentável dos oceanos?

c) Considera que todo o potencial dos nossos mares e oceanos está atualmente a ser aproveitado?

c.1) Que outras atividades económicas poderiam ser promovidas no âmbito da economia azul?

c.2) Especificamente no domínio social, como pensa que a gestão dos mares e oceanos poderia ser melhorada?

- c.3) Na sua opinião, quais são os principais problemas que os ecossistemas marinhos enfrentam?
 d) No seu país, existem ações de sensibilização e consciencialização da cidadania para a proteção dos oceanos?
 d.1) Pode contar-nos alguma ação que esteja atualmente em curso?

Bloco 5: regional

- a) Considera que é importante fazer alianças com países vizinhos com quem se partilham mares e oceanos para trabalhar em conjunto?
 a.1) Em caso afirmativo, como pensa que se poderia realizar essa gestão conjunta dos oceanos?
 a.2) Na sua opinião, que deveria incluir uma eventual aliança?
 b) Considera que deveria ser concebida uma estratégia regional centrada na economia azul?
 b.1) O que considera prioritário para conceber uma estratégia de economia azul?
 b.2) Na sua opinião, que setores deveriam integrar essa estratégia?
 b.3) Quais considera que são as principais oportunidades e desafios para a criação de uma abordagem concertada da economia azul?

Bloco 5: últimas impressões

Qual é a sua apreciação geral do potencial da economia azul?
 Tem mais algum comentário relacionado com este inquérito e com a economia azul?

[Questionário online](#)

Lista de perguntas

a) Qual é o seu país de residência)	Lista de países	22 países ibero-americanos				
Bloco 1: considerações gerais						
a) Considera que no seu país os oceanos são devidamente protegidos?	1 (pior) a 5 (melhor)	1	2	3	4	5
b) Na sua opinião, qual é o principal desafio ou dificuldade para poder cuidar dos oceanos de forma adequada?	Texto					
c) Considera que todo o potencial dos nossos mares e oceanos está atualmente a ser aproveitado?	1 (pior) a 5 (melhor)	1	2	3	4	5

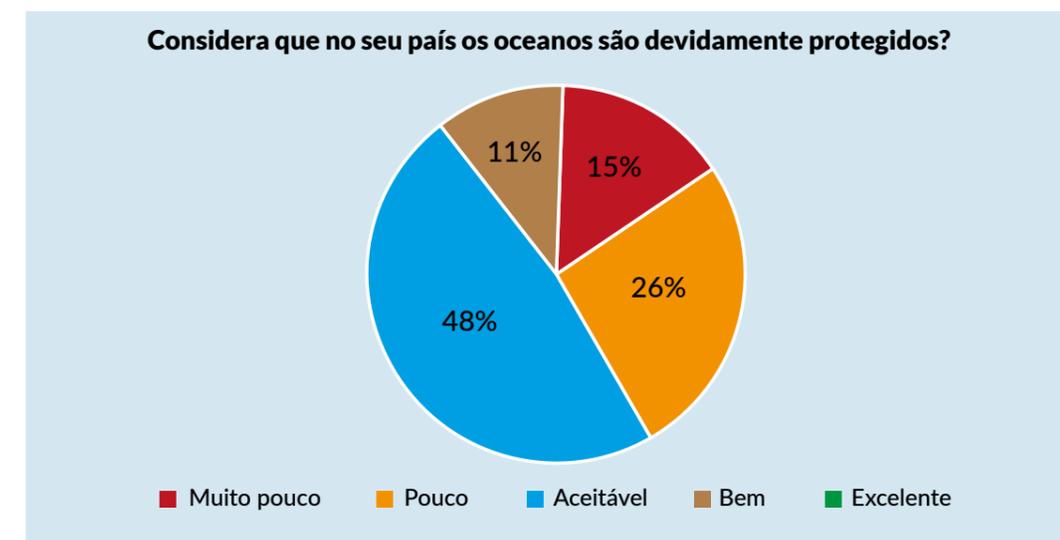
c.1) Porquê?	Texto					
d) No seu país, existem ações de sensibilização e consciencialização da cidadania para a proteção dos oceanos?	Selecionar opção	Sim	Existem algumas iniciativas, mas não são suficientes	De nenhuma maneira	NS/NR	Se a resposta for "Sim" ou "Existem algumas iniciativas, mas não são suficientes", passar para a pergunta d.1)
d.1) Pode contar-nos alguma ação que esteja atualmente em curso?	Texto					
Bloco 2: economia azul						
a) Conhece o conceito de economia azul?	Selecionar opção	Sim	Não			
b) Como é que o definiria?	Texto					
c) Quais são os setores prioritários da economia azul no seu território?	Lista de setores	a) Pescas	b) Aquicultura	c) Atividades desportivas marítimas (navegação, vela, mergulho, etc.)	d) Mineração do fundo do mar	
		e) Turismo marítimo/costeiro	f) Energias marinhas renováveis	h) Biotecnologia azul	i) Outro	
d) Pode descrever algum desafio com que estes setores se enfrentam?	Texto					
e) Na sua opinião, quais são os principais problemas que os ecossistemas marinhos enfrentam para conviver com todas estas atividades?	Texto					
f) Pode referir-nos alguma iniciativa que conheça no domínio da economia azul?	Texto					

Bloco 3: estratégia						
a) O seu país dispõe de estratégias/políticas/regulamentações centradas na economia azul?	Selecionar opção	Sim	Não	NS/NR	Se a resposta for "Sim", passar para a pergunta a.1). Se a resposta for "Não", passar para a pergunta b)	
a.1) Quais?	Texto					
a.2) Considera que constituem um quadro eficaz para a governação adequada da economia azul? Porquê?	Texto					
b) Considera que deveria ser concebida uma estratégia centrada na economia azul?	Selecionar opção	Sim	Não	NS/NR	Se a resposta for "Sim", passar para a pergunta b.1)	
b.1) O que considera prioritário para conceber uma estratégia de economia azul?	Texto					
Bloco 4: parcerias						
a) Considera que é importante fazer alianças com países vizinhos com quem se partilham mares e oceanos para trabalhar em conjunto?	Opções	Sim, completamente	Não é exatamente assim	De nenhuma maneira	NS/NR	Se a resposta for "Sim, completamente", passar para a pergunta a.1)
a.1) Que países considera parceiros prioritários para promover a economia azul na sua região?	Lista de países	22 países ibero-americanos			Todos	
a.2) Como pensa que se poderia realizar essa gestão conjunta dos oceanos?	Texto					
a.3) Na sua opinião, que deveria incluir uma eventual aliança? Que intervenientes deveriam ser envolvidos?	Texto					
a.4) O que consideraria prioritário para conceber uma estratégia de economia azul?	Texto					

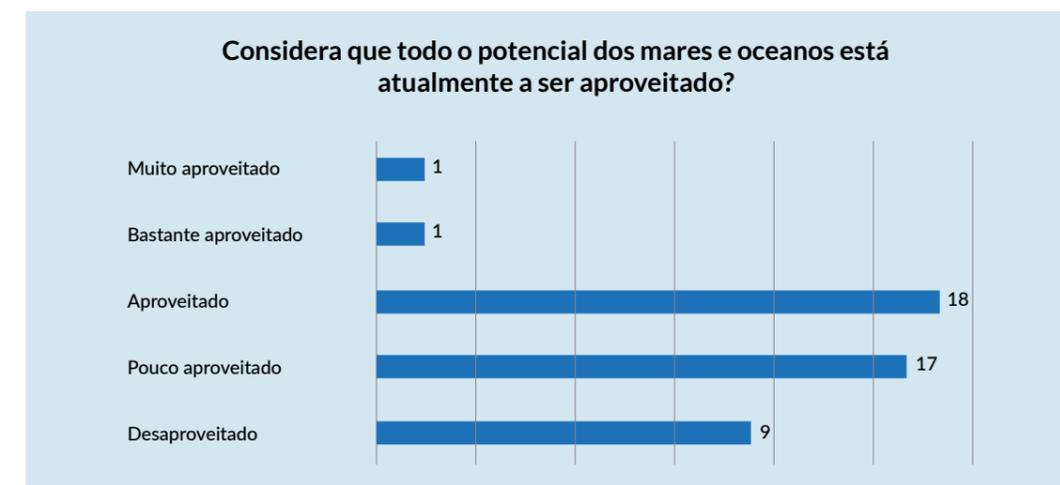
Resultados do inquérito

Este inquérito, que incluiu 46 respostas, de 15 países diferentes, reunidas entre outubro e novembro de 2022, revela uma série de conclusões significativas, que podem ser resumidas nos pontos seguintes.

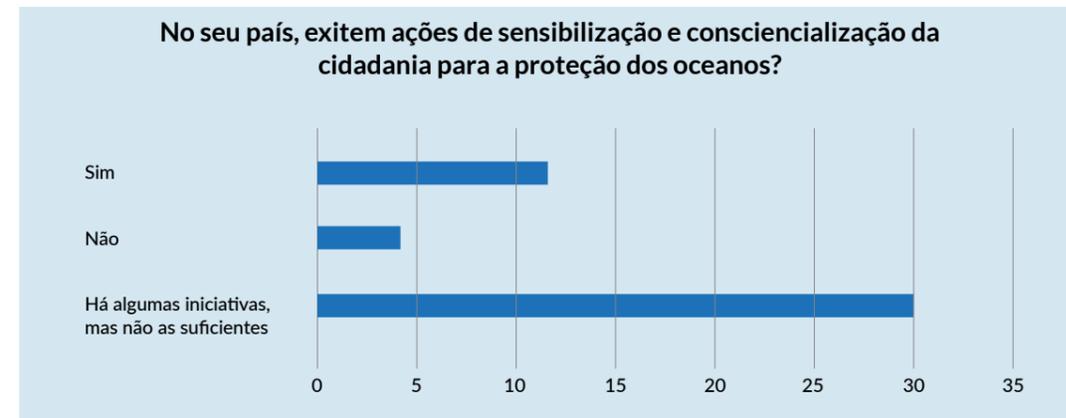
Em primeiro lugar, destaca-se uma variação na perceção sobre se os oceanos são adequadamente protegidos na região, com uma classificação média de 2,54 (numa escala de 1 a 5). As respostas sugerem que a sensibilização, o financiamento, a legislação e o cumprimento, bem como a pesca ilegal e a poluição, são desafios fundamentais para a gestão dos oceanos na região.



Em termos de aproveitamento do potencial marinho, foi obtida uma classificação média de 2,30, o que indica que, em geral, se considera que este não está a ser completamente aproveitado. As razões incluem o mau aproveitamento dos recursos, bem como a falta de tecnologia e investigação, o financiamento insuficiente e a falta de planos e estratégias.



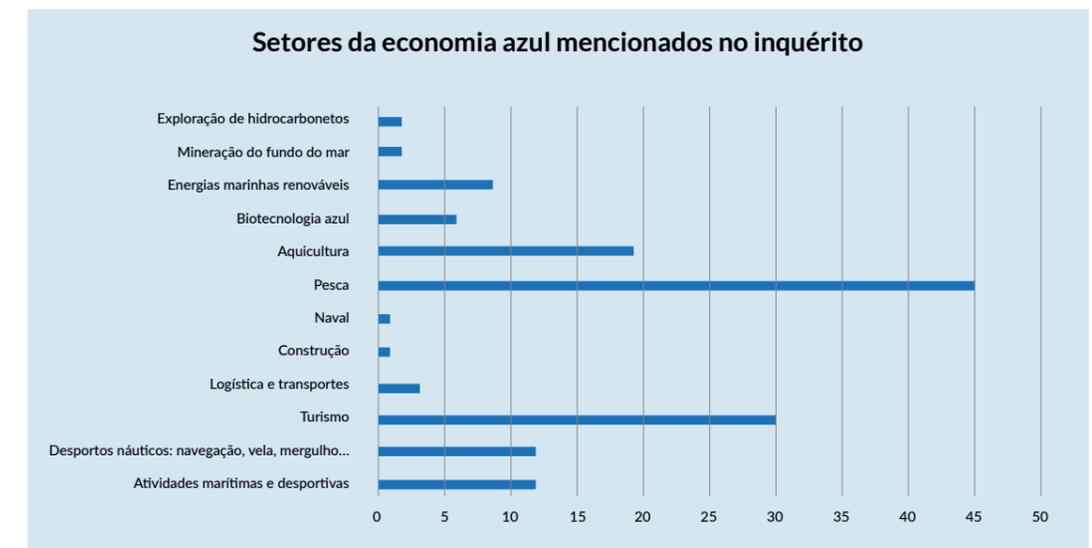
O inquérito também revela que, embora estejam a ser desenvolvidas ações de sensibilização e consciencialização na maioria dos países, com base na limpeza das zonas costeiras, na educação ambiental, nas áreas protegidas e na pesca sustentável, estas não são suficientes. Além disso, também refere que é necessário abordar a poluição invisível, como os poluentes biológicos e químicos.



No que respeita à economia azul, uma percentagem muito significativa dos inquiridos (mais de 90%) está familiarizada com o conceito de economia azul.

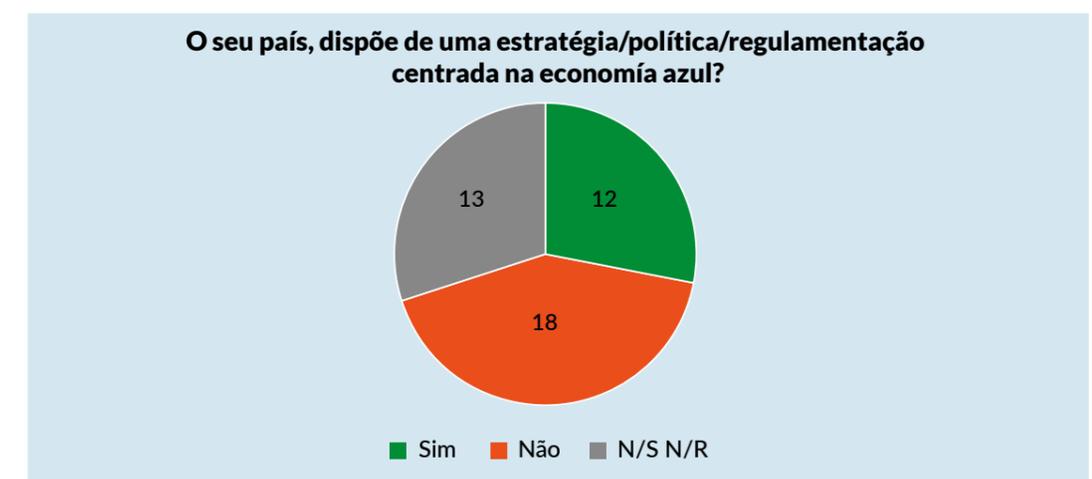


Acresce que os setores prioritários mencionados incluem a pesca, a aquicultura, o turismo, as energias marinhas renováveis e os desportos náuticos.

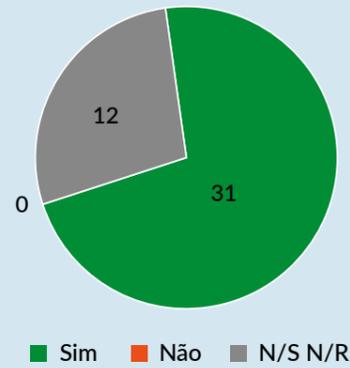


Especificamente, identificam-se grandes desafios para estes setores, como a poluição, a falta de coordenação e de regulamentação, a sobrepesca e a falta de investimento em energias renováveis. Em termos de problemas nos ecossistemas marinhos, destacam-se alguns desafios, como o desequilíbrio ambiental, a poluição, a pesca ilegal e a falta de esforços centrados nos ecossistemas marinhos.

No que se refere a estratégias e regulamentação da economia azul, cerca de um terço dos inquiridos afirmou que os seus países têm políticas de economia azul e mais de 70% considera positivo ter uma estratégia específica centrada nesse conceito. No entanto, algumas das respostas sugerem que a eficácia destas estratégias é questionável e requer melhorias.



Considera que deveria ser concebida uma estratégia centrada na economia azul?



A maior parte dos inquiridos considera importante colaborar com os países vizinhos para enfrentar os desafios dos oceanos. Foram sugeridas abordagens como a regulamentação regional e a participação de múltiplos intervenientes.

Considera que é importante fazer alianças com países vizinhos com quem se partilham mares e oceanos para trabalhar em conjunto?



Em geral, o inquérito fornece uma valiosa panorâmica das perceções e dos desafios relacionados com a economia azul na região ibero-americana. Os resultados indicam a necessidade de maior uma sensibilização, cooperação regional e regulamentação eficaz para enfrentar os desafios da gestão dos oceanos e do desenvolvimento da economia azul na região.



Andorra Bolívia Colômbia Cuba R. Dominicana El Salvador Guatemala México Peru Panamá Uruguai
Argentina Brasil Costa Rica Chile Equador Espanha Honduras Nicarágua Portugal Paraguai Venezuela

Com o apoio de

